

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Juliana Marion

CONCEPÇÕES SOBRE "FAMÍLIA" EM PSICÓLOGOS
DOS CRAS

Santa Maria, RS
2017



80
122844

Juliana Marion

CONCEPÇÕES SOBRE “FAMÍLIA” EM PSICÓLOGOS DOS CRAS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestre**.

Orientador: Prof^ª. Caroline Rubin Rossato Pereira
Coorientador: Prof^ª Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil
2017

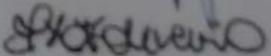
CONCEPÇÕES SOBRE "FAMÍLIA" EM PSICÓLOGOS DOS CRAS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 13 de março de 2017:


Caroline Rubin Rossato Pereira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Dorian Mônica Arplini, Dra. (UFSM)


Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Dra. (UFRN)

AGRADECIMENTOS

Acredito que cada pessoa cruza nosso caminho por alguma razão, assim como cada situação traz consigo um aprendizado. Cada passo dado nos torna mais fortes, mais sábios. É por isso que, ao encerrar dessa etapa, não poderia deixar de agradecer àqueles que caminharam ao meu lado durante minha trajetória profissional. Àqueles que, de modo singular, foram luz e ficaram gravados, além de em meu coração, também na escrita desse trabalho.

À Caroline Rubin Rossato Pereira, minha gratidão por transformar o sentido dessa titulação ao colori-la com delicadeza, respeito, confiança e carinho. Por não deixar faltar afeto nessa caminhada e por ser um exemplo de professora, pesquisadora e colega de profissão.

Ao Núcleo de Estudos Famílias e suas Relações (NEFRE), por compartilharmos mais que conhecimento teórico e prático, mas também a alegria de estarmos juntos. E à Marilise Ferreira, pelos tantos aprendizados compartilhados durante essa jornada.

Agradeço à Isabel Oliveira, pelos questionamentos e reflexões, experiências fundamentais para minha formação enquanto pesquisadora, psicóloga e cidadã. Ao Juliano Scott, por me fazer sentir acolhida antes mesmo de pisar em terras potiguares. E ao Grupo de Pesquisas Marxismo e Educação (GPM&E), por aguçarem meu senso crítico e responsabilidade social.

Sobretudo, sou eternamente grata à minha família por semearem a ética, a responsabilidade e fomentarem minha empatia. Não há como traduzir em palavras minha gratidão aos meus pais, por cuidarem de tudo ao meu redor para que eu pudesse me dedicar inteiramente ao meu crescimento profissional. À Giovana Marion, por tornar meus dias mais doces com o zelo e ternura do nosso laço. E à Janine Marion, por assegurar que a distância física não significasse ausência de preocupação e carinho.

Ao dono do abraço que apazigua meu coração, Thiago Zitske Martins, agradeço por fazer florescer o que há de melhor em mim. Por afastar as nuvens do meu céu e me incentivar a brilhar.

À minha Família Potiguar, por me guiarem na descoberta das minhas asas e me ensinarem a voar. Por me mostrarem, através da música e das muitas tapiocas¹, a leveza do amor e da vida. Aos amigos, por não deixarem me faltar alegria. Em especial, à Gabriela Abreu Domingues, pela lealdade e afeição genuína. Ainda, agradeço a todos que, de alguma forma, me fizeram sorrir durante o período de construção desse trabalho.

¹ Para evitar discordâncias o termo “bolacha recheada” foi substituído por “tapioca”.

*Let's change the way we live and
let's change the way we treat each
other. You see the old way wasn't
working, so it's on us to do what
we gotta do to survive.*

(Tupac Shakur)

RESUMO

CONCEPÇÕES SOBRE “FAMÍLIA” EM PSICÓLOGOS DOS CRAS

AUTORA: Juliana Marion

ORIENTADORA: Caroline Rubin Rossato Pereira

COORIENTADORA: Samara Silva dos Santos

O presente estudo buscou investigar as concepções de família de psicólogos que atuavam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de uma cidade do Rio Grande do Sul. Para atingir esse objetivo, foram realizadas entrevistas individuais com cinco psicólogos e os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Como resultado, os participantes consideraram família as pessoas que estabelecem relação a partir de laços afetivos, não ficando restrita à consanguinidade. No entanto, algumas entrevistas apresentaram resquícios de uma visão de família mais tradicional e romantizada. Quanto às concepções dos participantes a respeito das famílias atendidas no CRAS, a análise dos dados apontou para a importância da prática estar atrelada à capacidade de analisar o contexto de atuação de uma forma mais crítica e que parta de uma leitura ampla da realidade social brasileira, da desigualdade que nela se faz presente e suas repercussões. A partir das reflexões apresentadas, espera-se contribuir para a construção de uma prática na assistência social que não reproduza a violência social e a estigmatização das famílias atendidas.

Palavras-chaves: Família. Assistência Social. Psicologia.

ABSTRACT

CONCEPTIONS OF “FAMILY” FOR PSYCHOLOGISTS FROM CRAS

AUTHOR: Juliana Marion

ADVISOR: Caroline Rubin Rossato Pereira

CO-ADVISOR: Samara Silva dos Santos

The present study seeks to investigate the family conceptions from the point of view of psychologists who worked at Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)/Reference Center for Social Assistance from a city in Rio Grande do Sul. To achieve this goal, individual interviews were performed with five psychologists and the data was analyzed according to content analysis. As result, the participants considered family those people who establish relationships from affective bond, not restricted to consanguinity. However, some interviews presented remnants of a more traditional and romanticized family concept. Upon the participant's conceptions about the attended families at CRAS, the data analysis indicated the importance of the practice being linked to the capacity of analyzing the action context in a more critical way and which starts from a broad reading of the Brazilian social reality, social inequality and its repercussions. Based on the reflexions presented, it is expected to contribute to the construction of a social assistance practice that do not reproduce the social violence and the stigmatization of the attended families.

Keywords: Family. Social Assistance. Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2.1 FAMÍLIA: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E PECULIARIDADES CONTEXTUAIS	10
2.2 OS PSICÓLOGOS E AS FAMÍLIAS NO CRAS	27
3 JUSTIFICATIVA	39
4 OBJETIVOS	41
4.1 OBJETIVO GERAL.....	41
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
5 MÉTODO	42
5.1 PARTICIPANTES.....	42
5.2 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTOS.....	43
5.3 INSTRUMENTOS	44
5.3.1 Entrevistas.....	44
5.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	45
5.4.1 Riscos e benefícios da participação previstos.....	45
5.4.2 Sigilo das informações coletadas	45
5.5 ANÁLISE DOS DADOS	46
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
6.1 A FAMÍLIA E SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS	47
6.2 A VISÃO DOS PSICÓLOGOS SOBRE AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS	57
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista sociodemográfica para psicólogos CRAS	97
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista sobre família para psicólogos CRAS	98
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	99

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é descendente do projeto de pesquisa "Concepções de família de psicólogos e usuário no contexto da assistência social", derivado de uma pesquisa maior intitulada "Psicologia e políticas públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social". Essa última foi aprovada no edital nº 071/2013 do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e vem sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Maria, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília.

No Brasil, país de contrastes socioeconômicos marcantes, cada comunidade, cada grupo social possui um modo de vida, de práticas e de representações que faz sentido em seu contexto, assim como afirma Celia (2013) acerca das camadas populares. Essa ideia leva à inferência de um possível distanciamento entre a cultura do profissional que atua no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a população com a qual este atua. Por esse motivo, o presente estudo buscou investigar as concepções de família dos psicólogos que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de uma cidade do Rio Grande do Sul. Além disso, visou compreender as características e funções que esses profissionais consideram fundamentais de serem desempenhadas na família e de que maneira essas se relacionam com a sua leitura e entendimento sobre as famílias atendidas nesses dispositivos da política.

Segundo o Código de Ética do psicólogo, sua atuação deve partir de uma análise social crítica constante (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014). Seu olhar deve estar atento às diversas realidades econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira, respeitando as especificidades de cada comunidade. O papel do psicólogo, especialmente quando em contato com populações vulneráveis, deve ser sensível e reflexivo, evitando se tornar um instrumento de reprodução de discriminação social ou ocupar um lugar de detentor do saber, desqualificando as práticas populares da comunidade e impondo seu saber científico e/ou crenças pessoais através de valores morais e ideológicos. Com isso, propõe-se que as intervenções da psicologia direcionadas às famílias de baixa renda e vulneráveis devem ser sempre pensadas e construídas na relação psicólogo-usuário, levando em consideração a realidade contextual em que se está inserido.

Dessa forma, a presente pesquisa parte da importância do conhecimento do território de abrangência do CRAS e do comprometimento social da prática da psicologia no contexto

do SUAS. Assim, considera-se fundamental que o próprio profissional tenha clareza e possa refletir sobre suas concepções acerca de temáticas como a família e suas especificidades, visto que é esse público que se prevê como foco das ações a serem realizadas nos CRAS. Principalmente pela possível existência de um distanciamento cultural, estima-se que reconhecer as próprias concepções sobre esse tema e se permitir conhecer o contexto das famílias que frequentam o serviço auxilia na oferta de uma prática mais efetiva.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 FAMÍLIA: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E PECULIARIDADES CONTEXTUAIS

“Família” não deve ser concebida como um conceito homogêneo, visto que é possível identificar e descrever várias configurações, maneiras de se organizar e se relacionar, influenciadas por fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos. Assim, a família se altera conforme as épocas e a forma que esses fatores estão estruturados em um determinado momento histórico (OSÓRIO, 2002; WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008; ARAÚJO, 2011).

Em seus termos mais básicos, a família constitui-se como responsável por proteger a sobrevivência biológica de seus membros. Além dessa função, ela também é a principal fonte de suporte para o desenvolvimento biopsicossocial e facilita o processo de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e as trocas com o mundo. Em seu meio são estabelecidos quatro tipos de relações pessoais: a aliança (casal), a filiação (pais/filhos), consanguinidade (irmãos) (OSORIO, 2002) e convivência (MOREIRA, 2013). Através dessas relações são transmitidos valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, além de fornecer condições para o sujeito desenvolver sua identidade pessoal. A família deve ser um impulsionador para o crescimento individual e dos processos de individuação de seus integrantes, adequando-os às exigências da realidade e preparando-os para o convívio social. O exercício dos papéis familiares é uma constante de trocas, mutualidades e interações afetivas, onde não somente os pais influenciam no comportamento dos filhos, mas também são influenciados pelos mesmos (OSORIO, 2002). Ainda, a importância da família não está restrita apenas aos membros do núcleo doméstico. Mesmo que essa seja a organização que predomina em nossa sociedade, considera-se que cada núcleo seja um subsistema emocional, que se mantém associado às relações passadas, presentes e futuras, englobado em um sistema familiar maior (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Definir o que é “família” é uma tarefa complexa por exigir a análise do entendimento tradicional de família e dos fatores envolvidos nesse conceito (SETTLES, 1999). Das famílias matriarcais comunitárias dos povos nômades à sua organização patriarcal, encontram-se funções familiares bem definidas e delimitadas entre os homens e as mulheres. Apesar da criação das crianças ser reservada à figura feminina em ambos os sistemas sociais, com o

patriarcado suprimiu-se o tom colaborativo da divisão de tarefas, tornando o homem o chefe da família. Nessa organização social, a família passou a ter como característica de suas relações a possessividade e o poder, de modo que a mulher devia obediência ao homem e as crianças deviam obedecer inquestionavelmente aos adultos (OSÓRIO, 2002). Assim, a configuração familiar patriarcal, designada como “tradicional”, toma como base a transmissão de patrimônio por descendência e a autoridade patriarcal.

Entre o século XVIII e XX, a família, agora nuclear, incorporou uma lógica mais afetiva e recíproca em suas relações, formando-se a partir da união de duas pessoas dispostas a estabelecerem relações íntimas, além de prezar pela divisão das atividades domésticas e tarefas familiares entre os cônjuges (ROUDINESCO, 2003). Com essa transição, a autoridade no seio familiar se tornou complexa, e houve um aumento na frequência de separações e recasamentos (ROUDINESCO, 2003; WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008). Em decorrência disso, fala-se que a família está em crise, com tom pejorativo. Contudo, as crises caracterizam-se por preceder mudanças necessárias. Independente das configurações que esse conceito vem incorporando com o passar dos tempos, esse sistema ainda é visto como responsável por fornecer a base necessária para o desenvolvimento dos potenciais humanos e das relações sociais. Assim, pode-se propor que a família enquanto estrutura tradicional patriarcal está, de fato, em crise, mas isso leva à emergência de configurações familiares mais adequadas às demandas sociais do momento atual. Ao que tudo indica, a família modifica-se na busca de estabelecer relações mais satisfatórias entre seus integrantes. Percebe-se que, nas últimas décadas, a família vem se tornando mais democrática. Contrastando com a família subordinada ao figura do patriarca, a família contemporânea se caracteriza por cônjuges estabelecendo relações menos hierarquizada e filhos adquirindo o direito de serem os principais responsáveis pelas suas próprias escolhas de acordo com seus desejos pessoais (OSORIO, 2002; SOUZA; RAMIRES, 2006).

É possível pensar as alterações na família como de ordem ideológica (estrutura), relacionadas às mudanças econômicas e políticas do século XX, incluindo a inserção da mulher no mercado de trabalho, o surgimento da pílula anticoncepcional, que proporcionou o controle de natalidade, o fortalecimento da igualdade de direitos civis e o valor dado à realização pessoal dos sujeitos (SOUZA; RAMIRES, 2006). Todas essas mudanças corroboraram para alterações no comportamento feminino e materno, no comportamento masculino e paterno, na maneira de se estabelecer as relações conjugais e nas relações estabelecidas com os filhos. Alteraram-se, assim, os papéis dos membros e as relações familiares, que passaram a ser mais flexíveis, horizontais e fraternas, constituindo-se a

família, um tanto quanto utopicamente, como um lugar de refúgio das angústias da vida (ROUDINESCO, 2003; TRAD, 2010).

Nas relações conjugais, essas modificações trouxeram novas expectativas e exigência de reciprocidade, investimento na relação, equilíbrio de poder e divisão de responsabilidades no cuidado dos filhos e no sustento do lar. Até meados do século passado, no modelo patriarcal, a hierarquia social e familiar colocava a mulher, responsável por cuidar do lar, em uma posição de submissão ao homem, provedor. Papéis complementares eram considerados como primordiais para o fornecimento das condições necessárias para o desenvolvimento saudável dos filhos.

Este modelo familiar nuclear prevaleceu até a década de 1960, quando a divisão e hierarquia dos papéis de gênero² foram questionadas e emergiram famílias que incorporaram essa nova ideologia no relacionamento conjugal, tornando-se um núcleo de afeto e proteção, escolhido através de sentimentos recíprocos das pessoas envolvidas (SOUZA; RAMIRES, 2006). Apesar de corresponderem à realidade brasileira, acredita-se que tais modificações tenham ocorrido de forma semelhante no panorama mundial. Hoje, relações conjugais são mantidas por homens e mulheres, com o sexo oposto ou com o mesmo sexo, pais e mães solteiros com filhos, através de laços sexuais e afetivos que impulsionam o desejo de compartilhar uma vida, estando ligadas ou não ao casamento civil ou religioso e à procriação (OSORIO, 2002; WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008). O casamento deixou de ser um contrato de indissolubilidade familiar mediado pelo divino e se estabeleceu como um acordo baseado na liberdade e no amor entre duas pessoas.

Com isso, a longevidade dos casamentos por amor vai até que esse se esgote. Segundo Roudinesco (2003), tal cenário fortaleceu a relação entre a mãe e o filho diante do crescente número de separações e recomposições parentais. Assim, a família do século XXI reflete o modelo contemporâneo das relações humanas, sendo baseadas nos sentimentos e na satisfação pessoal dos envolvidos, e, por isso, tornou-se mais instável. Com a chegada dos métodos contraceptivos e uma maior liberdade de escolha da mulher em gestar, descola-se da sua figura a maternidade (KEHL, 2003).

A parentalidade, até então diretamente relacionada ao casamento e à função biológica, deixa de ser inevitável ou a finalidade da união entre duas pessoas (KEHL, 2003). Hoje, os laços de consanguinidade e parentesco já não são mais os únicos parâmetros que definem uma família e se alteram os personagens que compõem o núcleo familiar, assim como a estrutura

² Esse estudo não se ocupou da diferenciação dos conceitos “gênero” e “sexo”.

desse grupo no que diz respeito às regras, à convivência e ao poder. No âmbito das relações pais-filhos, isso rompeu com a precisão e clareza que se tinha sobre o papel de um pai e de uma mãe, trazendo para muitas famílias a dificuldade de estabelecer limites, hierarquia e a liderança parental (WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008).

Hoje, considera-se que todo filho, seja ele seja ele concebido no casamento ou não, tem direito de ter uma família que supra suas necessidades físicas e emocionais. Com isso, deu-se a emersão de uma nova paternidade, através da constituição de vínculos mais afetivos com seus filhos. Essa transformação fez com que a família surgisse como uma “fortaleza afetiva”. Assim, no decorrer do século XX, a família foi “maternalizada”, indicando um maior investimento afetivo nas relações parentais, até então, característico da relação materna (ROUDINESCO, 2003). No entanto, os modelos de parentalidade tradicionais e passados não se extinguem, mas passam a coexistir aos modelos contemporâneos, o que torna o exercício da parentalidade algo bastante complexo nos dias de hoje (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Com a divisão da autoridade entre o pai e a mãe sobre os filhos, a família torna-se “coparental”, ou seja, o casal parental passa a compartilhar a responsabilidade quanto a educação dos filhos (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010), envolvimento que, na família patriarcal, é exigido apenas da figura materna. O declínio da função paterna em prol de uma autoridade parental dividida fez com que se popularizasse a ideia de “carência paterna”, que ocorreria diante da ausência da figura do pai nos casos de separação em que a guarda ficava com a mãe.

Até recentemente, o divórcio e a separação conjugal sofriam uma condenação moral, principalmente por se temer pelo fim da instituição familiar (ROUDINESCO, 2003). Esses eram considerados a causa da dissolução familiar e, conseqüentemente, seriam responsáveis por impactar negativamente na vida dos filhos. A crença da necessidade de uma configuração familiar nuclear para fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento infantil era tão intensa que estava presente até mesmo nas práticas dos psicólogos (SOUZA; RAMIRES, 2006).

As modificações sociais dificultam a definição de um ciclo de vida familiar que se aplique a todas as famílias, visto que estão se configurando cada vez mais destoante do modelo nuclear (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Apesar de relativa à década de 1990, essa consideração dos autores pode ser considerada contemporânea segundo análise dos dados divulgados no portal online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 1992, 59,35% das famílias eram constituídas por casais com filhos, 12,88% por casais sem filhos e 15,06% por mulheres sem cônjuges e com filhos. Em comparação, em 2009, 47,3%

eram constituídas por casais com filhos, 17,4% por casais sem filhos e 17,4% por mulheres sem cônjuges e com filhos. Logo, esses dados permitem a visualização da diminuição do número de famílias “tradicionais”, compostas por casais e filhos, entre 1992 e 2009. Além disso, aumentou a porcentagem de casais sem filhos e de famílias monoparentais femininas. Ou seja, percebe-se que as configurações familiares têm se distanciado do modelo nuclear. No entanto, mesmo que estejam se constituindo a partir dos padrões contemporâneos de relacionamento, ainda é possível que as famílias se comparem com os ideais do passado (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

A criança de hoje convive não apenas com os pais e membros da família extensa, mas também com outras crianças na escola, em atividades extracurriculares e com aparelhos eletrônicos. Nessa nova realidade social, ao contrário do século passado, estranha-se ter uma mãe que não trabalha fora de casa, um casal separado já não causa tanto espanto, assim como o relacionamento conjugal constituído por pessoas do mesmo sexo. Diante dessas novas formações de vínculos, ressalta-se que o estado civil e a orientação sexual não correspondem como elementos incapacitantes para o exercício da parentalidade (SOUZA; RAMIRES, 2006).

As configurações familiares chamadas de “novas” na virada do século não eram assim designadas por não existirem anteriormente, mas sim por serem mais aceitas pela sociedade nos dias atuais. Apesar de ainda não estarem completamente livres de censura e desqualificação por não corresponderem ao modelo nuclear de família, o passar dos anos tem concedido, aos poucos, o tom de naturalidade para essas configurações, diminuindo, assim, o preconceito dos quais são alvos (SOUZA; RAMIRES, 2006; KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012). Sobre isso, faz-se importante sinalizar a tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados, respectivamente, de dois projetos de lei que se relacionam diretamente com a definição do conceito de família. Por um lado, em um tom inovador e não preconceituoso, o Estatuto das Famílias, Projeto de Lei nº 470, proposto em 2013, toma como objetivo a não distinção entre famílias formadas por casais heteroafetivos e homoafetivos. Em contrapartida, com tom de retrocesso, o Estatuto da Família, Projeto de Lei nº 6583, também de 2013, reconhece como família somente aquelas que se encaixam no modelo tradicionalmente composto a partir da união de um homem e uma mulher. Fica claro, como a tolerância e o respeito para com as diversos modelos de configurações familiares existentes é contrastada com um pensamento conservador e preconceituoso. Posições sociais contrárias, não poderiam ser melhor representadas do que com a coexistência desses projetos de lei no Congresso Nacional.

O ideal de família nuclear ainda se faz presente nos termos utilizados para falar da família e suas configurações. Expressões como “família intacta”, que seria a nuclear com filhos biológicos, usado em oposição à concepção de “famílias desestruturadas”, “recompostas” ou “não-tradicionais”, deixam transparecer a suposição de que existe uma família considerada “normal”. Isso corrobora no imaginário social a noção de que somente essa configuração seria capaz de dar suporte ao desenvolvimento saudável de seus integrantes, mesmo que não exista causalidade comprovada entre a composição familiar e dificuldades emocionais infantis ou dos adolescentes a longo prazo (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Independente de sua configuração, toda família se estabelece a partir de uma estrutura e de uma dinâmica relacional, mesmo que esta seja caótica e precária. Seguindo essa lógica, considera-se que, por mais desorganizada que uma família possa parecer para quem a observa “de fora” ou por maiores que sejam as dificuldades que essa enfrente, há uma estruturação e uma dinâmica estabelecida entre seus integrantes (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012). Dessa forma, percebe-se a expressão “família desestruturada” como reprodutora de desqualificação das diversas configurações familiares coexistentes. Supõe-se que uma família com uma configuração não nuclear seria “desestruturada” por um desconhecimento e confusão com os conceitos de estrutura e configuração, além do preconceito historicamente envolvido em relação às demais configurações familiares.

Sobre isso, Cordioli (1998) considera que existem muitas configurações familiares que podem ser vistas como funcionais, já que uma família funcional pode ser descrita como aquela capaz de “utilizar adequadamente os seus recursos de comunicação (verbal e não verbal) e de estimular a expressão de afeto (tanto amoroso quanto crítico) de forma a identificar, elaborar e dar resolução aos problemas, com a participação de todos os membros da família” (1998, p. 175). Para o autor, um dos fatores que torna uma família funcional refere-se à existência de uma aliança entre o casal parental para realização das tarefas de prover, dar afeto e colocar limites aos filhos. Com isso, destaca-se a importância da presença de ambos os pais na criação dos filhos, mesmo que não vivam em um relacionamento conjugal/amoroso. Contudo, considera-se que, mesmo não havendo a presença de um pai/mãe que componha o casal parental, isso não pode ser entendido em si como empecilho para a funcionalidade familiar. Assim, considerando-se a qualidade das relações estabelecidas e o modo de funcionamento do sistema familiar, a configuração familiar em si não determina sua funcionalidade. Desta forma, monoparentais ou as em que os avós auxiliam no cuidado das crianças podem desempenhar adequadamente os papéis parentais.

Diante das considerações feitas, é inegável que a família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos, encontra-se em transformação. Novas articulações familiares ganham visibilidade, fruto de relações homossexuais, recasamentos, monoparentalidade, casais separados, grupos de amigos vivendo juntos, irmãos, tios e avós que moram juntos. Contudo, a partir de uma perspectiva psicanalítica, segundo Corso e Corso (2011), mantém-se a necessidade de laços familiares, fraternos e comunitários para a constituição do eu. Em outras palavras, apesar da organização da família nuclear estar sendo modificada, ela se mantém enquanto referência social de ideal de família.

Ressalta-se que nenhuma configuração familiar pode ser considerada como melhor ou pior que outra em si. Independentemente de sua forma de apresentação, entende-se que o valor da família se dá a partir da qualidade das relações estabelecidas entre os seus membros, que pode ser entendida pela presença de afeto e cuidado entre eles. Porém, mesmo diante de tanta diversidade, parece ainda persistir uma concepção de família que considera o modelo nuclear como o ideal a ser seguido, incitando a discriminação e resistindo em aceitar as demais configurações familiares (AMAZONAS et. al, 2003).

A própria literatura que circunda a temática família, por vezes, ainda resvala em considerações romantizadas e terminologias que se respaldam em concepções ultrapassadas acerca desse sistema. São exemplos disso a “maternalização” da família e a “liberdade” da mulher na contemporaneidade, citadas respectivamente por Roudinesco (2003) e Kehl (2003). No que tange ao primeiro termo destacado, percebe-se que a autora faz referência ao papel materno para indicar afetividade, o que remete a uma visão conservadora e tradicional em relação aos papéis de gênero na família. Já o conceito de liberdade, utilizado para fazer alusão à liberdade de escolha da mulher em gestar e o seu descolamento da figura materna nas relações conjugais contemporâneas, deve ser empregado com cautela, visto que as famílias brasileiras não possuem uma organização homogênea que permita tal generalização. Sobre isso, ressalta-se que também essa construção do saber deve ser entendida como circunscrita em um determinado momento histórico-cultural e que dele recebe influências e influencia.

Por possuir caráter social, o conceito "família" pode ser entendido como um sistema sociocultural adaptativo, que age de acordo com suas condições externas e internas, como os padrões culturais, relações sociais e afetivas, a subjetividade dos envolvidos e a interação entre estes fatores. Em virtude disso, ressalta-se que as modificações dos modelos familiares, abordadas anteriormente, ocorrem de maneira heterogênea nos contextos sociais brasileiros, sendo possível a coexistência de padrões tradicionais e contemporâneos de família entre as

regiões e as entre as diferentes classes sociais (PERES, 2001; TRAD, 2010; KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012).

A etnicidade diz respeito ao grupo étnico, religião e cultura de um grupo, resultado das transmissões geracionais familiares e comunitárias que ocorrem em níveis conscientes e inconscientes. Essas características influenciam nos padrões de comportamento, pensamento e sentimento das pessoas, servindo como lentes através das quais leem o mundo. Embora a etnicidade confira um sentimento de identidade de grupo aos seus membros, é possível que as famílias tanto sigam suas normas culturais, quanto busquem negá-las, principalmente quando os grupos aos quais fazem parte são alvo de discriminação social. Nesses casos, as próprias pessoas da família podem servir como reprodutoras dos preconceitos sofridos pelo grupo étnico. A maneira com que a família vai manejar tais questões possui relação com os atravessamentos da classe, religião, política e localização geográfica em que está inserida (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Segundo Huisman (2014), as famílias constroem sua identidade através do discurso e da interação com a própria família e com a cultura que a rodeia. Ela não deve ser concebida como um grupo isolado que funciona de forma independente, mas sim como estando emaranhada com expectativas, normas e ideais culturais do que seria uma boa família. A etnicidade influencia os valores cultivados pela família, alterando inclusive a forma com que essa se relaciona com o mundo. Para algumas, as relações devem ficar restritas à família nuclear, contrapondo àquelas que valorizam o convívio com a família extensa e/ou com amigos. Ainda, como no modelo tradicional, há aquelas em que o contato com o mundo externo é função a ser cumprida pelo homem, enquanto a mulher fica restrita ao universo doméstico (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Para além da etnicidade, entende-se que essas considerações podem ser ampliadas e aplicadas a qualquer grupo de pessoas que seguem um padrão cultural. Sobre isso, Corso e Corso (2011) consideram que até mesmo os casais que provém da mesma classe social e/ou grupo étnico podem ser concebidos como a associação de duas origens e de culturas diferentes, visto que cada família possui costumes e valores únicos.

Uma família que esteja organizada de forma disfuncional é um sistema que não está conseguindo executar as tarefas previstas de acordo com a fase do ciclo de vida familiar, as que os integrantes são próximos ou distantes em excesso e as que possuem uma delimitação hierárquica confusa. Dessa forma, o contexto em que um sistema familiar está inserido e as situações pelas quais estão passando devem ser sempre elementos avaliados quando se busca conhecer as características de uma família (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Aplicando

essas considerações ao contexto da família pobre, foco do presente estudo, destaca-se que a pobreza e as dificuldades associadas a essa condição socioeconômica não devem ser consideradas em uma relação de causa-efeito com distúrbios familiares ou transtornos desenvolvimentais. Ainda, entende-se que os diversos fatores (ambientais, econômicos, culturais, etc.) presentes na vida de uma família e que influenciam em suas relações intra e extrafamiliares devem ser consideradas pelos profissionais que atuam junto às famílias no desenvolvimento de ações que busquem o fortalecimento dos seus vínculos afetivos e do suporte social³.

A literatura que busca abordar as características de famílias de baixa renda, apresentada na sequência, pode deixar escapar resquícios de concepções ainda pautadas na valorização do modelo de família nuclear, ocasionalmente soando desqualificadora da cultura das famílias em tal situação sócioeconômica, mesmo que não seja essa a intenção. Ainda, ressalta-se que, ao utilizar as terminologias famílias de baixa renda, famílias pobres ou famílias de grupos populares, refere-se não meramente à carência monetária que essas vivenciam, mas soma-se a isso toda a desigualdade social, a situação de vulnerabilidade⁴ e a ausência de direitos a que estão expostas (SARTI, 2011; SILVA et al., 2012).

Segundo Sarti (2011), a partir de uma perspectiva antropológica, a base das relações nas famílias de baixa renda tende a ser ainda o molde tradicional patriarcal, através do qual o homem é colocado como autoridade moral, provedor e mediador dos integrantes da família com o mundo. Para a autora, essa hierarquia entre os cônjuges definem papéis que se complementam, sendo o homem e “pai de família” o responsável pelo sustento financeiro e a mulher “dona-de-casa” quem transforma o “pouco” que se tem em suficiente e responsável por cuidar de todos os membros. Contudo, a autoridade do homem não exclui a autoridade da mulher no meio familiar.

Se essa concepção social identifica o homem como responsável pela respeitabilidade familiar, a família que não possui uma figura masculina para desempenhar esse papel pode vir a se sentir enfraquecida socialmente (SARTI, 2011). Em pesquisa conduzida por Cúnico

³ Suporte social compreende relações que proporcionam o sentimento de confiança, preocupação, valorização, suporte e carinho (SARASON et al., 1983).

⁴ Este estudo considera vulnerabilidade social como sendo um conceito multidimensional, composto por fatores individuais, coletivos e contextuais. Entre os aspectos considerados como sinalizadores da vulnerabilidade social de uma pessoa, família ou comunidade podem ser destacados o estabelecimento de relações familiares violentas e/ou conflituosas, a presença insuficiente de recursos financeiros, a baixa escolarização, sua consequente escassez de perspectiva profissionais e de futuro (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2009). Ainda, a vulnerabilidade social pode ser associada à noção de fragilidade e dependência, como, por exemplo, no caso de crianças e idosos, período do desenvolvimento humano que não possibilita ações de autodefesa efetiva (FONSECA et al., 2013).

(2014) com dez mulheres residentes em periferia urbana e que compunham uma família monoparental, na cidade de Santa Maria – RS, a presença do pai foi apontada como um pilar fundamental para manter o “equilíbrio” familiar, como destacou uma das participantes. Em acordo com esses resultados, a pesquisa de Wottrich e Arpini (2014), com oito mães coletadoras de material reciclável, apontou que a ausência física do pai era relacionada, pelas participantes, à dificuldade de prover recursos mínimos de subsistência aos filhos e estabelecer a autoridade parental na família. Contudo, parece ser possível supor que as dificuldades citadas possam surgir não apenas diante da ausência da figura paterna, mas da ausência de um outro adulto com quem dividir as responsabilidades parentais e familiares. Ainda, entende-se que tais considerações não fiquem restritas às famílias de baixa renda, podendo ser estendidas para as demais classes sociais.

Voltando o foco para as famílias de baixa renda, nas quais talvez a importância desse suporte se torne mais evidente, percebe-se a solidariedade como sendo a base de muitas relações nesse contexto. Para além de recursos materiais, também a educação das crianças pode vir a ser compartilhada, fenômeno denominado por Fonseca C. (2006) de “circulação de crianças”. Sobre essa adoção informal, que ocorre dentro ou fora da rede familiar, especialmente quando faltam recursos financeiros ou pela necessidade de um cuidado dos pequenos quando os pais precisam trabalhar, destaca-se que o vínculo criado entre a criança e seu cuidador pode se tornar tão forte quanto aquele estabelecido com seus pais biológicos. Nesses casos, é importante que os cuidadores atuem em conjunto, passando os mesmos valores e submetendo a criança às mesmas regras, favorecendo com que a educação seja feita de forma coesa (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Assim, a família extensa ganha destaque sobre a família nuclear (SILVEIRA, 2002).

Essa realidade foi apresentada no estudo de Stewart (2007) realizado com famílias africanas, através do qual foi solicitado aos participantes que definissem quem eram as pessoas que compunham suas famílias. Como resultado, os integrantes da família nuclear e os da família extensa apareceram mais claramente diferenciados entre os participantes de nível socioeconômico mais elevado que entre aqueles de nível socioeconômico mais baixo. Através da literatura, essa divisão pode ser entendida por duas vias. Para Sarti (2011), as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social encontram na configuração em rede uma estratégia de sobrevivência, contrastando com a cultura das classes sociais média e alta, que tendem a uma organização da vida familiar voltada à família nuclear (pai, mãe e filhos) e privada. Já Carter e McGoldrick (1995), consideram que, em função de uma melhor condição

financeira, essas últimas podem optar por contratar os cuidados de profissionais, como babás ou creches, ao invés de deixar os filhos sob a responsabilidade de algum parente.

Ainda, sem encontrar distinção entre os níveis socioeconômicos, os participantes da pesquisa de Stewart (2007) consideraram como parte da família pessoas sem laços sanguíneos ou matrimoniais, que foram nomeadas pelo autor de “parentes fictícios”, um termo um tanto quanto delicado, pois pode soar como desqualificador desses vínculos. Essas pessoas podiam ser agregadas por diversas razões, entre elas por necessitarem suporte que sua família biológica não pôde fornecer. Em outras palavras, essa pesquisa demonstrou que o convívio e o afeto tornam família mesmo aqueles sem vinculação sanguínea e, ainda, apontando como mais adequadas as considerações de Carter e McGoldrick (1995) a respeito dos dados citados no parágrafo anterior. Assim, as famílias com melhores condições socioeconômicas também apresentariam um funcionamento em rede e contariam com membros externos aos membros da formação nuclear ou consanguínea para sua sobrevivência.

A importância da família extensa e/ou rede de apoio também apareceu nos resultados da pesquisa de Zamberlan (2008), realizada em Londrina - PR com famílias de baixa renda, referente ao cuidado das crianças quando a mãe precisava se ausentar, sendo assumido por parentes (69% das vezes), amigos (12%) ou vizinhos (5,33%), ficando reservado à creche apenas 6,6% dos casos. Em outros 7 casos (9%) a criança ficava sozinha sem supervisão de um adulto e em 6 (8%) era deixada sob os cuidados de uma empregada.

Em pesquisa realizada por Moreira, Rabinovich e Silva (2009) com sessenta crianças baianas, trinta residentes na capital e trinta no interior, os autores encontraram que a principal função atribuída à família era a de cuidar, proteger e ser afetiva. Mesmo que apenas as crianças de nível socioeconômico baixo morassem junto com outros parentes além de seus pais, a maioria dos participantes descreveu a família a partir do modelo extenso, demonstrando que a participação familiar não fica restrita a quem vive na mesma residência. Ainda, os domicílios foram classificados como unifamiliares (habitavam nele apenas uma família), mas várias dessas famílias moravam próximas a suas famílias de origem, dado também demonstrado na pesquisa de Zamberlan (2008), na qual em 78,4% das famílias apenas os dois cônjuges residiam juntos, em 8,1% havia também à presença de avós, em 6,8% tios, 4,1% tias 4,1% e 1,4% uma pessoa sem grau de parentesco. Os dados ainda mostraram que em 94,4% dos casos os parentes dessas famílias residem na cidade, sendo eles os tios (82,67), avós (57,33%) e outros. Assim, percebe-se que a concepção de família extensa ultrapassa a noção de coabitação, constituindo-se em um modelo de estabelecimento de relações. Além disso, os membros da família extensa também estiveram presentes em alguns

dos desenhos desenvolvidos por seis meninos em vulnerabilidade social de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, participantes da pesquisa conduzida por Polli e Arpini (2012), remetendo à importância desse modelo familiar.

Ainda na pesquisa de Moreira, Rabinovich e Silva (2009), as mães foram consideradas aquelas que educam e cuidam do filho e da casa, mais afetivas, enquanto o aspecto lúdico da relação parental foi relacionado mais à figura do pai, assim como o papel de prover e trabalhar. Quanto à responsabilidade de disciplinar, foi atribuída de maneira semelhante à mãe e ao pai, indicando mudanças nos papéis tradicionais de gênero, as quais apareceram de forma menos proeminente nos contextos menos urbanos e mais desfavorecidos. Ao encontro dessas considerações, a pesquisa de Zamberlan (2008) com famílias de baixa renda encontrou que em 81% das famílias participantes a mãe ainda ficava em casa com os filhos e era vista como a principal figura de cuidado, indicando um desempenho dos papéis parentais ainda com resquícios do patriarcalismo.

Considera-se que o desejo da paternidade e as experiências de vida influenciam o modo como ela é experienciada por cada homem. A pesquisa realizada por Spjeldnaes et al. (2011) com treze adolescentes do sexo masculino habitantes de uma província sul-africana com baixos recursos, encontrou divergência entre o modelo paterno que esses adolescentes tiveram contato através do desempenho da parentalidade de seus pais e a maneira que eles próprios esperavam desempenhá-la. Os participantes consideraram seus pais figuras ausentes, com os quais não tinham vínculo afetivo estabelecido. Esse distanciamento entre pai e filho era enfatizado pelo fato de a maioria dos entrevistados não manterem contato ou não conhecerem o pai biológico. Segundo os participantes, seus pais eram homens sem responsabilidade, visto que não cuidaram da família que constituíram, seja em termos econômicos ou emocionais (SPJELDNAES et al., 2011). Esses resultados indicam uma insatisfação dos adolescentes com a paternidade nos moldes patriarcais, onde o homem se apresentava como a autoridade familiar, sem envolvimento no cuidado dos filhos e distante emocionalmente, sendo possível perceber nos participantes o desejo de um exercício paterno em consonância com um modelo mais afetivo.

De forma complementar, as informações coletadas por uma pesquisa canadense, realizada com dezessete pais jovens em contexto de vulnerabilidade, demonstraram que a paternidade foi capaz de transformar o significado da vida para esses homens. Ser pai foi percebido pela maioria dos participantes como um estímulo para se tornarem mais responsáveis, principalmente pelo fato de terem passado a se considerar encarregados do sustento do filho, o que, por sua vez, modificou a relação dos jovens pais com o trabalho.

Dessa forma, a importância dada para o cuidado dos filhos impulsionou transformações na identidade e alterou hábitos desses homens (MILCENT et al., 2008).

Mesmo que a pesquisa de Milcent et al. (2008) tenha resultados focados na função de garantir o sustento financeiro e a de Spjeldnaes et al. (2011) foque na importância do afeto na paternidade, reconhece-se que em ambas existe uma preocupação por parte dos participantes com o desenvolvimento e cuidado dos seus filhos. Pode-se pensar que o desempenho do papel paterno muito se relaciona à capacidade desses homens em refletir acerca de suas experiências pregressas enquanto filhos, repetindo ou alterando esses padrões (BERTHOUD; BERGAMI, 1997). Ainda, apesar do foco dos estudos citados serem jovens em situação de vulnerabilidade social, entende-se que os resultados demonstrem uma realidade que pode ser comum aos jovens das demais classes sociais, como também pode ser ampliada para as mulheres e o exercício da maternidade.

A respeito do lugar da criança e dos filhos nas famílias de baixa renda, Carter e McGoldrick (1995) assinalam o desemprego e a baixa condição socioeconômica como dois elementos estressores que podem impactar nas relações e a estrutura familiar, sendo a aceleração no amadurecimento das crianças uma de suas possíveis repercussões. A respeito disso, o estudo de Peres (2001) sobre a concepção de família em população de periferia urbana, que teve como participantes 25 famílias da periferia de Goiânia, identificou cujos os integrantes das famílias desenvolviam trabalhos de baixa remuneração e baixa qualificação profissional (76%) ou estavam desempregados (24%). Com isso, a autora sinalizou o importante papel que as crianças podem ser convocadas a assumir em algumas famílias no auxílio do sustento familiar. Entende-se que esse auxílio não necessariamente assuma a forma de ganho monetário, mas pode ser prestado através do cuidado da casa ou de crianças mais novas.

Em seu estudo, Peres (2001) ainda aponta a existência de uma preocupação dos pais para com o desenvolvimento e a educação dos filhos, a partir da qual é possível inferir que, mesmo quando esses pais não consideram que consigam fornecer suficientes estímulos à educação, cuidado e proteção às crianças, existe o desejo de buscar condições de fazer diferente. Com isso, para além da importância da presença física e/ou de poder investir financeiramente na criação dos filhos, ressalta-se o envolvimento e a afetividade como fatores fundamentais para o desenvolvimento infantil. Assim, entende-se as relações com a família extensa, amigos da família, vizinhos e profissionais da assistência social também como uma forma das crianças receberem suporte social para além do núcleo familiar. Sobre isso, faz-se importante destacar que tal realidade referente à infância não é exclusiva das famílias de baixa

renda, sendo as crianças das demais classes sociais muitas vezes também convocadas a auxiliar na realização das tarefas familiares.

A análise dos resultados de Peres (2001) aponta ainda uma consideração de família como sendo aquela que segue o modelo nuclear, ideal social que pode suscitar sentimentos de frustração em famílias que apresentam outras configurações. O recorte de fala de uma das participantes de Cúnico (2014) ilustra essa mesma ideia: “família seria pai, mãe e filhos”. Apesar disso, os participantes de Peres (2001) destacaram a presença de afeto, respeito e união como fatores mais importantes de constar nas relações familiares que a situação financeira e as condições de vida, indicando uma visão mais atual de família coexistindo com ideais do passado.

Na contramão dessa concepção de família como lugar de afeto, respeito e união, algumas famílias atingem níveis extremos de dificuldades de relacionamentos intrafamiliar, podendo desencadear comportamentos marcados pela violência (PERES, 2001), conjuntura que se faz presente em todas as classes sociais. Contudo, a pobreza apresenta-se como um dos estressores que podem vir a influenciar, mesmo que indiretamente, no comportamento familiar e nas relações estabelecidas. Dificuldades contextuais como a pobreza podem ser pensados como contextos em que a violência fruto das desigualdades sociais brasileiras se materializa sob a forma de ambientes físicos e sociais precários. A resposta dos pais frente a essas dificuldades podem se traduzir, por exemplo, em uma relação com os filhos baseada na obediência e no uso de castigos físicos como punição frente aos comportamentos das crianças que forem considerados inadequados pelos cuidadores. O estabelecimento dessa dinâmica não significa ausência de carinho e preocupação, mas pode propiciar falhas no atendimento de necessidades físicas e emocionais e repercutir no desenvolvimento infantil (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012).

Em conformidade, Zamberlan (2008) obteve, através de sua pesquisa com famílias de baixa renda, resultados que apontaram o exercício do cuidado e de práticas educativas onde práticas coercitivas se destacaram entre as formas de interação com as crianças. Sobre isso, as participantes da pesquisa conduzida por Wottrich e Arpini (2014), mulheres coletadoras de papel, expuseram utilizar tanto a intervenção verbal, quanto a coerção física como práticas educativas, colocadas como um processo gradual que vai da conversa ao bater. Também a parentalidade se mostrou relacionada ao valor de prestar obediência aos pais e a responsabilidade da educação, cuidado e proteção dos filhos ainda imbricada ao papel da mulher. Frente a isso, as participantes do estudo referiram sentimento de angústia frente a uma jornada tripla de trabalho (responsabilidades domésticas, educação dos filhos e coletar

papel). Mais, por trabalhar fora de casa, precisavam contar com o auxílio dos filhos mais velhos ou das avós para suprirem o cuidado das crianças mais novas. Resultados que demonstram a figura feminina ainda como relacionada à responsável pela educação dos filhos e a convocação das crianças no auxílio das tarefas familiares, considerações já abarcadas anteriormente.

Partindo das duas pesquisas citadas anteriormente, é importante situar a situação de vulnerabilidade social em que os participantes se encontravam, visto que a violação de direitos e a falta de suporte social podem fragilizar a família para o desempenho da parentalidade (PNAS, 2004). Ainda, entende-se que a utilização de práticas coercitivas na educação não fica restrita ao contexto de baixa renda, mas é possível que esse ganhe visibilidade dentre as demais classes sociais por estar sob vigilância do Estado (FONSECA F. et al., 2013).

Considerando-se ainda o lugar dos filhos na família de baixa renda, ressalta-se que a precariedade das condições socioeconômicas não deve ser confundida com precariedade de laços afetivos. A pesquisa realizada por Silveira (2002) com trinta meninos institucionalizados de Porto Alegre (RS) expôs a preferência dos participantes pelo domicílio familiar em relação à instituição de acolhimento. Mesmo que essa última oferecesse, por vezes, melhores condições residenciais, nutricionais e de segurança, em casa eles recebiam o afeto familiar. Das famílias desses meninos, 53% eram monoparentais maternas, 20% monoparentais paternas, 13% nucleares e 13% dos participantes eram órfãos de pai e mãe. Esses números, assim como os desenhos feitos pelos meninos, mostraram uma tendência, novamente, da mulher ainda ocupar o papel central na criação dos filhos. Na pesquisa desenvolvida por Polli e Arpini (2012), em crianças foram solicitadas a desenhar e contar uma história com os temas “uma família qualquer”, “uma família que gostariam de ter” e “sua própria família”, a figura materna foi representada em quase todos os desenhos feitos pelas crianças e recebeu destaque em relação aos demais membros familiares por ser indicada como principal responsável e estar presente no cotidiano das crianças, já que todas elas residiam com a mãe. Assim, a mãe foi descrita como afetiva e responsável pelo cuidado e educação dos filhos. Mesmo que a função materna não necessite ser exercida pela mãe biológica, os resultados da pesquisa apontaram que ainda é ela quem principalmente a exercia. A figura do pai não recebeu ênfase na maioria dos desenhos produzidos pelas crianças. Apesar de aparecer quantitativamente de forma semelhante à mãe, qualitativamente seu lugar no cenário não foi realçado, com exceção de um desenho no qual o pai assumiu a centralidade e papel de autoridade familiar. No entanto, as falas dos meninos participantes mostraram que, por vezes,

o homem compartilha com a mulher a função de cuidar dos filhos, revelando a transição do lugar por muito tempo ocupado pela figura paterna, restrita ao sustento financeiro, a um modelo mais afetivo e comprometido com o desenvolvimento dos filhos.

A depender da maneira com que os pais desempenham a parentalidade, a dinâmica estabelecida pode representar um fator de proteção ou de risco ao desenvolvimento infantil, favorecendo ou não a aquisição de competências psicossociais das crianças (REPPOLD, 2002). Considerando o desempenho da parentalidade como imbricado às vivências dos cuidadores enquanto filhos (BERTHOUD; BERGAMI, 1997), entende-se uma experiência progressa com relações atravessadas por comportamentos violentos como um dos aspectos que podem aumentar a probabilidade de ocorrência da violência intrafamiliar. Essa, segundo o Ministério da Saúde (2011), caracteriza-se por ações ou omissões que sirvam como um obstáculo ao desenvolvimento, à integridade física ou psicológica, interferindo no bem-estar e na liberdade do sujeito, perpetradas por pessoas vinculadas através de laços familiares.

Chama atenção no estudo de Silveira (2002) que, apesar das diversas configurações apresentadas pelas famílias dos participantes, sendo apenas 13% delas constituídas por um modelo nuclear, ao serem solicitados a desenhar uma família, 76% dos meninos representou a família segundo esse formato, constituído pelas figuras de pai, mãe e filhos. O número de filhos desenhados, máximo dois de por família, também foi um dado encontrado como contrastante com a família real dos meninos. Em relação a isso, das famílias da pesquisa de Zamberlan (2008) 24,3% possuíam dois, 20,3% três, 12,2% quatro e 5,4% mais que quatro filhos. Resultados que ilustram a distância entre a concepção de família que predomina no imaginário social, a nuclear, e a configuração real das famílias brasileiras.

Em acordo com essas considerações, participantes de Polli e Arpini (2012) também desenharam a família nuclear, composta por mãe, pai e filhos (um ou dois no máximo) diante da solicitação de ilustrar uma família qualquer, divergindo dos desenhos das suas próprias famílias, que representaram famílias separadas, extensas e com maior número de filhos (três meninos moravam com a mãe, pai e irmão(s), um com a mãe, padrasto e irmãos, um morava com a mãe e irmãos e outro com a mãe e padrasto). Com isso, as crianças participantes da pesquisa definiram família como “um grupo de pessoas que vive junto, são afetivas e cuidam umas das outras, seja esse grupo configurado de maneira nuclear, ampliada ou recasada” (POLLI; ARPINI, 2012, p. 538). Ampliando esse conceito, o presente estudo entende por família pessoas unidas por laços afetivos, que estabelecem relações baseadas na reciprocidade de cuidado, preocupação e carinho, independente de compartilharem o mesmo teto.

A partir disso, percebe-se que, ao longo da história, a família tem passado de uma configuração baseada na divisão sexual das funções familiares e relações enrijecidas pela autoridade patriarcal, incorporou em sua dinâmica familiar uma lógica mais afetiva e recíproca em suas relações, buscando a divisão das atividades domésticas e tarefas familiares entre os cônjuges. Sobre isso, ressalta-se novamente que “família” não pode ser concebida como um conceito homogêneo, visto que a forma com que cada sistema encontra para se organizar pode ser atravessada por fatores sociais.

Ao sinalizar as possíveis diferenças existentes entre as famílias no contexto brasileiro, é importante salientar que não há intenção de se realizar uma generalização ou simplificação das características das famílias, muito menos contribuir para estereótipos sociais. Busca-se, por outro lado, discutir a importância de que, ao trabalhar com famílias e suas variadas formas de apresentação, sempre se tenha em vista que cada família é única (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Essa conscientização se faz relevante diante das influências que o nível socioeconômico e as características étnico-culturais exercem no estilo da família e na relação com os profissionais e serviços da rede da assistência social (CORDIOLI, 1998).

Dessa forma, é necessário que os profissionais da assistência levem em consideração as influências que a etnicidade e a cultura exercem no ciclo de vida familiar e sejam capazes de acolher as famílias nas suas especificidades, oferecendo o suporte social necessário para que essa se sinta respeitada, fortalecida e capaz de desempenhar suas funções (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Mais, ter essa compreensão global da família auxilia a pensar práticas mais efetivas por planejar e propor ações adequadas não apenas à demanda, mas ao contexto em que será executada e à característica da família atendida (SILVA et al., 2012).

Diante dessas considerações, questiona-se sobre a adequação da formação profissional da psicologia para atender não apenas às famílias do século XXI, mas especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade social, público-alvo da PNAS e foco dessa pesquisa. Essas últimas, por se encontrarem expostas a situações de exclusão social, precárias condições de vida e privação de direitos, encontram/deveriam encontrar nos CRAS e suas ações a oportunidade de se fortalecer e mobilizar recursos rumo ao alcance de condições para uma vida mais digna. Dessa forma, a formação profissional deve servir como base para essa atuação, dando as condições mínimas necessárias para o manejo profissional nesse campo, incentivando o conhecimento da realidade das famílias usuárias e a prática de intervenções sensíveis e humanizadas.

2.2 OS PSICÓLOGOS E AS FAMÍLIAS NO CRAS

Ao abordar a temática da prática da Psicologia nas ações vinculadas ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), faz-se necessário apresentar brevemente a Política de Assistência Social brasileira e o Sistema Único de Assistência Social. A Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742 (LOAS, 1993), recentemente reformulada pela Lei nº 13.014 (2014), propõe a proteção social⁵ como direito de todo cidadão e dever do Estado. Porém, somente a partir dos anos 2004 e 2005, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2005) é que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pôde ser estruturado, tendo como objetivo promover suporte social e garantir o atendimento das necessidades básicas da população (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; SILVA; CORGOZINHO, 2011; SENRA, 2014).

A PNAS (2004) indica como público ao qual direciona suas ações aqueles em situação de vulnerabilidade e riscos e descreve esses como:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Como é possível perceber, vulnerabilidade social e pobreza não são sinônimos. Todavia, a pobreza pode contribuir para a exposição dos sujeitos a situações de risco que afetam o seu bem-estar (ROMAGNOLI, 2015; BRONZO, 2009).

No que tange ao SUAS, esse se organiza em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O nível de Proteção Social Básica, que tem os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) como seu principal serviço, possui como foco o atendimento das famílias e sujeitos vulneráveis devido à situação de pobreza, privação e fragilização dos vínculos afetivos. A ação do psicólogo nesses serviços deve promover o bem-estar social, promovendo potencialidades e prevenindo situações de risco, evitando o agravamento de situações de conflito. O nível de Proteção Social Especial conta com os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) para prestar auxílio

⁵ Proteção social é definida na PNAS (2004) através de ações que buscam garantir a segurança de sobrevivência, de autonomia, de vínculos familiares e sociais e de acolhida (recuperação de situações de abandono e isolamento).

àqueles que estão em situação de risco pessoal e social, em função de abandono, violência, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas e outros casos de violação dos direitos (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; SENRA, 2014). Esse nível de proteção social se divide em serviços de média e alta complexidade, sendo os de média complexidade responsáveis por acompanhar as famílias e indivíduos nessas situações e os de alta complexidade aqueles que devem garantir a proteção integral, “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (PNAS, 2004, p. 38).

O CRAS, contexto foco desse estudo, constitui-se em um dos principais serviços ligados à organização e realização de ações da Política de Assistência Social. Ele deve estar inserido na comunidade local, atuando de maneira próxima às famílias e sujeitos, com o objetivo de orientar e fortalecer os laços sociais e familiares (COUTINHO; MERIGO, 2010). A família tem como função a proteção e socialização dos seus membros e, quando necessita de apoio para desempenhá-la, é papel do CRAS auxiliar no desenvolvimento da vinculação familiar e comunitária, servindo como mediador também com outras instituições e com o Estado (SILVA; CORGOZINHO, 2011). Assim, esse dispositivo deve funcionar como um suporte às famílias através da prestação de serviços e benefícios que auxiliam na busca por condições para uma vida digna, incluindo benefícios como o Programa Bolsa Família⁶ e a Carteira do Idoso⁷ (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011).

A Política de Assistência Social está voltada à população em risco social, fatores heterogêneos e complexos que exigem o planejamento e execução de ações contextualizadas com o território onde o serviço de referência em questão está inserido (BRASIL, 2009), além de prever que os profissionais atuem em conjunto através de uma prática interdisciplinar, integral e de prestação de serviço contínua (COUTINHO; MERIGO, 2010). O conhecimento da realidade da comunidade em que se atua é pré-requisito para reconhecer as demandas da população e pensar intervenções adequadas e efetivas. A esse respeito, uma crítica dirigida ao SUAS aponta que grande parte dos programas da assistência social são pensados a partir de uma homogeneidade que não corresponde à realidade da sociedade brasileira, composta por

⁶ Programa de transferência de renda criado para amenizar em curto prazo a pobreza no Brasil (COSTA et al., 2014).

⁷ Documento que permite a pessoa idosa ter acesso a passagens interestaduais gratuitas ou com descontos de, no mínimo, 50% do valor em transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2015).

comunidades diversas, cada qual com suas especificidades, suas necessidades, modo de viver e de compreender o mundo. Com isso, cabe aos profissionais inseridos nesses serviços contextualizar as ações à realidade da população local (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; SILVA et al., 2012).

A realização de visitas domiciliares, a adoção da matricialidade sociofamiliar e da territorialização nas intervenções, previstas pela PNAS, colaboram para o conhecimento das demandas do território e da realidade das famílias que vivem no local de instalação dos serviços. Esses dois últimos conceitos podem ser concebidos como os eixos bases das intervenções do SUAS e referem-se, respectivamente, ao fato de colocar a família e suas especificidades como foco das intervenções e colocar as características do território como central para entender as vulnerabilidades e riscos sociais da população (BRASIL, 2009). No entanto, esses eixos, que deveriam servir para o desenvolvimento de práticas efetivas, podem vir a contribuir para uma prática culpabilizante desses sujeitos ao se visualizar a realidade local sem levar em consideração o complexo contexto de desigualdade social à que essas famílias estão expostas, o que influencia no desenvolvimento biopsicossocial da população (SENRA, 2014). Segundo Bronzo (2009), as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social estão sujeitas não apenas à carência monetária ou de acesso a serviços, mas também à aspectos psicossociais negativos, “de apatia, resignação, baixa autoestima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança, subordinação e dependência” que podem tornar ainda mais difícil vislumbrar estratégias para combater a pobreza e modificar as condições de vida, superando a situação de vulnerabilidade (2009, p. 175). Em outras palavras, as características do território e das famílias podem ser tomadas para explicações simplistas que desqualificam o modo de vida das famílias atendidas no CRAS.

A despeito de tais entraves e dificuldades, a família deve ocupar um lugar de centralidade nos programas e serviços de atenção à população, possibilitando uma compreensão integralizada dos sujeitos e buscando incluir as relações sociais dos usuários nas ações propostas (MIOTO, 2010). Com isso, a família passou a ocupar também uma função política de proteção e desenvolvimento de seus membros (ROUDINESCO, 2003), tornando-se o foco das políticas e programas da assistência social nos dias atuais, principalmente na atenção primária.

Assim, a PNAS (2004) adota como base de suas ações a família considerada como uma estrutura universal de união, que prevê a aliança através de laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Uma definição, aparentemente, em acordo com as transformações na composição do sistema familiar. Contudo, na prática, Carlotto e Mariano (2008) apontam que

as ações nesse campo ainda trazem resquícios da valorização da família nuclear e da representação social da mulher imbricada ao papel de mãe e responsável pelo cuidado desse sistema. Sobre isso, Mioto (2010) indica a existência de concepções morais e religiosas que percorrem o discurso de quem pensa, formula e executa as políticas sociais.

A partir de pesquisas realizadas junto aos CRAS de Londrina – PR, com participação de gestoras, beneficiárias e usuárias da assistência social, além da análise de documentos oficiais, Carloto e Mariano (2008) destacaram visualizar a mulher assumindo o lugar da família, tornando-se o principal público das “metodologias participativas e dialógicas”, concretizadas em trabalhos em grupo, e a porta voz da família na “entrevista familiar”. Também é ela que majoritariamente busca os programas de transferência de renda, além de ser incumbida da responsabilidade do cumprimento das exigências dos mesmos, através da participação em atividades, controle da frequência escolar das crianças e do atendimento à saúde. Dessa forma, a adoção da “família” como elemento central da assistência social pode ser entendida como uma forma de controle do Estado relativo à organização das relações familiares, personificando, através dos programas e serviços assistenciais, uma postura normatizadora que privilegia a tradicional divisão sexual das funções familiares.

Com isso, reconhece-se a importância da existência de um referencial do que se entende por família nas políticas sociais, assim como de orientações que norteiem a atuação dos profissionais inseridos nesse campo. No entanto, mostra-se necessário a adoção de uma postura crítica frente à prática, distanciando-se da busca por modelos universais e generalizantes, visto que diferentes contextos sociais podem apresentar diferentes concepções sobre família e comportamentos valorizados (TRAD, 2010). Considerando-se as concepções do que é família, ressalta-se que as visões de mundo dos profissionais que atuam no contexto de assistência social podem vir a ser distintas daquela da população atendida. Segundo Silveira (2002), esses olhares muitas vezes partem de lugares distintos da sociedade, estando os profissionais inseridos no “núcleo da sociedade” e os usuários no “lado de fora”. Assim, para evitar uma influência prejudicial de crenças pessoais na atuação, é preciso atentar também para a margem subjetiva que as diversas configurações familiares, valores culturais e estilos de vida podem conferir para a discriminação de uma realidade diferente da sua. Conforme Cunha (2004), os diferentes olhares e saberes sobre o mundo pertencentes aos atores sociais envolvidos nos serviços sociais (profissionais, usuários, etc.) devem ser capazes de conviver. Mais, Matos (2004) sinaliza a necessidade de se considerar vários estilos de vida como sendo saudáveis e que essa variedade deve ser estabelecida de acordo com a comunidade onde o sujeito se encontra e suas características.

A transformação das famílias e a expansão das possibilidades de estabelecer suas relações internas e externas com o social deslocam, por vezes, as funções e lugares ocupados por cada sujeito, exigindo novas maneiras de abordar a família, que partam da compreensão de que existem várias maneiras de ser família na atualidade (PASSOS, 2003). Assim, entre as funções do psicólogo no campo da assistência social, dá-se destaque à sensibilidade e capacidade de acolher e desmistificar, junto às famílias do território e aos profissionais que compõem a equipe do serviço em que atua, preconceitos sociais ancorados em um modelo de família do século passado. Considera-se, assim, essencial a compreensão do sentido de “ser família” para cada uma das famílias que procura o suporte do CRAS (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Em outras palavras, não é função do psicólogo buscar enquadrar a família atendida em um modelo, qualquer que seja esse (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012). Ao contrário, espera-se desse profissional uma atuação comprometida em distanciar as ações do serviço de uma concepção idealizada de família.

O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui-se como uma das possibilidades do psicólogo inserido no CRAS desenvolver ações baseadas no respeito à diversidade dos arranjos familiares, dos valores e dos comportamentos das famílias. Esse serviço assume a forma de intervenções em conjunto com as famílias do território e possui como objetivo o fortalecimento dos vínculos e da função protetiva, promovendo a autonomia dos sujeitos através da conscientização de seus direitos como cidadãos e visando contribuir com a melhoria de qualidade de vida (COUTINHO; MERIGO, 2010).

Direcionando para a família, público-alvo previsto pela PNAS, principalmente no trabalho com aquelas que assumem uma configuração distante da nuclear, é importante que o profissional se mantenha atento às suas expectativas e valores pessoais. Considera-se imprescindível o posicionamento ético e crítico do profissional, não permitindo que teorias e técnicas contribuam para uma análise preconceituosa e estereotipada do contexto e da dinâmica familiar. Essa ponderação se faz fundamental diante do lugar de agente ideológico que o saber psicológico ocupa em relação à maneira com que as mudanças na estrutura familiar e nos papéis de gênero são percebidas socialmente (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Dessa forma, o trabalho com famílias deve ter por objetivo fornecer condições e suporte para a família se reconhecer e agir enquanto pessoas vinculadas através do afeto, independente de sua configuração e organização (CAMPOS, 2012). Os vínculos são a força desse sistema e definem as possibilidades de interação familiar. É a partir deles que as relações são estabelecidas e cada membro assume o seu papel na família, de acordo com as características de cada um e das exigências contextuais. Ainda, ressalta-se que essa

intervenção não diz respeito a procurar soluções para as questões e conflitos do sistema familiar e seus integrantes, frutos da dinâmica intrafamiliar e do social, mas compreender sua realidade e fornecer recursos para a família manejar suas dificuldades, além de promover o respeito às diversas maneiras de convívio familiar existentes (PASSOS, 2003). Assim, as ações devem ser construídas e executadas por profissionais capazes de visualizar na família sua capacidade para resolver suas problemáticas (DUNST, 2002).

O principal desafio dessa atuação diz respeito a conseguir favorecer que esses sistemas sejam espaços de bem-estar para todos seus integrantes, contribuindo para a constituição de relações mais saudáveis (WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008). Para que isso seja possível, entende-se que as ações do psicólogo devem ter como foco o atendimento psicossocial, podendo beneficiar-se de um olhar familiar sistêmico (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011). O olhar Sistêmico Familiar sobre a família vai propor que essa seja entendida como um sistema aberto que:

Gradualmente, elabora suas normas, recebendo influências do meio externo e influenciando o mesmo, também. Esse sistema desenvolve regras que regem o seu funcionamento e a forma como se darão as relações de seus membros. Não existe uma fórmula pronta e igual para explicar o funcionamento ou o prognóstico de uma família em determinados sistemas. Diversas variáveis (cultura familiar, raça, religião, papel dos membros, origens geográficas, educação formal, questões de saúde ou doença, ideologias) fazem surgir uma incógnita se nos aventurarmos a explicar como determinada família ou sujeito reage com o meio em que vive (GOMES, 2015, p. 13).

Esta parece ser uma forma de perceber a família bastante próxima ao que propõe os princípios do SUAS e adequada diante da diversidade de contextos sociais brasileiros. Assim, a partir da concepção sistêmica, entende-se que não existe uma só forma de ser família e que esse sistema está em constante interação com o mundo que o circunda. Essa leitura auxilia para que a atuação do psicólogo seja, de fato, planejada para a proteção e potencialização das famílias atendidas. Entretanto, é importante ressaltar que essa não é a única teoria que pode servir como base para as intervenções do psicólogo na assistência social, mas recebeu destaque nessa revisão da literatura por ser o pano de fundo da presente pesquisa.

Ainda sobre a prática centrada na família, Almeida (2010) descreve como características dessa abordagem o bom relacionamento entre a equipe e a família, o planejamento de ações a partir das necessidades de cada sistema familiar e a participação ativa da família no processo de avaliação e intervenção, possibilitando sua participação inclusive nas reuniões de equipe. Dessa forma, acredita-se alcançar resultados mais satisfatórios e efetivos com as ações.

Considerando-se ainda a política de assistência social no Brasil, a inserção do psicólogo na equipe técnica pode ser considerada como um importante avanço, resultado dos movimentos contemporâneos da classe. Até 2011, a presença do profissional nas equipes dos CRAS era exigida apenas nos serviços de médio⁸ e grande⁹ porte ou que estivessem inseridos em metrópoles ou no Distrito Federal. Nos CRAS de pequeno porte¹⁰, sua presença era apenas indicada (BRASIL, 2009). Com a resolução nº 17 (2011), a composição da equipe foi retificada, tornando obrigatória a presença do psicólogo em todos os serviços do SUAS. A inserção da psicologia nesse campo se configurou como uma grande conquista para a classe profissional, mas, para além disso também representou a chegada de novos desafios. Diante do fato do Brasil se apresentar como um país de grande desigualdade social, ao adentrar o campo da assistência social, a psicologia se deparou com um público e um contexto diferente da sua histórica ligação com a elite social, tornando-se necessária a produção de novos conhecimentos teórico-práticos que forneçam condições para esta atuação (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010).

Ao traçar uma linha do tempo da psicologia enquanto profissão, torna-se visível a familiaridade que essa possui, desde seu início, com um caráter clínico e um olhar voltado para o individual. Essa identificação histórica com a prática privada e com um modelo de sujeito psicológico separado do seu contexto social (DIMENSTEIN, 2000) é apontada como a forma que o psicólogo se reconhece enquanto profissional e representa o entendimento hegemônico da categoria sobre o ser humano (SPINK; MATTA, 2007; DIMENSTEIN, 2000).

Sobre isso, Passos (2003) enfatiza o cuidado necessário para não replicar no SUAS simplesmente os princípios literais das técnicas (abordagens teóricas e práticas), já que podem possuir uma base sociocultural não condizente com a realidade desse contexto. Enquanto no trabalho com o indivíduo o foco está na sua realidade interna, constantemente mediada com o outro, no trabalho com famílias a essência está na dinâmica familiar e nas relações entre os sujeitos, deslocando a centralidade das intervenções dos conflitos individuais para os familiares.

Assim, da clínica individual privada, focada em uma realidade social distinta das pessoas atendidas pelo SUAS, e com uma atuação que pode ser entendida como alienada às problemáticas sociais, esses profissionais se inseriram nos serviços da assistência social.

⁸ CRAS médio porte: funciona como referência para até 3.500 famílias.

⁹ CRAS grande porte: funciona como referência para até 5.000 famílias.

¹⁰ CRAS pequeno porte: funciona como referência para até 2.500 famílias (BRASIL, 2009).

Como consequências importantes da transposição acrítica desse modelo de atuação para o contexto público merece destaque a psicologização dos problemas sociais e o conflito de representações sociais, que refletem em um alto índice de abandono e baixa eficácia das intervenções (DIMENSTEIN, 2000).

Tais incongruências parecem não ater-se ao período inicial de inserção da psicologia no campo da assistência social. Em pesquisa recente realizada por Santos (2014) com seis psicólogos da Bahia, apresentou informações importantes sobre a atuação da psicologia no CRAS/SUAS. Através da fala dos participantes, ficou visível para a autora o distanciamento existente entre as orientações do SUAS e as ações realizadas nos serviços. O sujeito individual apareceu como foco das intervenções, desconsiderando-se o aspecto social do fenômeno psicológico, o que interferia na compreensão dos fatos e na efetividade do trabalho desses psicólogos, corroborando com as considerações feitas por Dimenstein (2000) mais de uma década antes. Segundo Santos (2014), além de uma atuação baseada na transposição do modelo de atendimentos clínicos individuais, oposta às ações voltadas para o coletivo, propostas na PNAS, foi possível perceber que as problemáticas dessa população eram entendidas sob a crença da igualdade, expondo uma postura profissional culpabilizante das famílias e sujeitos atendidos por suas condições de vida. Assim, foi constatado uma falta de compreensão por parte dos profissionais de que seu trabalho nesse campo deve servir como fonte de suporte social e auxílio no desenvolvimento, reconhecimento e mobilização de recursos para a superação da desigualdade social vivenciada por essa população. Em suma, a pesquisa tornou evidentes as consequências das lacunas da formação desses profissionais, refletindo em uma prática inadequada e pouco sensível às condições reais de vida dos usuários.

Frente à escassez de aporte teórico-prático oferecido pela formação e à desconexão entre o saber psicológico e as especificidades da população pobre, cabe valorizar o movimento da profissão em aproximar sua práxis da realidade social (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010). Contribuiu para a modificação do papel social da psicologia a adoção de um olhar voltado para a promoção de saúde e para a qualidade de vida da população, engajando-se contra a negligência, a discriminação, a exploração e a violência. Apesar do posicionamento da profissão frente à desigualdade social ser discutido desde a década de 1970, pode-se afirmar que o compromisso social da psicologia data efetivamente do século XXI, quando voltou sua prática para as políticas públicas (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010; LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011). Com isso, sua atuação passou a ter como objetivo a transformação social e o fortalecimento das populações em situação de

vulnerabilidade. Logo, a inserção dos psicólogos no SUAS deve ter como base “a compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011, p. 235).

O nascimento do SUAS e a inserção da psicologia em seus serviços são fatos recentes e que se encontram em processo de constante aprimoramento. A falha da formação do psicólogo, ainda bastante voltada para uma prática que reflete a cultura das classes médias e altas da sociedade, faz com que muitos profissionais entrem na assistência social não apenas desconhecendo a política que a rege, mas principalmente sem saber suas atribuições enquanto profissional. Dessa forma, como propôs Dimenstein (2001), a psicologia é convocada a sair do lugar alienado à realidade social que ocupou historicamente e formar profissionais capazes de perceber as especificidades culturais das famílias e sujeitos do território abrangido pelo SUAS. Ainda, se mostra necessária uma reformulação do projeto pedagógico das graduações em psicologia, dando atenção às demandas sociais e políticas públicas, qualificando esses profissionais para os serviços de assistência social através do conhecimento sobre os direitos do cidadão brasileiro, do compromisso com a justiça social, com a autonomia e o bem-estar biopsicossocial dos sujeitos (BARRETO, 2011; DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010). Em outras palavras, em função do contexto em que irá intervir, deve-se adaptar a característica do trabalho desenvolvido pelo psicólogo para uma práxis relacionada ao público e social, que faça uso de um olhar crítico e sensível e atue em conjunto com equipes multiprofissionais no enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras (CELIA, 2013; SILVA, CORGOZINHO, 2011; DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010).

Apesar de entender que a inclusão na formação das temáticas que circunscrevem a prática pública do psicólogo não garante mudanças nos padrões da profissão, infere-se ser a graduação a responsável por fornecer o contato inicial com a amplitude de possibilidades de atuação do psicólogo, contribuindo com a construção de uma prática reflexivamente amparada nos saberes dessa ciência. Considera-se, assim, essa reformulação do projeto pedagógico como um passo teórico-prático importante a ser dado em direção ao comprometimento social. Ressalta-se que isso deve ser pensado no contexto de uma formação mais ampla, que inclua a possibilidade de rever e acomodar os valores pessoais do psicólogo.

Além do despreparo teórico-prático dos psicólogos para trabalhar na assistência social, os participantes do estudo de Santos (2014) indicaram as questões políticas e a falta de autonomia profissional como entraves na execução das intervenções e na transformação da realidade de vida dos usuários. Sobre o primeiro ponto destacado, citaram a falta de recursos

para a implantação dos projetos, além de perceberem uma cobrança da gestão para o exercício de uma função basicamente assistencialista. Assim, as atividades desenvolvidas pelos psicólogos entrevistados ficavam restrita a realização de cadastros e atendimentos psicossociais, orientações e encaminhamentos para a rede de Assistência Social. Ainda, os participantes da pesquisa mencionaram a interferência da gestão municipal que, contrariando a noção de prestação de serviços contextualizados com a realidade local prevista na PNAS, buscava homogeneizar as ações propostas pelos CRAS, Essa realidade de atuação trazia como consequência a desconsideração das características da população e do território em que os CRAS estavam inseridos e comprometia a efetividade do serviço e o engajamento da população.

Assim, além da histórica aproximação com a clínica, torna-se necessário desvincular a atuação da psicologia também da cultura da caridade e do assistencialismo, que muitas vezes circula no âmbito da assistência social. Isso posto, o trabalho do psicólogo necessita se adequar aos princípios desse campo, agindo em prol da autonomia dos sujeitos, da redução da pobreza e da desigualdade social. Como a literatura indica, nem sempre os psicólogos estão conscientes dessa sua função, assim como a população e os demais profissionais que atuam nessa rede muitas vezes desconhecem o papel desse profissional na equipe (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; SILVA; CORGOZINHO, 2011; SANTOS, 2014). Em conformidade com essas considerações, Cunha (2004) propõe ser necessário que os profissionais confrontem as práticas dominantes e já engessadas do sistema, se responsabilizando também por adequar os serviços aos princípios do SUAS, pois a lei não se aplica sozinha, sendo preciso que os atores envolvidos nesse campo a coloquem em ação.

Essa atuação precisa estar de acordo com os princípios técnicos, éticos e científicos da Psicologia e com as orientações do trabalho na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Além do Código de Ética da profissão, os psicólogos podem buscar referências para a prática no Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2008) e nos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (CFP; CEFESS, 2007), documentos que servem como guia ético, político e profissional do trabalho no SUAS (COUTINHO; MERIGO, 2010). Sendo assim, o psicólogo nesse campo deve tomar como base de suas intervenções o compromisso social e crítico, questionando as concepções e pressupostos que orientam a prática na assistência social. É importante que suas ações estejam em sintonia com as necessidades da população, buscando técnicas e estratégias adequadas para garantir a

qualidade e efetividade da sua atuação e dos serviços como um todo (COUTINHO; MERIGO, 2010; SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Sobre a atuação de profissionais que estão na linha de frente das políticas sociais, Bronzo (2009) compartilhou a intervenção chilena dos denominados “operadores ou dos apoios familiares”. Tendo a criação de vínculo como ponto de partida inicial, esses profissionais buscavam, além de garantir a satisfação das necessidades básicas, desenvolver a capacidade de respostas das famílias frente aos riscos a que são expostas, contribuindo para a redução da vulnerabilidade. Para a autora, isso só se torna possível de ser pensado a partir do conhecimento das condições de vida da família, dos fatos que a afetam e de quais recursos podem ser mobilizados para o enfrentamento do problema.

Os “apoios familiares”, como o próprio nome traduz, foram propostos como um apoio para as famílias e não como responsáveis por solucionar seus problemas. Deviam, através de conversações especializadas, auxiliar no reconhecimento da situação familiar e das possibilidades de ação. Percebeu-se que a base das intervenções estava situada no fortalecimento da autonomia e independência das famílias atendidas, no desenvolvimento conjunto de estratégias que visassem à melhora da qualidade de vida desses sujeitos. Entendeu-se que, por estarem representando o governo nas suas ações, os profissionais estavam em uma relação de poder frente às famílias com que trabalhavam. Justamente por isso a autora citou como importante a capacidade desses em estar em constante aprendizado e revisão de sua forma de agir e pensar. Ainda, as intervenções deviam ser estáveis e transparentes, buscando oferecer “informações, motivação, acompanhamento, assessoria, aconselhamento e aprendizagem”, fatores que tornam possível uma efetiva mudança da condição de vida (BRONZO, 2009, p. 188).

Sobre isso, é essencial considerar que, por mais que se perceba atualmente uma preocupação de se lançar guias para a atuação do psicólogo na Assistência Social, isso por si só não garante que a prática venha a ser desenvolvida, efetivamente, de acordo com as orientações estabelecidas. Reforça-se, assim, a ideia de que é necessário não apenas conhecer como as intervenções da psicologia vêm sendo planejadas e executadas nesse campo, mas de que forma a formação tem se adequado a essa nova demanda à profissão (SENRA; GUZZO, 2012).

Em suma, o psicólogo deve estar ciente de que as dimensões sociais interagem com as subjetivas, não apenas para lidar com os usuários, mas para poder avaliar criticamente as políticas e serviços previstos na assistência social e o seu próprio manejo como profissional, assim como da equipe de trabalho (BARRETO, 2011). Mais, tendo em vista que o vínculo

que se estabelece entre dois atores envolvidos (usuários e profissionais) está baseado não apenas na técnica profissional, mas também na cultura subjetiva das classes sociais, conhecer-se enquanto sujeito auxilia na identificação de valores culturais que podem se atravessar na atuação e na antecipação de desafios pessoais possíveis de surgir frente a esse contexto (SANTOS, 2014). Os sujeitos atendidos no SUAS com frequência possuem histórias de vida marcadas por uma série de privação de direitos e recursos básicos (CELIA, 2013), colocando os profissionais frente à uma realidade que expõe “sofrimento físico, social e psicológico, contrapondo com a nossa grande sensação de impotência”, com a qual ainda estão poucos preparados para lidar (SILVEIRA, 2002, p. 57). Ainda, o olhar crítico se mostra importante também no momento da formulação das políticas públicas, refletindo na criação de ações e leis efetivas que partam de um conhecimento das reais necessidades da população (BARRETO, 2011).

Essas considerações se fazem necessárias, principalmente pelo fato de que as populações de baixa renda, público atendido pelo SUAS, possuem um modo de vida e representações específicas de seu contexto cultural, distinto daquele das classes média e alta (CELIA, 2013; SARTI, 2011). Ainda, considera-se que a concepção que cada sujeito possui sobre “o que é família” encontra-se relacionada com sua cultura, valores e vivências pessoais. Dessa forma, segundo Coutinho e Merigo (2010), os profissionais, principalmente os psicólogos, devem reconhecer a importância de um olhar continuamente reflexivo e crítico de sua prática e da prática do serviço em que estão inseridos. Além disso, sugere-se a importância de buscar treinamentos especializados para desenvolver uma prática qualificada e sensível aos aspectos relacionais que esse trabalho exige.

3 JUSTIFICATIVA

Esse estudo partiu de questionamentos sobre a inserção e a prática do psicólogo no contexto da assistência social, juntamente com os atravessamentos que um eventual distanciamento cultural e econômico desse profissional em relação à população assistida pode ocasionar. A inserção da psicologia no SUAS, diante de populações em situação de vulnerabilidade social, exige uma reflexão acerca de sua formação e prática. Tendo em vista uma identidade clínica individual historicamente construída, esse campo de atuação traz a necessidade de repensar os modelos teóricos e práticos dos psicólogos (SPINK; MATTA, 2007), buscando adaptá-los aos princípios do SUAS e às demandas da comunidade local. Assim, a psicologia precisa sair do lugar alienado à realidade social que ocupou por muito tempo e formar profissionais capazes de perceber as especificidades culturais desses sujeitos (DIMENSTEIN, 2001).

Mesmo que sejam perceptíveis os movimentos da psicologia em se aproximar da realidade social brasileira (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010), a pesquisa de Beato e Neto (2016) desenvolvida em um curso de universidade pública aponta ainda a necessidade de se investir em recursos para a atuação do psicólogo no contexto público. Os dados, coletados através de entrevistas com seis docentes, três estudantes no fim de curso e cinco psicólogos formados há no máximo dois anos, indicaram como elementos importantes a serem desenvolvidos o olhar crítico e reflexivo dos alunos diante do contexto de atuação no SUAS, além da apropriação dos documentos basilares para a inserção nesse campo.

O Brasil, por ser um país composto por realidades sociais e culturas contrastantes, dá margem para uma grande diversidade de estruturas familiares, especialmente quando são levados em consideração os aspectos de classe social, etnia e localização geográfica (FERREIRA, 2001). Mais, a família vem se transformando no decorrer dos anos e, no entanto, não se conhecem as concepções reais e ideais que as diversas camadas sociais carregam ao seu respeito (PERES, 2001). Com isso, ao colocar a família como objeto central das intervenções, as práticas podem ficar sujeitas às concepções sociais estereotipadas de família, que ainda consideram como ideal o modelo de família nuclear (pai, mãe e filho) e percebem como “desestruturadas” aquelas que se distanciam desse padrão (MIOTO, 2010).

Assim, tendo em vista a extensão do território brasileiro e as diversas culturas existentes no país, identifica-se a necessidade da realização de novos estudos referentes à família e aos seus desdobramentos em distintos contextos (POLLI; ARPINI, 2012). Tomando

isso em consideração, percebeu-se a necessidade de investigar e analisar as concepções de família dos psicólogos que atuam no SUAS, nessa pesquisa especificamente abordando o Centro de Referência da Assistência Social. Somando-se aos pontos mencionados, a importância de conhecer a visão dos profissionais sobre a realidade das famílias atendidas no contexto da assistência social se dá em decorrência da necessidade de direcionar os serviços para atender efetivamente às demandas sociais (FERREIRA, 2001).

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as concepções de família dos psicólogos que atuam nos CRAS.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as características consideradas pelos psicólogos como fundamentais da família;
- Analisar as concepções dos psicólogos do CRAS sobre os papéis desempenhados na família (pai, mãe, filhos, etc.);
- Conhecer e examinar o modo como as famílias atendidas no CRAS são caracterizadas pelos psicólogos;
- Compreender como essas concepções convivem, se relacionam e aparecem na atuação dos psicólogos no CRAS.

5 MÉTODO

5.1 PARTICIPANTES

Foram convidados e aceitaram participar da pesquisa cinco psicólogos integrantes das equipes dos CRAS de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. A cidade conta com quatro CRAS, localizados em regiões periféricas da cidade, onde, ao longo da coleta de dados, atuaram cinco psicólogos. Os participantes responderam a uma entrevista de dados sociodemográficos (APÊNDICE A) e a uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) sobre família. Como requisito de participação, foi considerado como necessário que os psicólogos fizessem parte da equipe de profissionais dos CRAS da cidade, incluindo-se tanto profissionais concursados, quanto aqueles com contrato temporário de trabalho. Seriam excluídos do estudo aqueles que estivessem vinculados como pesquisadores à alguma das pesquisas da qual esse estudo descende.

Em função do vínculo empregatício dos psicólogos, sendo apenas um deles concursado e os demais atuando sob regime de contrato temporário com duração de um ano, houve saída e remanejamento de profissionais durante a fase de coleta de dados. Com isso, apesar da cidade apresentar quatro CRAS, a pesquisa encerrou o período de coleta de informações com cinco participantes (ver Quadro 1), que discorreram sobre família, atuação profissional no serviço e realidade social do público local.

Quadro 1 – Psicólogos participantes da pesquisa

Psicólogo	Tempo de formado	Tempo de atuação no local
P1	9 anos	5 meses
P2	7 anos	1 ano
P3	6 meses	1 mês
P4	5 anos	4 meses
P5	8 anos	3 meses

Fonte: Autor.

Sobre o tempo de atuação, chama a atenção o pouco tempo que os participantes estavam inseridos no serviço, dado que pode ser entendido como reflexo da falta de investimento da gestão municipal na Assistência Social, o que contribui para uma alta rotatividade entre os profissionais que compõem as equipes dos CRAS. Essa instabilidade,

consequência de um vínculo empregatício frágil e de uma remuneração desmotivadora, desvaloriza a prática do psicólogo no SUAS. Isso talvez explique o porquê de entre os 5 participantes apenas 2 possuíam formação voltada para atuação comunitária e políticas públicas, somado a mais de 4 anos de experiência prática. Os demais entrevistados, apesar de terem cursado especializações após a graduação, essas não focaram em temas afins ao da atuação na assistência social.

5.2 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTOS

Esse estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa transversal exploratória. Seu caráter qualitativo se dá em função de procurar compreender as relações de atores sociais, nesse caso, psicólogos e população atendida no CRAS (MINAYO, 2013; BREAKWELL et al., 2010). Ainda, pode ser classificada como exploratória por pretender conhecer, através das experiências dos participantes, um fenômeno e, com isso, produzir conhecimento científico (MINAYO, 2013; CRESWELL, 2007).

Essa pesquisa é derivada do projeto "Concepções de família de psicólogos e usuário no contexto da assistência social", descendente da pesquisa intitulada "Psicologia e políticas públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social". Essa última está sendo desenvolvida através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) (Edital nº 071/2013) estabelecido entre o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e os Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade de Brasília (UnB).

A análise das informações buscou fundamentar-se em um olhar sistêmico de mundo, que utiliza os pressupostos da complexidade (fenômeno contextualizado e interligado com outros fenômenos), instabilidade (fenômeno mutável, portanto, os dados correspondem a um momento temporal) e intersubjetividade (coconstrução da realidade; a objetividade é impossível, não existindo uma realidade independente do observador) (VASCONCELLOS, 2012). Essa perspectiva deriva e ultrapassa a perspectiva do construtivismo social, segundo a qual considera que o pesquisador acessa não à realidade em si, mas sua versão dela (CRESWELL, 2007; NICHOLS; SCHWARTZ, 2007). O olhar sistêmico possibilita ao pesquisador expandir sua compreensão da realidade, de forma a evitar que se façam leituras segmentadas da mesma. Com isso, torna-se possível perceber o objeto de estudo como um sistema em interação constante com outros sistemas, os quais se influenciam de forma recíproca (ZAMBERLAN, 2008). Assim, considera-se que essa maneira de compreender o

mundo permite alcançar os valores culturais dos psicólogos sobre “o que é ser família” e seus possíveis reflexos na maneira de ler o contexto social de atuação profissional e as famílias atendidas pelo serviço, fatores que norteiam a intervenção no CRAS/SUAS.

Entende-se que esse posicionamento epistemológico oportuniza um “fazer pesquisa” que considera a construção do conhecimento científico o fruto da articulação entre a as experiências do pesquisador e dos participantes, psicólogos que estão em contato constante com a política e a população atendida no campo da Assistência Social/CRAS. Ainda, reconhece que os resultados encontrados representam um recorte temporal da realidade estudada e devem ser lidos e situados historicamente.

No que tange aos procedimentos de pesquisa, após a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria, através de contato telefônico com a Secretaria de Município de Desenvolvimento Social foi realizado o levantamento dos CRAS da cidade onde a pesquisa seria realizada e dos psicólogos que compunham a equipe desses serviços. Os profissionais foram contatados, na sequência, através do telefone do serviço para que o estudo pudesse ser explicado e fosse feito o convite de participação. Neste contato telefônico foi, então, agendado o encontro para a realização das entrevistas, que ocorreram nos próprios CRAS ou nas dependências da UFSM, de acordo com a disponibilidade do serviço e dos profissionais.

5.3 INSTRUMENTOS

5.3.1 Entrevistas

Para coletar as informações foram utilizados dois roteiros de entrevista, o primeiro para reunir os dados sociodemográficos dos participantes e outro semiestruturado para investigar as concepções de família. Nesse último, buscou-se, através de tópicos-guia, abordar o tema em sua totalidade e permitir que a entrevista se desenrolasse de maneira flexível, semelhante à conversa informal (MINAYO, 2010; LAVILLE; DIONNE, 1999a). Assim, os tópicos da entrevista para esse estudo foram:

- Concepção de família dos psicólogos do CRAS;
- Configuração e estrutura familiar dos psicólogos do CRAS e seu contexto social (informações complementares para serem utilizadas como plano de fundo para análise das entrevistas quando necessário);
- Configuração e estrutura familiar dos usuários do CRAS;

- Caracterização da realidade social da população local;

5.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria a partir da pesquisa "Concepções de família de psicólogos e usuário no contexto da assistência social", da qual descende (CAAE 45516515.5.0000.5346). Ainda, conforme previsto na resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C). A importância desse documento está em conter as principais explicações sobre a pesquisa, os direitos dos participantes e também os possíveis riscos e benefícios de sua participação.

5.4.1 Riscos e benefícios de participação previstos

Ressalta-se que o presente estudo foi considerado de riscos mínimos, já que se assemelhou a uma conversa informal. Nenhum dos sujeitos participantes manifestou desconforto no desenrolar do estudo. Entretanto, caso fosse necessário, seria encaminhado para acompanhamento psicológico na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP), vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, os participantes podiam abandonar o estudo no momento em que desejassem e independente da etapa em que esteja a pesquisa, sem que isso lhe ocasionasse qualquer tipo de prejuízo. Considera-se que a participação no estudo possibilitou aos psicólogos o benefício de refletir acerca de suas concepções de “família” e, conseqüentemente, acerca do público atendido e de sua prática profissional no contexto do CRAS/SUAS.

5.4.2 Sigilo das informações coletadas

As informações coletadas serão armazenadas por um período de cinco anos no Departamento de Psicologia, prédio 74B, sala 3206A, sob os cuidados da Prof.^a Caroline Rubin Rossato Pereira, orientadora desta dissertação de mestrado. Somente os pesquisadores envolvidos nesse estudo possuem acesso aos dados em sua integralidade. Ainda, as informações serão utilizadas apenas para divulgação científica, respeitando o anonimato e a privacidade dos participantes.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados através das entrevistas foram analisados a partir do método de análise de conteúdo, o qual pressupõe o reconhecimento da significação dessas informações. Utilizou-se o modelo de tipo aberto, que propõe a criação de categorias analíticas *a posteriori* da aplicação dos instrumentos. Essas foram definidas a partir da análise temática dos conteúdos das falas dos participantes, agrupando os fragmentos com sentidos semelhantes e de acordo com sua repetição ou relevância. Ainda, as categorias deviam ser capazes de dar conta da totalidade de informações coletadas e sua análise obedeceu ao critério de emparelhamento, sendo comparadas com a revisão teórica realizada previamente (MINAYO, 2013; LAVILLE; DIONNE, 1999b; BARDIN, 1979).

Partindo disso, os resultados da pesquisa serão apresentados, na sequência, em duas categorias. A primeira categoria tem como título “A família e suas características fundamentais” e apresenta as concepções dos psicólogos sobre o que consideram como características necessárias de estarem presentes em um pai e uma mãe, assim como a função da família extensa, filhos e amigos. Além disso, essa categoria contempla o que esses psicólogos consideram como sendo os aspectos indicativos de saúde ou adoecimento do sistema familiar.

A segunda categoria, intitulada de “A visão dos psicólogos sobre as famílias atendidas no CRAS”, apresenta a percepção dos psicólogos dos CRAS acerca das famílias e do contexto social onde o serviço está alocado. Ela contempla o que esses profissionais identificaram como sendo as realidades locais, as principais necessidades dessas famílias, as facilidades e dificuldades de atuar junto a elas. Ainda, inclui a maneira como os entrevistados percebem as relações e os papéis familiares (pai, mãe, filhos, amigos e família extensa) nas famílias atendidas nesses serviços.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 A FAMÍLIA E SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

A presente categoria buscou analisar, a partir do olhar dos psicólogos entrevistados, quais as características que transformam um grupo de pessoas em uma família. Por apresentar a cultura subjetiva dos psicólogos, formadas a partir de suas experiências de vida pessoal e profissional, considera-se que esses resultados constituem a base da pesquisa realizada. Isso, porque, em conjunto com a faceta teórico-prática, constitui um dos elementos postos em ação nos momentos de “leitura” das famílias atendidas pelo CRAS e do contexto de atuação, de vinculação com o público-alvo da política e de planejamento e execução das ações na assistência social (SANTOS, 2014).

É justamente em decorrência de reconhecer que cada psicólogo é, antes de profissional, um ser humano constituído, também, a partir dos valores passados por aqueles que se ocuparam de seu cuidado e educação (OSORIO, 2002), que se faz pertinente conhecer e discutir suas concepções sobre família. Como Iamamoto (2007) sinalizou sobre o Serviço Social e que pode ser transposto para a Psicologia, esse profissional quando atua no campo da assistência social pode vir a ocupar o lugar de propagador da moral das classes dominantes sobre a família, que é posta como foco central da política. Levando em consideração as diversas configurações familiares existentes, o possível distanciamento sociocultural entre o psicólogo e a população atendida nos CRAS sinalizado principalmente pela pesquisa de Santos (2014) e o fato de que “Cada um tem uma concepção de família” (P5), mostrou-se importante, novamente, conhecer as concepções que esses profissionais possuem acerca do sistema familiar.

A influência que as experiências pessoais exercem na formação das concepções acerca do mundo pôde ser percebida através da resposta do psicólogo P5 quando questionado sobre o que significava, para ele, ser uma família. Como proposto por Osorio (2002), os primeiros modelos de relações são apresentados ao sujeito através da dinâmica familiar.

O que que eu acho que é família... A minha família é uma família tradicional, assim, todo mundo se dá bem, convive, se frequenta e coisa. Eu acho que família é isso, tu poder se dar bem com as pessoas que compõem o teu círculo familiar e, e participar de tudo, assim, das coisas boas, das coisas ruins (P5, grifo do autor¹¹).

¹¹ Os grifos nas vinhetas das entrevistas dos participantes apresentadas no decorrer dos resultados foram feitos pela pesquisadora a fim de destacar alguns trechos mais relevantes das falas.

Ao trazer a caracterização de seu sistema familiar, a fala do participante ilustrou o quão relacionado está o modelo de família vivenciado através das relações estabelecidas com a sua própria família e a maneira de compreender o que é ser uma família. De forma semelhante a conexão entre o desempenho da parentalidade e as experiências pregressas enquanto filhos, proposta por Berthoud e Bergami (1997), considera-se também a caracterização do “ser família” como imbricado às vivências pessoais.

Tendo em vista que as transformações do sistema familiar são recentes, com início na década de 1950 na transição do modelo tradicional patriarcal e a conquista de relações mais igualitárias e configurações mais flexíveis a partir de 1980 (DESSEN, 2010), a família “tradicional” de P5, que, apesar de circunscrita pela configuração nuclear, consiste em apenas um dos modelos de família coexistentes na atualidade. Em consonância com essa diversidade, família pode ser descrita a partir de relações estabelecidas a partir da aliança (casal), filiação (pais/filhos), consanguinidade (irmãos) (OSORIO, 2002) e convivência (MOREIRA, 2013). Com isso, amplia-se o conceito de família culturalmente difundido definido pelo desenho pai, mãe e filhos, aproximando a definição de família da realidade brasileira, na qual, segundo dados do IBGE, somente 49,4% das famílias apresentavam essa configuração nuclear em 2010. Ainda, os resultados do censo apontaram o crescimento de união consensual (sem casamento civil ou religioso) e famílias recasadas, assim como o número de divórcios e famílias monoparentais.

De maneira geral, todos os profissionais indicaram em suas falas a importância do vínculo afetivo para a constituição de uma família e a segurança emocional que esse proporciona aos membros desse sistema. Em acordo com Amazonas et al. (2003), a qualidade das relações estabelecidas entre os integrantes foi posta como o elemento central, assumindo a posição que outrora a configuração ocupou.

Acho que pra mim família é isso: Não importa a dificuldade, dá um jeito. Se liga, se conversa, a gente dá um jeito, ninguém vai ficar sozinho. [...] A família não é tu dizer que tu é minha mãe, que tu é meu pai. Pode ser o primo, pode ser não sei o que, mas é tu se ajudar, é tu ser companheiro, é tu saber que tu vai ter um suporte, que tu vai ter alguém pra te auxiliar ali numa necessidade (P3).

Com isso, foi possível perceber que o foco de “ser família” para os psicólogos entrevistados está muito mais colocado no cuidado que as pessoas que fazem parte do sistema familiar possuem uns com os outros, do que na vinculação sanguínea e desempenho rígido dos papéis familiares. Esses resultados vão ao encontro da literatura, que coloca os papéis

familiares muito mais atrelados a trocas afetivas recíprocas que ao estabelecimento de relações de poder e submissão (OSORIO, 2002; ROUDINESCO, 2003; TRAD, 2010).

Na fala de P2: “Eu penso em duas coisas diferentes, assim, uma sendo mais essa coisa de família sanguínea e tal e outra como relações afetivas próximas”. Em suma, ser família é fornecer “Segurança, mais no sentido de segurança afetiva, de ter para quem correr se precisar” (P2). Assim, concordou-se com Carter e McGoldrick (1995) quando essas ressaltaram que a importância da família não pode ser entendida como restrita às interações entre os membros do núcleo doméstico. Primeiramente porque, como situaram os autores, esse sistema é atravessado por dinâmicas intrageracionais (passadas, presentes e futuras), englobado, mesmo que de forma indireta nas suas relações, a família extensa. Segundo, porque se reconheceu que não apenas o laço sanguíneo proporcione cuidado, proteção e segurança, funções reconhecidas como familiares e que oferecem suporte para o desenvolvimento biopsicossocial do sujeito (OSORIO, 2002). Seguindo essa linha de pensamento, P3 pontuou em sua entrevista acerca dos amigos: “Não deixa de ser uma outra família, só que não é de sangue. [...] Então eu noto que amigo é isso, ele é uma continuação da família” (P3). Com isso, compreendeu-se que também esses podem ser considerados família, visto que são pessoas com quem é possível estabelecer trocas de suporte social.

Se a família é responsável por transmitir valores éticos, estéticos, religiosos e culturais aos seus membros, como apontou Osorio (2002), considera-se que as diversas relações e encontros com outros sujeitos no decorrer da vida influenciam na alteração ou fortalecimento dos mesmos. Assim, entende-se que toda relação afetiva possa vir a auxiliar no desenvolvimento de uma identidade pessoal e na individuação de um sujeito. Para além disso, a especificidade do laço familiar estaria no convívio e no cuidado estabelecido entre os sujeitos.

Da mesma forma, a família extensa foi citada como um recurso de apoio importante, sendo considerada “Tão importante quanto a família nuclear” (P3). Assim, a família extensa foi posta como uma possibilidade de encontrar suporte e amparo, sendo vista como uma fonte de auxílio no cuidado e na criação dos filhos. Com isso, infere-se que a importância da família está relacionada principalmente em ser capaz de suprir as necessidades físicas e emocionais de seus membros e não tanto em ter sua configuração e estrutura guiadas pelos modelos ideais perpetuados pelo social: “A partir do momento que tu consegue ter essa troca de papéis na família nuclear, digamos, tu consegue ter um ambiente mais saudável” (P3). Essa capacidade de adaptar a dinâmica familiar de acordo com as mudanças internas e externas foi apresentada na literatura por Minuchin (1982) e retomada por Wagner, Tronco e Armani (2011) como

flexibilização, uma importante habilidade familiar de modificar suas relações e sua organização frente às situações que é exposta.

Os entrevistados apontaram concordância com as considerações situadas por Minuchin e Fishman (1990), que colocam a família extensa como um recurso a ser mobilizado para que as funções familiares sejam desempenhadas de maneira eficaz. As famílias “multigeracionais”, como denominam os autores, devem ser entendidas como uma alternativa adaptativa poderosa encontrada pelos sujeitos em questão, sendo necessário que se evite olhar para elas tomando como base a tendência de buscar em tal configuração suas problemáticas.

Eu acho que uma família que as pessoas estão bem é uma família que consegue funcionar. Que consegue junto decidir sobre uma educação pra essas crianças. Ela não tem que ser uma família perfeita. Não é uma família sem brigas, ideal, mas é uma família que funcione. [...] Que essas crianças não sofram agressão, que essas crianças sejam saudáveis, que elas entendam o que que é certo, o que que é errado, de acordo com aquela cultura familiar. Que elas estejam num ambiente de educação. [...] Que elas não estejam expostas à violência e que esses pais entendam o que que é ser pai e qual é a função deles enquanto guardião. Então acho que uma família é isso, uma família saudável é uma família que funciona, com cada especificidade. [...] É tu querer estimular esse teu filho a ter um futuro. Se não for ser na escola, se for sendo catador, não tem problema, mas ensine a fazer, dê ferramentas a ele a fazer, auxilie essa criança (P3).

Seguindo esse raciocínio, quando questionado sobre os indicativos apresentados por uma família em que as pessoas estão bem, P3 indicou novamente a importância de a família conseguir se organizar para suprir as necessidades que as crianças possuem para que o desenvolvimento físico e psíquico se desenrole com êxito. Assim, a partir de sua fala, foi possível compreender que, para esse profissional, uma família que está bem é aquela que consegue estabelecer diálogo entre seus membros e manter uma dinâmica de co-construção e co-responsabilização na educação das crianças, uma dinâmica que estabeleça um ambiente seguro e estimule o desenvolvimento.

A fala de P3 se tornou especialmente importante ao ressaltar características que não condizem com um modelo idealizado e naturalizado de “boa família”. Carloto e Mariano (2008) salientaram que, por mais que esse sistema seja costumeiramente descrito através de suas funções de cuidado, proteção e do estabelecimento de vínculos afetivos, faz-se essencial evitar a confusão dessas características com a ausência de conflitos. Assim, reconhece-se a dinâmica familiar como sendo composta pela dualidade da harmonia e do desacordo entre os membros, facetas que coexistem independente da configuração familiar e que precisam ser levadas em consideração como expressões saudáveis da relação.

Torna-se necessário cuidar para não ratificar uma visão romantizada das relações familiares, apontando apenas seus aspectos positivos (FÉRES-CARNEIRO et al., 2013),

como pareceu transparecer a fala de P1: “Pra mim família é estrutura, é base, é amor”. Sobre isso, apesar da fala de P5 ter parecido também reconhecer apenas o lado afetivo da família: “Uma família harmoniosa”. [...] “Deva estar estruturada”. [...] “Estruturada no sentido, assim, de cada um saber o seu papel, de cada um respeitar o outro, a vontade do outro” (P5), inferiu-se que o foco de sua concepção estivesse, como discutido anteriormente, no fato de se esperar que todos os membros estejam comprometidos com o bem-estar e a resolução familiar, não permitindo que alguma das funções familiares não seja cumprida.

Ainda, P5 citou a questão da estruturação familiar. De acordo com a revisão teórica realizada previamente e com a aproximação que a presente pesquisa possui com a Teoria Sistêmica Familiar, entende-se que toda e qualquer família possui uma estrutura. Estrutura corresponde à sua maneira de se organizar, dividir os papéis e responsabilidades entre os membros. Dessa forma, quando uma família encontra dificuldades em realizar suas tarefas enquanto sistema, supõe-se que sua estrutura não está sendo funcional e precisa ser remanejada (CORDIOLI, 1998). Por não possuírem contato com os conceitos utilizados por essa teoria, a palavra “estrutura” foi tomada em suas entrevistas a partir de seu significado e utilização popular. Dessa forma, inferiu-se que, quando os psicólogos indicaram em suas entrevistas que a família precisa estar estruturada, o sentido que os mesmos passavam seria de que essa estrutura precisa ser funcional. Segundo Carter e McGoldrick (1995), essa funcionalidade pode ser analisada a partir da clareza das fronteiras e hierarquia estabelecida entre os subsistemas (conjugal, fraterno, etc.) e do êxito na execução das tarefas familiares. Diante disso, alerta-se para o cuidado que se deve ter para não acabar julgando erroneamente as famílias que diferem da configuração nuclear como “famílias desestruturadas”, com tom pejorativo.

Uma família que tem estrutura, que... uma família estruturada emocionalmente. Eu acho que daí tu vê que as pessoas estão bem. Que conseguem resolver problemas, que conseguem superar problemas, resolver. Eu acho que aí é uma família que consegue conversar sobre os assuntos e resolver esse, e chorar, e rir. Né? Enfrentar as coisas, eu acho que é uma família bem estruturada. Problemas todos nós temos, né (P1).

Um dos indicadores mais citados pelos psicólogos a respeito da saúde do ambiente familiar foi a capacidade de resolução de conflitos e a ausência de violência na dinâmica dos relacionamentos estabelecidos. “Uma família que consegue lidar com os conflitos que acontecem e que vão acontecendo, assim” (P2); “Eu acho que toda família tem seus problemas. Alguns mais graves, outros mais fáceis de resolver” (P3).

Conflito existe em qualquer família, mas não que o conflito fosse o centro, o foco da família. Que a família conseguisse se organizar mesmo com as dificuldades que elas encontram no dia a dia. Todas as famílias encontram dificuldades, né? Todas as famílias passam por momentos difíceis, enfim. Mas essa questão da família conseguir se organizar, né? De elas não se desestabilizarem, de ter um suporte, de ela ter algo que ela possa se fortalecer e conseguir dar conta desses problemas, desses eventos que acontecem na vida dela. Então, independente se tem mãe, se tem pai, se é vô, se é tia, né? O importante é que essas famílias sejam unidas, tenham alguns valores essenciais. [...] Então, que ela consiga se organizar, se fortalecer, ter esse vínculo, isso é o principal eu acho, ter esse vínculo (P4).

Dito de outra maneira, quando solicitados para descrever uma família onde as pessoas não estavam bem, os entrevistados reforçaram a questão da capacidade de resolução de conflitos, do cuidado e do vínculo afetivo entre os membros.

É onde eu acho que não conseguem resolver as coisas, né. Que as coisas vão aparecendo no dia-a-dia, problemas, né, dificuldades vão aparecendo no dia-a-dia, e a família que está bem, justamente, ela vai conseguir superar, ela vai conseguir conversar sobre isso, resolver isso, achar o melhor caminho. E a que não está bem, com certeza, ela vai se desesperar, ela vai se desestruturar aí a família (P1).

Acho que é quando não tem uma comunicação. É quando essa família adocece, digamos, que é quando essa família começa a ter índice de violência, drogadição, alcoolismo, as crianças elas são esquecidas, os idosos... [...] “Quando essas pessoas elas são esquecidas, é quando tem uma negligência, quando tem um abandono ou quando o pai não tá trabalhando ou a mãe não tá trabalhando e não dão bola pra essa criança e a criança fica largada, essa criança não é alimentada (P3).

Ao analisar as falas expostas, entendeu-se que os psicólogos consideraram a comunicação um fator essencial para a manutenção da saúde do sistema familiar, visto que através dela a família pode encontrar a possibilidade de solucionar seus conflitos, impedindo que esses se agravem e abram margem para a violência e abuso de substâncias. Sobre isso, Cordioli (1998) pontuou a capacidade familiar de utilizar seus recursos de comunicação verbal e não-verbal e da estimulação da expressão de afeto amoroso e crítico para identificar e resolver seus problemas como fator essencial para manter o bom funcionamento do sistema. Da mesma forma, segundo Elkaim (1998), ao estudar famílias desfavorecidas (1967) e psicossomáticas (1978), Minuchin apontou a ausência de comunicação entre pais e filhos e a dificuldade na resolução de conflitos como aspectos problemáticos.

Foi interessante perceber a sintonia existente entre essa maneira de compreender um ambiente familiar saudável e os princípios da atuação do SUAS. De acordo com a fala dos participantes, os níveis de dificuldades intrafamiliares correspondem às ações dos serviços da assistência, uma vez que o CRAS se configura como o serviço responsável por auxiliar na

promoção de bem-estar e proteção dos sujeitos, prevenindo o agravamento dos conflitos familiares. Já em níveis de conflitos mais extremos, a intervenção fica por conta do CREAS, que busca oferecer suporte quando a violação dos direitos já está inserida no sistema familiar (PNAS, 2004).

Uma família que não consegue lidar com os conflitos e que, bom, isso vai causar coisas pras pessoas, tipo, deixar o sofrimento e tal. Porque não que não vá ter sofrimento nas crises normais e cotidianas, mas se os conflitos vão sendo resolvidos. [...] Uma família que não consegue resolver seus conflitos, assim, e daí acaba aumentando os conflitos, enfim, gerando violência (P2).

A fala destacada de P2 retoma a questão dos conflitos familiares. Para além dos desacordos comuns, reconheceu-se que os relacionamentos intrafamiliares podem atingir níveis de dificuldades extremos, podendo desencadear comportamentos marcados pela violência (PERES, 2001) e o rompimento de vínculos (MINUCHIN P., COLAPINTO e MINUCHIN S., 1999). Segundo Minuchin P., Colapinto e Minuchin S. (1999), geralmente cada sistema possui um limiar invisível estabelecido para as desavenças, evitando que esses momentos cheguem à expressão de violência. Violência, aqui, caracterizada por ações prejudiciais à integridade física ou psicológica dos sujeitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Ainda sobre as características de uma família que se encontra presa em uma dinâmica que traga prejuízo ao bem-estar dos membros desse sistema e que precisa ser amparada, a presença de problemas de saúde também apareceu como um dos fatores que podem favorecer a fragilização dos vínculos familiares e influenciar na dinâmica que vai ser estabelecida. “Eu acho que daí se desestrutura, assim. Começa pela quebra do respeito, se não estão bem emocionalmente, né, principalmente. E no caso de saúde eu acho que também desestrutura, porque fragiliza a família como um todo” (P5). Em acordo com a fala do participante, as questões de saúde ou doença, juntamente com a cultura familiar, grupo étnico, religião, origens geográficas e educação formal, também foram postas por Gomes (2015) como fatores que precisam ser levados em consideração ao analisar a qualidade das relações familiares. Não como determinantes, mas por fazerem parte da realidade desse sistema.

Considerando-se os papéis desempenhados no sistema familiar, quando questionado sobre as características que definem um pai, P3 apresentou a concepção do pai enquanto figura máxima de respeito e obediência, que provê os recursos financeiros para a sobrevivência da família. Um modelo de paternidade que traz como referência a família

tradicional, na qual as funções familiares são delimitadas a partir da divisão sexual (OSORIO, 2002).

Mostrar que a família tá segura, assim, pensando bem como antigamente. [...] É esse ponto de segurança, esse, esse alicerce, essa coisa que firma a família. [...] É essa figura de respeito, de... de provedor de recursos, de segurança (P3).

Para os demais entrevistados, o pai foi posto como uma das figuras responsáveis por fornecer condições para o desenvolvimento biopsicossocial dos filhos. Ampliou-se o foco do sustento financeiro familiar, sem desconsiderá-lo, mas dando destaque a uma postura afetiva, de preocupação e envolvimento ativo na educação das crianças. Alguém que possa ser visto como modelo a ser seguido, que demonstre “Caráter, respeito, responsabilidade” (P5); “Eu acho que é dar amor pros seus filhos. É ser um pai presente. Ser um pai que converse muito, que tenha diálogo, que dê carinho, que preserve o vínculo” (P1).

Uma das coisas que eu acho importante pro pai seria afeto. Poder disponibilizar afeto e segurança afetiva. [...] Tu dá condições pra pessoa se desenvolver e é isso... mas eu não sei exatamente como pôr em palavras o que seria essas condições, assim, segurança afetiva e as mínimas condições materiais pra, enfim, viver. [...] Também a questão da educação, de educar os filhos, enfim, de preparar os filhos para o mundo (P2).

Um pai eu acho que é a presença assim né, independente desse rompimento afetivo entre o casal. [...] O filho é uma relação que tu vai ter pro resto da vida, então essa presença se mostra apesar de todas as dificuldades. [...] De o filho sentir que o pai é presente. [...] Suporte né, de apoio, de orientação quando tu precisa né, de mostrar que ‘ah, eu não to presente fisicamente no momento, mas tu pode contar comigo. Qualquer coisa eu vou tá aqui te dando suporte, eu vou tá te amparando’. Ter essas relações mesmo quando são rompidas com o casamento, assim, mesmo que tenha essas novas configurações, né, um novo casamento, um novo filho, que isso não, não se rompa (P4).

Em comparação ao pai “patriarcal” descrito por P3, as falas acima mostraram conformidade com as considerações de Roudinesco (2003) e Trad (2010) a respeito das modificações dos comportamentos e relações estabelecidas dentro da família, sinalizando uma divisão de responsabilidades no cuidado dos filhos e no sustento do lar mais igualitária e flexível entre pais e mães. Ainda, essa discrepância da maneira de conceber a paternidade ilustrou a coexistência dos modelos de parentalidade que tendem ao desempenho mais tradicional dos papéis materno e paterno e de modelos que seguem um padrão mais contemporâneo de relações ao estabelecer papéis mais igualitários (SOUZA; RAMIRES, 2006).

Seguindo essa linha de pensamento, a maioria dos psicólogos relatou na entrevista considerar o papel familiar da mãe similar e compartilhado com o do pai, demonstrando haver um entendimento da importância da função parental ser desempenhada de forma conjunta e coerente pelos cuidadores. Assim: “Isso também [caráter, respeito e responsabilidade]. E amor, né. Pros dois [pai e mãe]” (P5); “Eu acho semelhante e circulando, tipo, não vejo muito porque ter papéis fixos tipo pra tal pessoa fazer tal coisa e daí a outra pessoa fazer outra coisa diferente na educação dos filhos” (P2); “Também [dar amor, carinho, ter diálogo e ser presente]. A gente faz tudo por um filho, né. É dar limite também. [...] A maior característica é sabedoria. [...] Saber como criar realmente os filhos” (P1). A demarcação de limites às crianças, tarefa parental ressaltada por P1, juntamente com o prover e o ato de dar afeto, deve ser desempenhada de forma constante e em sintonia pelos cuidadores envolvidos na educação (CORDIOLI, 1998). Como assinalado por Berthoud e Bergami (1997) e Melo (2012), a partir dessas funções se propicia aos filhos a assimilação dos valores que são transmitidos através das relações familiares e a construção de uma imagem segura de si e do mundo, contribuindo para sua socialização. Segundo Campos (2012), a falta do limite no meio familiar, pode vir a tornar os filhos despreparados para a sociedade e para o mundo.

Eu acho que tanto a mãe, quanto o pai, a questão do apoio, assim, desse suporte, de ser um porto seguro mesmo. [...] Tem que sentir dessa forma no sentido de: ‘Ah, quando eu quiser contar alguma coisa eu sei que eles vão me ouvir. Sei que eles vão me apoiar. Sei que eles vão me orientar’. Então, eu acho que tanto a mãe, quanto o pai também essa questão afetiva, de ser carinhoso, de demonstrar que se importa, que se preocupa. Erroneamente a gente acha que a mãe é mais carinhosa, o pai é mais rígido, enfim, mas claro, né, às vezes por ser homem a gente acha assim (P4).

Com isso, foi possível perceber, principalmente a partir da fala de P4, a maneira com esses profissionais concebem o papel de mãe e de pai, de homem e de mulher, do masculino e do feminino nos dias atuais e em relação ao desempenho das funções familiares. Para esses (P1, P2, P4 e P5), novamente, não pareceu estar naturalizada a definição a partir do gênero de quem é a função de prover e de cuidar da família. Entendeu-se, assim, que cada família, em sua singularidade, encontra sua forma de se organizar e de se relacionar. Forma essa que recebe influência tanto de fatores internos a esse sistema, como de fatores externos, como apontados anteriormente, não sendo possível considerar que exista uma fórmula pronta ou correta de “ser família” (GOMES, 2015). Isso posto, percebeu-se também um olhar crítico de P4 diante de uma expectativa social relacionada a divisão sexual que, segundo o participante, circula no social.

Ainda sobre a concepção dos psicólogos a respeito do papel de mãe, P3 foi o único dos entrevistados que demonstrou conceber a figura materna mais próxima da definição e desempenho clássico de papéis de gênero da família tradicional, subordinada ao homem e colada à figura de cuidadora (OSORIO, 2002), complementando sua descrição das características essenciais de um pai destacada anteriormente. Para ele, mãe:

É quem protege de outra forma. É quem cuida, é quem dá o carinho, assim, é bem aquela família nuclear perfeita, totalmente o que a gente estuda pra não ser, mas é a visão que eu tenho e que eu tento não poluir nas famílias isso. [...] Mas pra mim mãe é aquela que cuida, é aquela que protege, é aquela que conversa, que entende (P3).

A partir disso, percebe-se a existência de contradição na concepção de P3 que ora tendeu para um modelo contemporâneo de família, com relações estabelecidas pela via do afeto, ora demonstrou enrijecimento quanto ao compartilhamento das responsabilidades familiares de cuidar e prover. Apesar de ter considerado a flexibilidade do desempenho dos papéis familiares um elemento importante para a manutenção da saúde desse sistema, expandindo a definição de família inclusive para além da vinculação consanguínea, colocou a figura materna e paterna em moldes estereotipados no exercício de papéis familiares tradicionais. Esse suposto conflito de visões pode ser compreendido como fruto da interlocução das experiências de vida pessoal e profissional de P3. Assim, considera-se que o contato com famílias que se configuram e se organizam de modo distinto ao da família na qual o psicólogo foi criado, inclusive as que são atendidas no CRAS, possam estar exercendo influência e modificando a maneira de P3 conceber o que é ser uma família (SOUZA, 2016).

Partindo das falas e discussões expostas, de forma geral pareceu ser possível considerar que os psicólogos apresentaram uma visão de família em consenso com o que a teoria aponta para a "família contemporânea brasileira": união de pessoas que tem como premissa o vínculo afetivo, a proteção e o desenvolvimento dos seus membros, fonte de solidariedade e compartilhamento de recursos para sobrevivência (IBGE, 2010). No entanto, mesmo que poucas respostas tenham sido portadoras de um discurso com uma tonalidade conservadora do que é concebido como família, preocupa a forma com que esses resvalos possam vir a aparecer na atuação cotidiana dos profissionais.

Um tanto quanto romântica, a concepção de família de alguns psicólogos entrevistados pareceu ir ao encontro dos resultados encontrados pela pesquisa realizada por Martin e Angelo (1999) com 10 mães em uma comunidade de baixa renda de São Paulo. Segundo as autoras, essas mulheres, que viviam em famílias de configuração nuclear, compostas por pai, mãe e filhos, definiram família como "um conjunto de pessoas que vivem unidas, sem brigas

e que tentam solucionar seus problemas e conflitos através do diálogo". Ainda, "acreditam que a responsabilidade dos pais perante a criação e educação dos filhos é a grande base que se pode ter para formá-la" (1999, p. 91). A partir dessas considerações, foi possível supor que a concepção das participantes de Martin e Angelo (1999) e dos psicólogos entrevistados na presente pesquisa sejam consoantes. Em análise aprofundada, dá-se destaque à informação compartilhada pelas autoras sobre a maneira com que suas participantes relataram ter aprendido o que é família: "Relatam que essa concepção de família se deu através dos meios de comunicação (programas de TV e rádio), do próprio dia a dia, da convivência e do diálogo com outras pessoas" (MARTIN; ANGELO, 1999, p. 91). Com isso, pôde-se pensar que muito do que circula no discurso das mulheres entrevistadas sobre família vem de uma cultura hegemônica difundida pelos meios de comunicação e perpetuada no social. Assim, entendeu-se que, por mais que Martin e Angelo (1999) tenham ressaltado que as participantes se espelhavam no comportamento de outras famílias tanto como um exemplo positivo para ser seguido, quanto como negativo a ser evitado, também os guias do que é certo/errado, bom/mal podem partir de uma visão de mundo socialmente compartilhada baseada na cultura das classes mais abastadas.

Dando seguimento a esse questionamento e somando-se o fato de que a família é posta como "centro do debate político, enquanto público-alvo de políticas públicas, especialmente nos programas de transferência de renda, que objetivam o combate à pobreza e a erradicação da miséria" (IBGE, 2010, p. 63), fez-se oportuno explorar, na sequência, como as famílias atendidas nos CRAS foram concebidas nos discursos dos psicólogos que estavam inseridos nesses serviços, visto que o CRAS se constitui na porta de entrada da proteção social básica, através da qual as famílias podem ter acesso aos programas assistenciais.

6.2 A VISÃO DOS PSICÓLOGOS SOBRE AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CRAS

Partindo da importância do conhecimento da realidade social específica do território de abrangência do CRAS e pensando na fantasia da "família ideal" que ainda permeia o social, encontra-se na presente categoria a oportunidade de conhecer e analisar a maneira com que os psicólogos entrevistados descrevem as famílias atendidas pelo CRAS onde estão inseridos. Para além da implicação com a contextualização das intervenções, torna-se também necessário, como apontaram Senra e Guzzo (2012), que o psicólogo se mantenha ciente do quão crucial se torna o desenvolvimento e adoção de um olhar crítico sobre esse cenário de atuação, no qual culmina o impacto das relações sociais hegemônicas, sobre as próprias

políticas públicas e as condições de vida do público alvo do CRAS. A criticidade serve como instrumento para que esse profissional, mesmo diante das tensões diárias presentes no campo da Assistência Social, não sucumba à tendência de buscar na prática psicológica tradicional o respaldo para sua atuação ou de ser meramente um reproduzidor de ações ineficazes em impactar e contribuir para a efetiva mudança social.

Como destacaram Cela e Oliveira (2015), ao se fazer referência à prática psicológica tradicional, toma-se a histórica perspectiva individualista da psicologia, que tem como foco de intervenção o sujeito deslocado de seu contexto social e desconsidera suas implicações na formação da subjetividade. Entende-se que essa forma de compreender o mundo, um olhar psicologizante, é incoerente não apenas com os princípios do SUAS, como propõem as autoras, mas com a forma com que as políticas públicas no geral desenham a proposta de cuidado integral da população. No caso do CRAS, serviço foco do presente estudo, essa crítica se faz especialmente importante assumindo como perspectiva que as ações de tal dispositivos precisam ser tecidas considerando a família como ponto de partida.

Seguindo esse raciocínio, ressalta-se, através de Souza (2016), que a implementação das políticas públicas se encontra imbricada às concepções pessoais e normativas da equipe em contato direto com a população, ou seja, à maneira com que os profissionais que estão na ponta das ações da Assistência Social atendem e entendem seu público. Sob o risco de ainda se encontrarem pautadas em uma cultura que não condiz com essa realidade e/ou terem sido desenvolvidas a partir de estereótipos disseminadas pela sociedade a respeito da família pobre, essas concepções podem vir a ser transpostas para sua prática profissional ou revistas e modificadas através da relação com as famílias atendidas, do conhecimento das condições socioeconômicas do território e do senso crítico da realidade social.

Justamente por colocar a família como centro das ações socioassistenciais, destacam-se duas perspectivas de atuação pontuadas por Miotto (2010) que se relacionam diretamente com a maneira dos profissionais conceberem e estabelecerem relações com os usuários. Partindo de um pensamento denominado pela autora de *familista*, considera-se a família como responsável pelo sucesso ou fracasso no desempenho das funções de educação, cuidado e proteção de seus membros. Diante de um sistema falho, cabe ao Estado e seus profissionais especialistas intervirem para ajustar e auxiliar essa família "problemática". Considera-se a perspectiva familista como uma maneira rígida e estereotipada de compreensão da realidade social, dando margem para intervenções culpabilizantes dessas famílias e corroborando com a tendência histórica das ações sociais pautadas no assistencialismo. Esse perfil de atuação, como ressaltou Bronzo (2009), conduz ao baixo desempenho das políticas, não contribuindo

efetivamente com ações para modificar a condição de vulnerabilidade dos sujeitos, ao mesmo tempo que colabora com a manutenção de uma relação de dependência entre as famílias e os programas assistenciais.

Em oposição, entende-se que a perspectiva *protetiva* parte de uma leitura mais complexa das desigualdades sociais brasileiras e condições de vida das famílias que buscam suporte nos serviços assistenciais. A partir dela, o profissional do CRAS, dispositivo foco do presente estudo, não concebe a família como culpada das dificuldades que encontra no dia-a-dia e busca, através da garantia de direitos, o fortalecimento e emancipação dessa família (MIOTO, 2010). Considera-se essa perspectiva mais adequada com os princípios do SUAS e como favorecedora de uma prática que busque efetivamente contribuir com a melhoria da qualidade de vida do público-alvo.

Ainda a respeito das políticas públicas, Iamamoto (2007) apontou que, muitas vezes, essas podem servir como difusoras de influências morais das classes dominantes, desconsiderando o contexto social e histórico de um território e propagando uma concepção de família conservadora. Essas sinalizações da autora vão ao encontro das de Barreto (2011), segundo as quais as políticas públicas seriam pensadas de forma descontextualizada e por pessoas distantes das reais repercussões da desigualdade social brasileira na vida de seu público alvo, o que torna imprescindível que esses profissionais olhem para as políticas de forma crítica e não se ceguem diante dos desafios cotidianos.

Como abordado, é possível que o profissional da psicologia encontre, ao se inserir no campo da assistência social, uma população com um modo de vida diferente da compartilhada pela sua família e/ou classe social de origem, como elucidou a fala de P5: “Que eu tenho visto tanta coisa diferente aqui, né. [...] Então é muita coisa diferente do que eu cresci vendo como sendo correto”. Por isso, torna-se importante que o psicólogo seja capaz de conseguir identificar e separar suas crenças e valores pessoais de suas intervenções com as famílias atendidas. Conforme pontuado por Silveira (2002), classes sociais distintas podem implicar em um distanciamento significativo quanto à realidade social, visto que são pessoas que muitas vezes participam de forma diferente da sociedade: o “núcleo da sociedade” e o “mundo do lado de fora”.

Dessa forma, convivem nos CRAS diferentes visões de mundo. “Tu vê de tudo, sabe? Tu sai surpresa” (P4). Ainda, a maneira com que essas famílias estabelecem suas relações e encontram para se organizar com as funções familiares podem envolver comportamentos que não costumam estar presentes no cotidiano pessoal dos psicólogos. “A gente nem acredita as vezes que as coisas acontecem e acontecem” (P5). A alimentação escassa e a precariedade das

moradias e dos ambientes físicos e sociais foram apontados por Zamberlan como características das famílias de baixa renda (2008). Nesse sentido, a carência material e nível de pobreza apareceram nas entrevistas como as características mais marcante das famílias atendidas pelo CRAS:

A região que a gente atua é famílias em vulnerabilidade, nível sócio econômico baixo. Condições de moradia, a maioria são bem complicadas, são bem precárias. A questão da higiene muitas vezes também. A maioria com conflitos familiares. [...] Todas as famílias estão, em algum aspecto, em vulnerabilidade, né? Então a maioria tem nível sócio econômico baixo. A maioria, 99,9 (P4).

Eu ia falar vulnerabilidade, mas não é nem questão de vulnerabilidade, é questão de pobreza mesmo. Assim, porque algumas famílias são muito pouco vulneráveis pra dificuldade financeira, algumas se organizam muito bem. Mas acho que isso, assim, famílias com dificuldade financeira bem grande, praticamente todas, assim. E outra questão que costuma aparecer e que são famílias que várias delas acabam tendo conflitos com a questão das drogas, de tráfico (P2).

A vulnerabilidade é principalmente econômica. Assim, digamos, primeiramente, né, porque isso tem que ser sanado pra que tu possa chegar nas outras vulnerabilidades. [...] Eu acho que essa questão emocional também (P5).

Em sintonia com a literatura (ROMAGNOLI, 2015; BRONZO, 2009), os psicólogos pareceram conseguir separar a condição de carência monetária dessas famílias e a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram, não as considerando como sinônimos. Contudo, a análise dos relatos mostrou uma relação causal entre essas duas realidades. Segundo Bronzo (2009), não pode ser feita uma associação direta entre pobreza e vulnerabilidade social, já que, para a autora, “nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres, nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma” (2009, p. 172). No entanto, considera-se que a pobreza pode estar relacionada aos fatores de risco, como a precária inserção no mercado de trabalho e a exclusão social, que influenciam no bem-estar das famílias atendidas (PNAS, 2004). Sendo assim, vulnerabilidade social está relacionada não apenas à exposição a uma situação de risco em si, mas também à capacidade de resposta dos sujeitos. É no fortalecimento dessa capacidade de resposta das famílias que as políticas sociais encontram solo fértil para agir de forma efetiva na redução da vulnerabilidade (BRONZO, 2009).

Segundo Gomes e Pereira (2005), a maneira com que o Estado se estrutura, focalizado no crescimento econômico, acentua a pobreza e a desigualdade social do país, visto que, além de interferir nas condições de vida da população, não possui políticas públicas justas que garantam o atendimento das necessidades básicas, favorecendo o desemprego e a trabalhos sem vínculo empregatício, garantia de direitos e de baixa remuneração. Partindo disso,

considerou-se que o trabalho e o sustento financeiro das famílias de baixa renda é uma questão que deve ser abordada em sua complexa relação com o desenvolvimento histórico da classe. Conceber o fracasso escolar e a conseqüente falta de qualificação dessa população para ingressar no competitivo mercado de trabalho como uma característica individual e isolada é fazer uma análise rasa da desigualdade social brasileira. Nesse sentido, Souza (2016) marcou a histórica exclusão social e desqualificação moral que segue sendo reproduzida como característica que reserva a esses sujeitos atividades que fazem do próprio corpo seu instrumento de trabalho, “atividades duras, sujas e perigosas” (2016, p. 35), como auxiliares de construção, catadores de lixo, empregadas domésticas ou faxineiras, entre outras atividades que são permeadas de estigmas. Em conformidade com o autor, os entrevistados relataram: “Geralmente a maioria é com trabalho informal, fazendo bicos de alguma coisa. Os homens geralmente construção civil e as mulheres faxina” (P2); “Tem uns que trabalham, tem outros que... maioria, se é mulher, acaba fazendo faxina quando quer dinheirinho a mais, porque daí já recebe Bolsa Família” (P5).

Eles não tem o lado financeiro, que eles não, a maioria não tem trabalho, a maioria tá meio na rua e faz um bico aqui. É assim que eles falam. [...] A mãe faz uma faxina, o pai capina um pátio, mas aí ele pega aquele dinheirinho e usa o crack. A mãe faz a faxina, pega aquele dinheiro e usa droga. E eles tem bastante necessidade de cesta básica. [...] A maioria das pessoas [...] vem pra buscar esse auxílio (P1).

Eles se organizam... às vezes a família extensa ajuda, tem um filho mais velho que já ajuda. Às vezes a aposentadoria de uma pessoa, que é deficiente na família, sustenta todo o resto da família, sendo que tem outras pessoas que poderiam trabalhar. [...] Das famílias que a gente atende, normalmente, a renda é de um membro. Não é assim, todos os membros trabalham, todo mundo se ajuda, não, é um membro que sustenta todo mundo. Ou é aposentadoria, ou é Bolsa Família, ou é trabalho. [...] São trabalhos mais assim... são autônomos, são pedreiros. Hoje tem trabalho, amanhã não tem, então contam muito com esses benefícios do governo. A maioria recebe Bolsa Família como parte da renda deles. Esta é a característica das famílias (P4).

Muitas pessoas têm, ou das que não tem Bolsa Família também não tem muita perspectiva de melhora de vida, assim, e eu acho que a principal necessidade ou demanda seria de políticas públicas que pudessem mudar as condições de vida bem num sentido primeiramente econômico mesmo, que é onde a coisa aperta (P2).

A fala de P2 foi ao encontro de Gomes e Pereira (2005) a respeito da estrutura de poder brasileira não estar voltada para que as famílias que necessitam das políticas assistenciais possam superar a situação de vulnerabilidade. Essa última, nas famílias atendidas nos CRAS, geralmente estão conectadas a pobreza, e necessitam recorrer aos serviços públicos para tentar garantir recursos básicos para uma condição de vida digna (água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania) que a renda familiar não consegue

proporcionar. Sobre isso, os autores ressaltaram que o Brasil, em si, não é pobre, porque um país pobre é definido pela carência de recursos, mas parte considerável da população brasileira está imersa na pobreza devido a má distribuição de suas riquezas.

Segundo os relatos dos profissionais entrevistados, muitas das famílias que buscam o CRAS o fazem com o objetivo de solicitar programas assistenciais para complementar a renda familiar. “Ligam pedindo cesta básica [...] porque tão com fome, porque não tem” (P5). “Grande parte recebe bolsa família, alguns trabalham, outros tão encostados pelo INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] e recebem o BPC [Benefício de Prestação Continuada¹²], mas a maioria só o pai que trabalha, assim, e a mãe fica em casa” (P3).

A organização da família pobre, a qual muitas vezes encontra nos programas sociais do governo uma alternativa de garantir o sustento financeiro e seus direitos de cidadãos brasileiros, abre brechas para crenças estigmatizantes acerca dos sujeitos beneficiados. Observando a fala de P5: “Na verdade eles se contentam com bolsa família, digamos assim, né. Eles recebendo bolsa família. Se tem mais filhos, recebem um valor considerável pra eles e tá tudo bem”. O ponto de vista de P5 pode ser respaldado pelo estudo dos economistas Costa et al. (2014), que analisaram a distribuição de horas trabalhadas e de renda do trabalho das famílias que recebem o Programa Bolsa Família. Segundo os autores, constatou-se como efeito negativo a diminuição de tempo dedicado ao trabalho, denominado pejorativamente de “efeito-preguiça”. Já a análise de Cechin et al. (2015) encontrou um pequeno incentivo à geração do segundo filho por parte do benefício, mas esse resultado não foi considerado expressivo. No entanto, ao analisarem informações de famílias do nordeste brasileiro, Cavalcanti, Costa e Silva (2013) apontaram que o programa assistencial em questão tem atingido seus objetivos, ou seja, atenuado a pobreza. Além disso, por exigir como condição que as crianças e jovens até 17 anos das famílias frequentem a escola, contribuiu também com o aumento da frequência escolar. Essas considerações situam a importância do Bolsa Família não apenas como um programa de transferência de renda voltado para ações imediatas, mas como um incentivo à educação e melhoria de oportunidades futuras para a vida desses jovens, visto que, como exemplifica a fala de P4: “[Possuem] Empregos em que o salário não é tão bom, justamente por esse questão da escolaridade. [...] São fatores de risco que vão somando”. Realidade que vai ao encontro dos resultados da pesquisa de Peres (2001), que

¹² Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social: equivale ao auxílio monetário (um salário mínimo) fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos idosos a partir de 65 anos, pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho.

identificou entre seus participantes, 25 famílias da periferia, o desenvolvimento de atividades de baixa remuneração e baixa qualificação profissional (76%) ou desemprego (24%).

A pesquisa desenvolvida por Zimermann e Espínola (2015) com beneficiários do Bolsa Família de 344 famílias de São Felipe – BA encontrou que mais da metade (54,36%) eram analfabetos, alfabetizados ou possuíam ensino fundamental incompleto, sendo a escolaridade, segundo os autores, elemento importante para a mobilidade social e boa colocação no mercado de trabalho. Esse estudo ainda evidenciou que, apesar de o programa ter conseguido cumprir seu objetivo, aliviar a pobreza e manter as próximas gerações na escola, o valor transferido era muito baixo (81,4% das famílias recebiam entre R\$32,00 e R\$ 134,00) e não auxiliava na real mudança de condição de vida. Em outras palavras, o Bolsa Família tem contribuído no suprimento das necessidades imediatas, mas não tem obtido êxito em promover a saída dos beneficiários da pobreza. Quanto ao destino dado ao valor recebido, os três mais citados foram a alimentação (89,24%), a compra de medicamentos (70,35%) e a educação (49,13%). Retomando ao trecho da entrevista de P2 em relação ao não investimento do Estado em políticas públicas que contribuam efetivamente com a retirada das famílias da pobreza, percebeu-se concordância dessa consideração com a pesquisa de Zimermann e Espínola (2015) quando essa revelou a escassez de atividades nas áreas de educação, assistência social e saúde, as quais deveriam promover ações (campanhas, palestras, seminários, etc.) que também contribuíssem com a mudança de condição de vida dos beneficiários.

Sobre isso Souza (2016) fez questão de ressaltar que “ninguém ‘escolhe’ ser pobre”. A seu ver, a condição socioeconômica se encontra relacionada às características familiares, também marcadas pela cultura de classe e por “pressupostos emocionais e morais como capacidade de autodisciplina, de concentração, de pensamento e cálculo prospectivo, etc.” (2016, p. 35). Seguindo esse raciocínio, o autor propôs que a carência de estímulos para o desenvolvimento escolar que pode ser encontrado nas classes mais pobres, mas não é exclusivo dessas, favorecem o fracasso escolar de crianças e adolescentes, o que dificulta a posterior inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente em termos de qualificação escolar. O pouco incentivo ao estudo por parte da família e a falha no desenvolvimento de recursos cognitivos e emocionais, segundo Souza (2016), reproduzem uma cultura de classe estigmatizada, posta como marginal e incapaz de ser protagonista de sua história e futuro. Mais, é possível que situações cotidianas sobrecarreguem a família, dificultando o envolvimento mais efetivo no desenvolvimento e educação dos filhos (PERES, 2001). Dessa

forma, a maneira que os psicólogos P1 e P3 concebem a educação dada às crianças pelas famílias atendidas no CRAS pareceu ir ao encontro da literatura.

Porque essa criança foi criada muito solta, né. Então, tu percebe que falta muito limite, falta muito domínio mesmo, né. A maioria dessas crianças tem dificuldade de aprendizagem. A maioria dessas crianças tem hiperatividade, tem transtornos, estão com problemas na escola (P1).

[...] Aos poucos eu quero que eles vejam isso, que eles tenham responsabilidades. E eu acho que isso é o principal das famílias aqui, é assumirem responsabilidades enquanto família. [...] Que eles entendam que a vida não é só o que eles têm aqui, que tem muito mais. Que não é porque tu não teve estudo que teus filhos não podem ter. Então acho que é isso que a gente espera, tá plantando uma sementinha em cada família que a gente vai (P3).

Em conformidade com as falas destacadas, as mães de uma comunidade de baixa renda entrevistadas por Martin e Angelo (1999) relataram que, ao atingirem idade escolar, as crianças passam a reivindicar por mais liberdade e gradualmente a mãe se torna impotente e desiste de administrar a vida do filho, "esperando que outras pessoas e que o próprio destino se encarregue do futuro desse (1999, p. 93)". Novamente, aponta-se para o cuidado com que se deve olhar para essas famílias. Entende-se que, sim, existe uma cultura que permeia cada classe social. No entanto, é preciso compreender que, mesmo que apresentem valores éticos e morais distintos, os mesmos não devem ser comparados no intuito de menosprezar um ou outro. Assim, ressalta-se que as culturas das classes brasileiras coexistentes devem ser respeitadas em sua singularidade.

Sobre isso, Condemarín (2002) frisou o quão errônea é a concepção de que as famílias pobres carecem, além de bens materiais, também de valores éticos, morais e culturais. Crença que, segundo a autora, estaria pautada no juízo de valor de sujeitos inseridos na cultura das classes mais altas. Dessa forma, considera-se a imposição da cultura de uma classe sobre a outra como um dos fatores principais a influenciar no fracasso escolar das crianças e adolescentes das classes socioeconômicas mais baixas. Isso porque, para Condemarín (2002), ao invés de valorizar e adaptar as técnicas de aprendizagem às características do contexto sociocultural da comunidade em que se atua, os professores compactuam com o círculo vicioso que a autora denomina de “desesperança aprendida”. A falta de motivação em realizar atividades escolares com as quais não se identificam é traduzida como incapacidade, fazendo com que os professores pouco estimulem o desenvolvimento dessa população, o que prejudica a qualidade das aprendizagens escolares e a autoestima desses sujeitos. Logo, ao contrastar essas considerações com as falas de P1 e P3, percebeu-se que, talvez, o olhar desses

psicólogos ainda estivesse muito baseado nos seus valores, adquiridos e internalizados a partir do seu contexto cultural e experiências pessoais. Nas famílias beneficiárias do Bolsa Família participantes da pesquisa de Zimmermann e Espínola (2015), observou-se apenas 6,10% de casos de desistência escolar, sendo citadas como justificativa o desinteresse das crianças e adolescentes (57,14%), outro motivo (19,05%), trabalho (14,29%), problemas de saúde (4,76%) e dificuldade de aprendizagem (4,76%).

Vale retomar também que as crianças de famílias em situação de pobreza muitas vezes são convocadas a auxiliar no sustento da casa e/ou no cuidado da casa e das crianças menores, o que pode ser outro fator que venha a dificultar sua vida escolar (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; PERES, 2001; GOMES; PEREIRA, 2005). Em relação ao trabalho infantil, estudo conduzido por Santana e Itaparica (2011) em Salvador com 2.512 famílias demonstrou associação entre ausência de suporte social e a percepção de violência na vizinhança com o trabalho de crianças e adolescentes, sendo esse último considerado uma forma de proteção pelas mães contra o envolvimento dos filhos com ações criminosas, como o tráfico de drogas. Ainda, o suporte social material e emocional, ou seja, ter a quem recorrer em momentos de dificuldades, apareceu como importante fator de prevenção ao trabalho infantil.

Mantendo isso em perspectiva, os psicólogos entrevistados relataram as famílias atendidas pelos CRAS apresentam diversidade em suas configurações. Ou seja, mostram-se de forma plural, como em toda a sociedade brasileira (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012).

É bem diversificado. A gente tem famílias monoparentais, a gente tem novas configurações de padrasto, madrasta, viúvo, viúva, tio, tia que cria por que a mãe tá presa, porque o pai morreu, vô e vó que criam (P4).

Eu entrar numa casa e tu não saber quem é mãe, quem é tio, quem é tia, quem é irmão, quem é primo. [...] Tu se perder, de não ter aquele papel definido de mãe é mãe, pai é pai, tio é tio, tia é tia, primo é primo, não, é tudo junto. Não tem aquele papel fixo de “tu tem que ser isso consanguineamente, então tu tem que agir assim”. Não, cada um assumiu o papel de acordo com o funcionamento (P3).

Mora a vó no pátio, a mãe noutra casinha, o tio, a tia e mais um monte de filho noutra casinha. Eles moram todos juntos no mesmo pátio. Eles vão fazendo um puxadinho aqui, um puxadinho ali. Eles vivem assim, aí uns ajudam os outros. “Ajudam”, né, como podem pra... e assim eles vivem. Só que na verdade todo mundo sem o mínimo de estrutura emocional, física (P1).

A maioria é mães e filhos sem pai presente, inclusive vários também, acho que não a maioria, mas vários o pai não pagam pensão, não ajudam com nada. E quando isso acontece, eu pergunto sobre... meio que a pessoa faz questão de que não ajude, seja porque não pode cobrar ou qualquer coisa tipo, como não tá dando dinheiro então

não poderia dar pitaco na educação dos filhos, algo assim. Ou é porque tem medo, porque, enfim, a pessoa tem histórico de violência ou é uma pessoa que essa mãe julga perigosa, então achou melhor não fazer nada na Justiça contra ele, porque pode dar alguma consequência grave. Geralmente assim, mães e filhos e também tem as famílias em que mora bastante gente. Mãe, filhos e daí os filhos tem filhos e daí fica netos e primos e vó e tios. Eu vejo mais ou menos as duas configurações: ou é um núcleo de, geralmente de mães e filhos, ou várias pessoas morando no mesmo teto, assim, várias pessoas da mesma família morando juntas. [...] Às vezes no mesmo pátio, com várias casas, ou às vezes na mesma casa só (P2).

Eu acho que 90% são famílias onde o pai ou a mãe não moram junto, onde os pais são separados. Normalmente onde existem outro companheiro ou outra companheira e tem dificuldade de relacionamento com esse pai que não está ou com essa mãe. [...] A maioria tem a mulher, o filho e o padrasto. Maioria. Sempre, os que aparecem aqui quase sempre tem um outro companheiro. É difícil aparecer uma mãe que esteja solteira, um pai que esteja solteiro (P5).

Esses resultados complementaram Osorio (2002), que já em 2002 mencionou a monoparentalidade como a configuração mais comum de ser encontrada nas famílias de baixa renda. Ainda, destacaram-se as duas últimas falas, que chamaram a atenção para três configurações familiares predominantes nos territórios de abrangência desses psicólogos: a família extensa (P2), a monoparentalidade e a recasada (P5). Esse resultado vai ao encontro do censo desenvolvido pelo IBGE em 2010, que apontou o crescimento do número de divórcios, famílias monoparentais (26,3%) e recasadas (16,3%). Em 2000, as monoparentais somavam 15,5% da população, não se tendo, na época, dados sobre as recasadas. Em decorrência disso, considera-se que também a presença da família extensa entre as famílias brasileiras tenha aumentado (de 12,7% em 2000 para 19% em 2010), sendo vista como uma fonte de apoio, especialmente nos momentos de transição.

Em suma, os participantes apontaram características citadas na categoria de análise anterior como fundamentais de se fazerem presentes em uma família. A habilidade de adaptar a dinâmica familiar de acordo com as necessidades internas e externas da família (MINUCHIN, 1982; WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011), encontrando na família extensa um suporte significativo para garantir o desempenho das funções de proteção e cuidado dos seus integrantes (MINUCHIN; FISHMAN, 1990; POLLI; ARPINI, 2012). Ainda, as falas dos psicólogos apontaram o compartilhamento entre parentes do mesmo terreno e/ou casa para morar como um recurso importante para a população referenciada, facilitando o auxílio entre os membros para a organização do cuidado com as crianças quando os pais precisam de apoio na criação ou têm de se ausentar, seja para trabalhar, seja para dar conta de outros compromissos. Compartilhar o mesmo terreno e/ou a mesma casa também pode ser uma forma de ajudar aqueles que não possuem condições financeiras para adquirir e manter sua própria moradia ou se alimentar (BROWN, 2002). No entanto, como apontou

Silveira (2002), deve-se compreender a concepção de família extensa como um modelo de estabelecimento de relações que ultrapassa a noção de coabitação.

O fato de “poder contar” com a família extensa como uma fonte de suporte desde financeiro, até para o auxílio no cuidado dos filhos é um dado que apareceu nas entrevistas dos psicólogos. “Geralmente de cuidar dos filhos, bastante assim. [...] Geralmente tem esse apoio” (P2). Esse dado foi encontrado na literatura a título de “circulação de crianças”, ocorrendo principalmente diante da carência financeira ou supervisão quando os pais precisam se ausentar do lar (FONSECA C., 2006). Nesses casos, torna-se necessário nas intervenções da psicologia fugir das normativas sociais e pensar intervenções flexíveis que considerem a família em sua particularidade, auxiliando na delimitação de seus subsistemas e suas funções, facilitando e otimizando a cooperação familiar (MINUCHIN; FISHMAN, 1990). Isso não significa buscar atrelar funções à determinadas pessoas (mãe biológica, por exemplo), nem enrijecer a dinâmica familiar, mas sim incentivar que haja clareza e cooperação na execução dos papéis familiares. Assim, deve-se buscar fortalecer esses vínculos e favorecer o desenvolvimento das potencialidades desse sistema, independentemente de sua configuração.

A configuração familiar em rede (SARTI, 2011) e/ou a forte relação com a família extensa, foram dados encontrados através das entrevistas com os psicólogos. Entendeu-se essa estratégia, baseada na solidariedade e compartilhamento, uma forma positiva de lidar com as dificuldades que podem atravessar a vida das famílias, principalmente as que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade. Dessa forma, esse recurso, familiar e comunitário, deve ser compreendido como um auxílio na busca por melhores condições de vida, evitando-se focar nas possíveis problemáticas dessa configuração (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Cabe ressaltar que a família extensa tem ganhado espaço entre as configurações familiares tanto entre os grupos populares (SILVEIRA, 2002), quanto entre as demais classes sociais. De forma análoga, as falas dos psicólogos na categoria de análise anterior também não fizeram distinção entre classes sociais. Além disso, a pesquisa realizada por Cardoso e Brito (2014) com doze avós de classe média apontou que a rede de apoio familiar formada para garantir a proteção e o cuidado das crianças e o sustento financeiro não pode ser concebida como estratégia exclusiva das famílias de baixa renda. O que pode ocorrer, supõe-se, é que essa característica se torne mais evidente entre esse público em razão de que, quando existem condições financeiras, esse auxílio pode ser adquirido através da contratação de babás e/ou creches.

No entanto, se fez importante considerar que os territórios onde os CRAS estavam situados, ainda que semelhantes em relação à vulnerabilidade, podem apresentar diferenças culturais. Isso pôde ser percebido a partir dos diferentes níveis de envolvimento que a família extensa assumiu nas concepções dos entrevistados. Enquanto em algumas comunidades a família extensa apareceu como central para a organização familiar, segundo o relato dos psicólogos, no território em que atuavam eram os laços de amizade e vizinhança que se fizeram mais presentes como suporte às famílias. “Colocam na escola, deixam com algum parente quando precisam no turno inverso [do trabalho] e muitas vezes as crianças ficam na rua, assim, brincando. [...] Às vezes tem [apoio da família extensa], mas muito fragilizado, assim, não tem esse apoio que eu te disse, esse suporte. [...] Quando aparece parece que é uma coisa muito distante. Que os pais não podem contar” (P5). Assim, para além do suporte da família extensa, a entrevista com P5 e P3, na sequência, também mostraram a união da comunidade para dar conta do cuidado das famílias locais.

Outra configuração bastante comum são as casas creches que tem aqui, não oficialmente. Então, é uma vizinha que gosta muito de criança, não tem como trabalhar, então, todas as outras vizinhas deixam pra ela cuidar enquanto elas trabalham. Então, isso bastante acontece aqui também. E daí ajudam ela a comprar o leite, dão o que, vinte, trinta pila por mês (P3).

Esse apoio entre as pessoas da comunidade pareceu ser bastante intenso no contexto onde estava alocado o CRAS que P3 atuava, visto que, quando questionado sobre a importância da família extensa para as famílias atendidas, referiu que “É mais os vizinhos. A gente procura essa família ampliada quando precisa [guarda das crianças]”. Para ele, “A crechezinha daqui, eles não deixam de formar uma família, porque no momento em que um precisa trabalhar tem outro ali pra auxiliar”. Para Azeredo (2010), o apoio existente entre as mulheres da comunidade, independente de parentes ou vizinhas, nas populações de baixo poder socioeconômico pode ser entendido como uma estratégia encontrada para lidar com a responsabilidade do cuidado familiar, do acúmulo de trabalho doméstico e, ainda, para oportunizar que essas mães trabalhem fora de casa e busquem melhores condições de vida para suas famílias.

Sobre essa rede de solidariedade, Amar et al. (2004), a partir de um estudo desenvolvido na Colômbia, apontaram ser um recurso baseado na empatia e que possibilita, através da cooperação e reciprocidade, o enfrentamento de dificuldades encontradas pelas famílias e sua sobrevivência, tendo em vista a discriminação racial e econômica das quais, muitas vezes, são alvo. Segundo Brown (2002), essa maneira coletiva de se organizar consiste

em um sistema de suporte que abrange a família, a família extensa, parentes não consanguíneos, comunidade religiosa e recursos comunitários.

Ainda sobre a educação e cuidado com as crianças e adolescentes, os psicólogos P2, P4 e P5 apresentaram em suas falas uma visão aparentemente mais positiva sobre as práticas e relações constituídas por essas famílias, demonstrando maior neutralidade quanto à influência de seus valores pessoais nessa leitura.

E geralmente, pensando na questão dos filhos, se tem uma preocupação com os filhos. Quase todas as famílias. O que varia é como é essa preocupação. Se ela vai ser mais da questão material, afetiva, ou, né, como vai ser. Mas são famílias que tem bastante afeto, assim, demonstrado do jeito que for, tem bastante afeto e eu acho que, também interessante (P2).

Isso varia bastante. [...] A família extremamente organizada, um ajuda o outro, tem carinho, são carinhosos, são respeitosos, as crianças são super educadas, não faltam à escola, são extremamente organizadas. E tem outras que tu acha que não tem nada e estão totalmente desorganizadas. Que o pai bebe, que o pai tem outra família. Então depende muito. Varia muito de família pra família (P4).

Eu vejo que existe uma preocupação. Eu acho que isso é um passo importante. Eles se preocupam com os filhos, tanto que eles vêm trazer aqui e eles vão buscar os atendimentos que eu encaminho. Eu acho que esse é o ponto positivo. Embora eles não saibam o que fazer eles tão também num grito de socorro (P5).

Sobre a qualidade das relações familiares, situada pelos psicólogos citados, faz-se interessante apresentar na sequência três falas contrastantes com a visão favorável expostas anteriormente, duas delas, curiosamente, expressas pelos mesmos profissionais. “Tem algumas famílias que preservam ainda o vínculo do amor, do afeto. Poucas. [...] É esse contexto, hm, de drogas, de viver, de violência, de rua. [...] Violência doméstica, é... a esposa que apanha, os filhos conseqüentemente também apanham e isso se torna um ciclo vicioso” (P1).

São famílias bem fragilizadas por todo um histórico de conflitos. São conflitos dos mais diversos, assim, desde a não aceitação da orientação sexual, que a gente tem que mediar. É bem isso que eu sinto, sabe? [...] A questão de uso de drogas, pelo menos por algum dos familiares, mesmo que seja na família extensa, no histórico. E famílias, a maioria em questão de vulnerabilidade. Mas a maioria tem um histórico de eventos estressores, um histórico de perdas, de doença, de luto. Uma história mesmo de eventos, dos mais diversos eventos estressores. Questões de abuso, de várias coisas (P4).

Não tem esse vínculo e parece que isso se rompe em algum momento. E claro, eu não consigo saber em qual momento isso se dá, porque como eu não dou atendimento, só faço os acolhimentos, não consigo perceber onde isso se rompe. [...] Principal necessidade eu acho que de fortalecimento de vínculo (P5).

Sem dúvida, o CRAS é um dispositivo da atenção básica que tem como objetivo auxiliar famílias frente ao manejo de situações de privação monetária, material, acesso a serviços e/ou de fragilização de vínculos afetivos. Tendo essas como suas finalidades, espera-se que a população reconheça esse e seus profissionais como provedores do suporte necessário para superação dessas dificuldades, o que pode justificar a caracterização acima. Todavia, faz-se necessário retomar o fato de que não se deve estabelecer relação de causa e efeito entre a pobreza e a constituição de relações instáveis ou desorganizadas. Além disso, apesar de P5 ter apontado a inexistência da vinculação familiar, em sua fala anterior ressaltou perceber, na busca da população pelo CRAS, a existência de uma preocupação com a família e com os filhos. A partir disso, inferiu-se que, talvez por não corresponder a uma visão romantizada de família, expondo seus conflitos e solicitando fortalecimento, o vínculo familiar citado foi considerado como inexistente pelo psicólogo. No entanto, mesmo que não tenha parecido ser o caso das famílias atendidas no CRAS onde P3 atuava, não se desconsidera essa realidade, visto que Gomes e Pereira (2005) pontuaram a situação socioeconômica familiar como um elemento que pode favorecer o rompimento dos laços familiares.

Como situado pela literatura, as dificuldades contextuais, a situação de vulnerabilidade e a pobreza, por estarem relacionadas à exposição a fatores de risco e a disponibilidade de recursos para seu enfrentamento, podem se configurar como estressores que se atravessam ao comportamento familiar e a maneira com que esse sistema vai se organizar e relacionar (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012). Por isso, entende-se que a fragilização dos vínculos afetivos também tenha aparecido como resultado nas entrevistas dos participantes. Esse resultado vai ao encontro da literatura, na medida em que os participantes da pesquisa de Peres (2001), 25 famílias de periferia, apontaram possuir dificuldades de relacionamento intrafamiliar, que podem, por vezes, desencadear comportamentos violentos. Situação que não deve ser vista como exclusiva desse público. Ainda, fez-se necessário pontuar novamente a importância de desidealizar a família e suas relações, como abordado na categoria de análise anterior.

Sobre os resultados das pesquisas de Zamberlan (2008) e Wottrich e Arpini (2014) com famílias de baixa renda, situados na revisão da literatura, que sinalizaram o estabelecimento de relações de cuidado que tomavam como base práticas educativas que vão desde a intervenção verbal até a coerção física, entende-se que a resposta parental frente às dificuldades contextuais pode favorecer o uso de castigos físicos como punição aos

comportamentos inadequados das crianças. No entanto, essas práticas não representam por si só ausência de carinho e preocupação familiar (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012).

O desempenho do papel de mãe a partir da divisão sexual estereotipada posta pelo modelo patriarcal de família apareceu como marcante na cultura da população atendida nos CRAS em que P4 atuava. “Ainda tem aquela coisa de que o pai trabalha e a mãe fica em casa e tem que trazer o filho no psicólogo” (P4). Com isso, constatou-se conformidade com a literatura quanto a busca de algumas famílias de baixa renda pelo estabelecimento de relações segundo um modelo mais tradicional patriarcal, onde a mulher era posta como principal responsável pelo cuidado da casa e da família (MOREIRA; RABINOVICH; SILVA, 2009; SARTI, 2011).

Ai, a maioria das mulheres não trabalha. A maioria não, não sei se posso te dizer a maioria. Mas algumas mulheres não trabalham. O marido trabalha como autônomo, faz bicos. Muito comum, muito. Aí tu pergunta a renda, hoje a renda é de um jeito e mês que vem pode ser de outro, porque depende se surge trabalho ou não. Filhos numerosos, a mãe tem que ficar em casa cuidando dos filhos, o pai se ele não consegue trabalhar já rompe toda essa questão sócio econômica, daí já fica sem ter uma renda fixa (P4).

Esse resultado vai ao encontro daqueles encontrados pela pesquisa realizada por Martin e Angelo (1999) com 10 mães de famílias compostas por mãe, pai e filhos residentes de uma comunidade de baixa renda de São Paulo. Através de entrevistas, foi identificado que o desempenho dos papéis familiares eram bem definidos e relacionados aos estereótipos de gênero, sendo o sustento familiar delegado ao homem, enquanto a mulher era responsável pelo cuidado da casa e dos membros da família, assim como pela educação dos filhos.

Já segundo os psicólogos que atuavam junto a famílias de outros CRAS, o papel de mãe foi descrito como desempenhado de formas variadas, não parecendo ficar restrito ao modelo tradicional e/naturalizado da maternidade. Dessa forma, apareceu como:

Aquela que dá comida e cuida. A gente tem situações extremas aqui, desde a mãe superprotetora que não deixa nem ir na escola direito porque tá com medo da violência, àquela que esquece que tem filho. [...] De quem sustenta, de quem cuida, de quem protege ou só aquela que botou no mundo (P3).

Tem algumas mães que tentam, sabe, cuidar mesmo, fazer o papel de mãe-cuidador, mas é bem difícil. É bem difícil pra elas, também, sabe? Porque quando entra droga no meio, quando entra o alcoolismo, quando entra a dependência química, a pessoa fica totalmente, a gente sabe, vulnerável, né, fica desestruturado (P1).

Têm mães que tem uma preocupação com um apoio efetivo, assim, mesmo. Uma proximidade afetiva e de uma preocupação com carinho com esses filhos. E tem mães que tem uma visão mais concreta da coisa: ‘Bom tenho que dar comida e

roupa e é isso e tá bom!’ [...] Tem outras que se preocupam muito, mas não sabe muito bem que fazer, principalmente quando tem a questão de drogas, porque daí tem uma preocupação e também se veem um pouco impotentes, assim. De certa forma, também tem a questão pra algumas educar é bater, pra outras não, mas pras que educar é bater, no momento que tu não pode mais bater... (P2).

Diante desse tópico da entrevista, P2 fez uma observação interessante. Para esse psicólogo, não pareceu fazer sentido estabelecer relação entre a situação financeira da família e a maneira com que se desempenha o papel de mãe nesse sistema.

Não me parece que a questão econômica seja um fator muito importante, porque a primeira coisa que eu pensei foi bom, de repente as que se preocupam mais com a questão da subsistência é porque estão numa situação econômica pior, mas não. Bom, essas que se preocupam bastante com afeto também estão numa situação bastante parecida. Não sei o que poderia levar a essas diferenças, mas eu acho que não passa pelo econômico, passa por uma outra via (P2).

Acredita-se ser possível ampliar o contexto em que essa fala foi mencionada e considerar essa “outra via” segundo Berthoud e Bergami (1997), que abordaram o desempenho da parentalidade estando intimamente relacionado às experiências progressas dos pais enquanto filhos. Assim, em conjunto com a capacidade individual de reflexão, esses modelos parentais caminharão rumo a repetição ou alteração de seus padrões.

Dando sequência a essas considerações, alguns psicólogos apresentaram o papel da mãe conjugado ao papel do pai, ou seja, falaram de como é o desempenho da parentalidade nas famílias atendidas. Um ponto de vista mais igualitário e que vai ao encontro das características da família contemporânea, mais afetiva e recíproca em suas relações (ROUDINESCO, 2003).

Eu acho que tanto a mãe, quanto o pai, eu acho que tem bastante permissividade, assim. Eles permitem muitas coisas e depois. [...] Tu vê claramente que não tem limite. Pode sair, uma criança de 10 anos pode sair, como eu atendi esses tempos, não voltar pra dormir em casa e tá tudo bem. E não acontece nada no outro dia quando a criança aparece. Então, o grande maior problema que eu vejo aqui é isso, assim, os pais vem reclamando de uma deficiência que é deles mesmo. Que é de impor o limite, né. Que a criança implora por limite e não tem (P5).

O trecho da entrevista de P5 destacado acima se fez duplamente importante. O primeiro aspecto a ser frisado diz respeito ao indicativo de um envolvimento conjunto (coparentalidade) dos pais na criação dos filhos, demonstrando um equilíbrio na divisão das responsabilidades familiares (ROUDINESCO, 2003; SOUZA; RAMIRES, 2006; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). O segundo ponto da fala que mereceu ênfase apontou a importância dos pais serem capazes de estabelecer limites às crianças, tarefa parental que foi

sinalizada na categoria de análise anterior. Na literatura, a dificuldade de estabelecer hierarquias e limites dentro da dinâmica familiar foi relacionada às alterações que a família passou quanto sua configuração (quem faz parte desse sistema) e organização (delimitação de regras, divisão de papéis, características das relações) (WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008). Por não ocorrer de forma homogênea entre as realidades socioculturais brasileiras, essas modificações fizeram com que coexistissem diversos modelos de como desempenhar a parentalidade, podendo ocasionar confusão diante da função de educá-las ao prejudicar a identificação das reais necessidades físicas e emocionais das crianças. Em outras palavras, os cuidadores podem encontrar dificuldade em distinguir a necessidade de serem afetivos com negar limites e apresentarem aos filhos um mundo de direitos sem deveres, não reconhecendo essa atitude como uma maneira de negligência e, dessa forma, se tornando incapazes de dar o suporte necessário ao desenvolvimento de seus filhos (CAMPOS, 2012). Assim, percebeu-se que possíveis atrapalhos no desempenho da parentalidade não podem ser considerados existentes apenas entre as famílias de baixa renda, mas como presentes na família de forma geral.

Em pesquisa desenvolvida por Silva, Maftum e Mazza (2014) com 39 enfermeiros de 39 Unidades Municipais de Saúde com Estratégia Saúde da Família de Curitiba – PR, encontraram três fatores relacionados a vulnerabilidade no desenvolvimento da criança: elos familiares fracos, dependência química e violência doméstica. Os elos familiares fracos foram descritos pela permissividade no lar, presença ou ausência do pai e por múltiplos parceiros da mãe. Segundo os participantes, com falas pautadas no ideal de família nuclear como configuração capaz de prover cuidados adequados, as características citadas podem prejudicar os vínculos afetivos e os estímulos ao desenvolvimento infantil. Os outros dois fatores serão abordados na sequência da discussão.

A maioria dos participantes apontou a tendência das famílias atendidas em apresentarem uma configuração composta por um número alto de filhos. “Eles sempre tem um monte de filhos. Mãe, pai, vó, tio, eles moram aquele monte de criança. Monte que eu digo 4, 5, 6. Eu acho bastante filhos” (P1); “Geralmente vários filhos, primeira coisa que me vem à cabeça” (P2); “Esses filhos pode variar de um a seis, sete” (P3); “Número de irmão também é algo que a gente observa bastante, tem famílias numerosas” (P4). No entanto, na pesquisa de Azeredo (2010), entre as mulheres entrevistadas o número de filhos variava de 2 a 6 e entre 1 a 11 para Bittar e Nakano (2011), tendo a mulher de único filho passado por cinco ou seis abortos, além de estar grávida no momento da entrevista. Apesar da fala dos psicólogos encontrarem respaldo na literatura, convida-se a pensar se o número de filhos nas

famílias pobres realmente tende a ser maior, como as participantes da pesquisa de Zamberlan (2008) e de Polli e Arpini (2012), ou se as famílias com maior número de filhos chamam a atenção por estabelecer uma configuração que foge ao padrão hegemônico, por ilustrarem a “cultura dos pobres”, como citou Santos (2014), aqueles caracterizados como “sem pretensões e necessidades para além de se reproduzirem” (2014, p. 15).

Além disso, P4 apontou, novamente, a importância do convívio com a família extensa para a educação e cuidado das crianças.

Também varia de cada família. Às vezes tu vê que o papel de mãe e de pai é desenvolvido por um vô, por uma vó, por um tio, por uma tia. Assim como a gente vê pais extremamente interessados, que vem aqui, que buscam, tem pais que não adianta, tu fala e eles não estão nem ai. Tem pais que agridem. Varia também, tem de tudo. Tem pais extremamente interessados, tem pais que não se importam (P4).

Assim, entendeu-se que o importante é que a criança possa ter alguém, independente de estarem relacionados pela via da consanguinidade ou da afetividade, que possa suprir suas necessidades biopsicossociais. Uma figura de apego que estabeleça um modelo para futuras relações com o mundo. Ainda, ressalta-se, conforme Cordioli (1998), a importância de existir um cuidador (ou cuidadores) que sejam constantes e se tornem referência para a criança, atuando em conjunto em sua educação. Ou seja, como abordado na categoria de análise anterior e proposto por Peres (2001), quando a dinâmica familiar não consegue dar conta sozinha e as políticas públicas falham, é possível que a criança encontre o suporte social necessário através de relações estabelecidas com a família extensa e/ou vizinhos.

Quando os psicólogos discorreram sobre o papel paterno em separado do materno, foi caracterizado como aquele que é ausente, seja por precisar trabalhar fora de casa para conseguir sustentar a família, seja por outras especificidades. “Nas famílias em geral eles não estão muito presente”. [...] “Eles só vão se preocupar com os cuidados dos filhos se precisar. Se não a mulher cuida, a mãe cuida, a avó cuida, alguém cuida. Eles só vão se preocupar, se ocupar disso, se necessário” (P2).

Em 90% dos casos existe um pai, mas eu nunca vi ele. Dizem que ele tá sempre trabalhando. Então quando normalmente eu entro nas casas tá a mãe com os filhos. No máximo a mãe da mãe assim, uma avó que ajude a cuidar, mas normalmente a mãe e os filhos. [...] Nossos maiores problemas em denúncia de Conselho são os pais. Questão de agressão, porque eles chegam em casa bêbados, drogados ou porque não dão atenção ou porque não pagam pensão (P3).

Essas falas elucidaram a existência a percepção dos psicólogos de um vínculo paterno frágil e a delegação do cuidado dos filhos à figura da mulher em algumas das famílias

atendidas pelos CRAS dos psicólogos entrevistados. Esse modelo de desempenho do papel de pai complementou o papel de mãe, anteriormente abordado, nas famílias que ainda estabelecem a divisão das responsabilidades familiares a partir de uma visão estereotipada do gênero feminino e masculino, sinalizando resquícios do modelo tradicional de família.

Ainda, percebeu-se a existência de dois tipos distintos de ausência paterna: a física, apresentada nas falas anteriores, e a afetiva, na sequência. “Muitas famílias que eu atendo aqui o pai tá no presídio”. [...] “Então pra ele [filho] isso é natural. Isso é o que mais machuca a gente de perceber que pra eles é natural ele falar que o domingo dele é no presídio, que, que ele gosta de tá lá pra brincar com o pai” (P1). Nesse caso, apesar do tom negativo com que esse convívio assumiu na fala do psicólogo, pôde-se inferir que permanece um vínculo afetivo significativo entre pai e filho, resistindo a esse período de privação de liberdade. Logo, considera-se que a qualidade do laço paterno deva ser analisada para além da presença física, mas através da preocupação com o desenvolvimento dos filhos e da presença de afeto nessa relação, principalmente nos casos em que o homem toma como responsabilidade o sustento dos filhos (MILCENT et al., 2008).

Na medida em que se analisaram as descrições das famílias atendidas pelo CRAS, foi possível a constatação da influência que as experiências de vida dos psicólogos podem exercer na maneira de compreender o público, o contexto e demandas do serviço. Como destacado por Celia (2013), as intervenções profissionais em um campo onde coexistem diferentes visões de mundo, se faz necessário um agir pautado não apenas no saber técnico, mas principalmente na compreensão, tolerância e no manuseio da contratransferência individual e grupal. Sendo contratransferência um termo psicanalítico, definido por Laplanche e Pontalis (2001) como as reações inconscientes do analista ao analisando, ou seja, as possíveis reações do psicólogo frente ao sujeito/família atendida no CRAS/SUAS.

Eu venho de uma criação muito rígida. Eu acho que é por isso que eu enxergo tanto a falta de limite, assim, onde quem mandava era meu pai e a minha mãe, assim, e não tinha muita conversa em relação a isso. As coisas eram explicadas e muito claramente tinham que ser cumpridas (P5).

Da mesma forma, quando questionado sobre as características que considerava necessárias de uma mãe possuir, P3 reconheceu que falava a partir de suas vivências e valores pessoais e ressaltou: “Eu tento não poluir nas famílias isso [as características que citou], porque às vezes a configuração deles não é a mesma que eu tive. Então, a gente tenta usar o que eles têm pra definir papéis, principalmente, de proteção”. Sua fala apontou para a importância de se conhecer tanto a realidade individual de cada família atendida, quanto a

realidade do contexto social do território. Como P3 mesmo acrescentou: “No geral a gente tenta ver cada família no seu individual e valorizar ela independente de qual seja a demanda”. Assim, identificou-se como papel do profissional da psicologia inserido no CRAS tomar como objetivo de suas intervenções o fortalecimento das famílias atendidas através de ações que reconheçam suas características e que ofereçam o suporte necessário para que essas alcancem autonomia no desempenho das funções familiares (COUTINHO; MERIGO, 2010; LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; SILVA et al., 2012; CELIA, 2013).

Por isso que eu tento, aqui no CRAS, chamar essas famílias, conversar, apoiar. Eu dou carinho pra eles, eu tento ensinar, passar um pouquinho de coisas boas minhas, do que eu penso pra eles. Pra algumas pessoas até funciona, pra outras não (P1).

No entanto, o trecho acima destacado apontou novamente a necessidade de se ter cuidado para que o distanciamento cultural existente entre os atores envolvidos nessa relação não se transforme em discriminação e/ou culpabilização dessa população e que a prática do psicólogo na assistência não contribua para a perpetuação da violência social através de imposição de seus valores pessoais, legitimando a pobreza enquanto pretexto de fragilização de vínculos familiares e demais motivações que levam as famílias aos serviços de assistência social.

Indo ao encontro de Jiménez-Bautista (2012), a partir de análise da teoria de Johan Galtung e a tríade de violências (direta, estrutural e cultural/simbólica), entendeu-se que o profissional que atua no campo da assistência social pode, ao não lograr êxito em analisar o contexto de sua prática, ser conivente e/ou reprodutor de duas formas de violência: a estrutural e a cultural. Diferente da violência direta (verbal, psicológica e física), na qual existe uma ação que causa dano direto sobre o sujeito alvo, a violência estrutural age através de mediações institucionais, violência indireta, presente na injustiça social e que serve como obstáculo para satisfação de necessidades básicas da população. Junto a essa, inferiu-se, o profissional pode vir a ser difusor da violência cultural, a qual desenvolve sua ação no campo das ideias, normas, valores e cultura. Assim, seriam ideias que justificariam o acesso desigual da população ao bem-estar e demais direitos sociais. Apesar de serem abordadas separadamente, compreendeu-se que os três tipos de violência se encontram imbricados e se influenciam mutuamente.

As funções familiares apontadas na categoria de análise anterior, dentre as quais estão oferecer um ambiente afetivo, que seja fonte de proteção, cuidado e educação, segundo Gomes e Pereira (2005), só podem ser alcançadas se o sistema familiar possuir suporte social

suficiente. Tal condição deve ser fornecida pelo Estado, que coloca a família como alvo das ações previstas pelas políticas de assistência social. No entanto, através da literatura e das entrevistas realizadas, foi possível reconhecer pontos problemáticos dessa centralidade. Em análise realizada por Melo (2012), apesar da PNAS apresentar em seu discurso as repercussões das desigualdades sociais brasileiras, pauta sobre a família a responsabilidade de se organizar para sobreviver nesse contexto, dando margem para a adoção de uma postura culpabilizante dessa população por parte dos profissionais que atuam no campo. Em outras palavras, favorece uma perspectiva de intervenção que busca ajustar a família “problema”, culpabilizando e, ao mesmo tempo, vitimizando aqueles que veem aos serviços de assistência social a oportunidade de um suporte para melhorar sua condição de vida, corroborando com a tendência histórica das ações sociais pautadas em uma compreensão estereotipada do público e no assistencialismo.

Para Teixeira (2009), o que dá margem para essa postura é a contradição entre cuidar da família e fornecer recursos para que ela seja capaz de cumprir essa função, posta na própria PNAS. Cuidar da família, segundo a autora, seria sustentar as funções que esse sistema encontra dificuldades para desempenhar, primando pela autonomia dos seus integrantes. No entanto, de forma contrária, a política coloca a família como responsável pela proteção social, independente dos seus formatos, condições de vida ou acesso aos serviços sociais, culpabilizando aquelas que não conseguem alcançar o desempenho esperado de suas funções.

Nesse mesmo sentido, o estudo de Nascimento, Cunha e Vicente (2008) apontou a desqualificação que permeia a família pobre no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que pode ser aplicada também à leitura que é feita sobre esse sistema nas ações da assistência social. Segundo as autoras, existe uma culpabilização dessa família quando a mesma não consegue garantir o direito à educação, saúde, alimentação dos seus membros, sinalizando uma “incapacidade familiar” e a estigmatizando como negligente, sem reconhecer que, muitas vezes, a situação de privação permeia a família como um todo e se atravessa no desempenho de suas funções e na provisão das necessidades dos filhos.

Sobre isso, Nam e Tillman (2008) apontaram que a concepção de pobreza dos proponentes e dos executores das políticas de assistência pode exercer influência sobre as ações desenvolvidas. Para os autores, por terem sua execução a mercê do entendimento subjetivo dos profissionais, os programas assistenciais voltados à família abrem margem significativa para que valores pessoais se atravessem na sua implementação. Apesar de o estudo ter sido desenvolvido a partir do contexto estadunidense, inferiu-se que essa realidade pode ser transposta para a brasileira, visto que ambas as políticas assistenciais possuem a

família como público-alvo. Cabe ainda ressaltar, como pontuou Prisco (2015), que a centralidade da família na política só se torna um problema diante da forma com que as ações da assistência social são pensadas e executadas. Assim, atenta-se para o cuidado necessário entre os profissionais que operam a política em não colocar esse público como responsável pelo seu sucesso ou fracasso no desempenho das funções familiares de educação, cuidado e proteção de seus integrantes.

Ainda, pelo fato desse trabalho convidar o psicólogo a vivenciar uma condição de vida distante das suas experiências pessoais, cercada por sofrimento físico, social e psicológico, é possível que desperte no profissional a sensação de impotência e frustração (SILVEIRA, 2002; MACEDO; DIMENSTEIN, 2012). Frustração convocada, talvez, por se deparar com uma população que teve seu desenvolvimento biopsicossocial atravessado por privações e concepções sociais acerca de si que favorecem à baixa autoestima, desesperança e dependência dos programas assistenciais para suprir suas necessidades básicas. Comportamentos que, segundo Bronzo (2009), dificultam a mobilização dos sujeitos e dos recursos, quando existentes, para uma efetiva melhoria da qualidade de vida.

Conforme um dos participantes, "Isso que eu me decepciono às vezes aqui e que eu desejo pra eles às vezes: que eles consigam ver que não existe só isso que eles tão inseridos, existem outras possibilidades" (P3). A partir da fala desse psicólogo se retomou a importância de uma prática da psicologia não alienada diante das desigualdades sociais existentes em nosso país, da falta de recursos destinados a garantir uma condição de vida dignidade para essa população. Sem deixar de considerar o quão difícil pode ser, também, para esse profissional que atua na implementação das políticas sociais lidar com essa realidade no cotidiano de trabalho. Uma dificuldade, em parte basilar, favorecida pelo histórico olhar individualista da psicologia (CELA; OLIVEIRA, 2015), pela carência de aprendizados teórico-práticos para atuar no campo da Assistência Social e para intervir junto a famílias em situação de vulnerabilidade (SPINK; MATTA, 2007; DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010; SANTOS, 2014).

Para além do sentimento de impotência e frustração identificados através das entrevistas, foi possível reconhecer também um ressentimento com a maneira de viver dos usuários e com a forma com que esses lidavam com sua realidade. Sobre isso, Biasus e Franceschi (2015), em pesquisa com 16 psicólogos alocados em 16 CRAS da região de AMAU-RS, identificaram como uma das dificuldades citadas pelos participantes o "funcionamento dos usuários", caracterizado pela resistência à mudança, comodismo e desistência. Com achados semelhantes a esses, Macedo e Dimenstein (2012) entrevistaram 10

psicólogos de CRAS e 3 de Unidades Básicas de Saúde de Natal – RN e encontraram discursos atravessados por uma moral culpabilizante e valores pessoais que se queixavam da falta de consciência da população atendida em relação aos seus direitos, à sua condição de vida e à responsabilidade de cuidar da saúde da família e da educação dos filhos, retomando o estigma da família pobre como negligente, comentado anteriormente. Dessa forma, o encontro de realidades socioculturais distintas, cada qual com seus valores, comportamentos e maneiras de viver podem suscitar confusão e enviesar a forma de compreender a outra cultura.

Muitas famílias em extrema pobreza, então fica difícil de tu conseguir conduzir, de tu conseguir reorganizar a vida dessas pessoas, porque falta muito essa estrutura, sabe? O pai bebe, usa drogas. A mãe a mesma coisa. O filho fica na rua. A mãe sai fumar crack e leva o filho junto. Então, é uma desorganização, uma falta de estrutura enorme. Então, assim, onde eu vejo muita dificuldade, porque eles não tem uma noção de valores, de, de cuidado um com o outro, de cuidado com o filho, de saber que o filho não pode ver certas coisas, que ele não tem que passar por isso. Pra eles tudo é normal, sabe. Tudo isso que eles vivem é normal, que pra gente, a gente sabe que não é, né? Então, é a dificuldade de conseguir fazer eles entenderem que eles precisam achar outro caminho, direcionar a vida por outro lado. Só que ai já estão viciados, é, fica muito, muito difícil, sabe? Muito difícil. Além da violência, né, toda que ocorre nesse contexto que eles vivem. É o contexto mesmo que é, é bem difícil (P1).

A presença do consumo de álcool e outras drogas nas falas dos participantes chamou a atenção não apenas pela recorrência e/ou relevância que o tema ocupa, mas também pela tonalidade de distanciamento com que essa realidade foi referenciada, como se ela não se fizesse presente, ainda que em maior ou menor grau, nas demais classes sociais. A questão da drogadição, sinalizada na fala do entrevistado anteriormente, foi tema de pesquisa desenvolvida por Souza (2016), que buscou estudar a relação entre o consumo de crack e a exclusão social através da entrevista de nove usuários do distrito federal. Partindo das vivências desses participantes, a análise dos resultados evidenciou a vinculação entre o lugar social ocupado por esses sujeitos e a utilização da droga. Mais, para além de explicitar essa relação, revelou-se a exclusão social não como consequência do consumo de crack, mas como uma das motivações de uso. Nas palavras do autor: “Não é a malignidade da droga, portanto, que cria a prisão do vício, mas, o abandono afetivo e social e a experiência silenciosa de uma humilhação ubíqua e sem explicação palpável” (2016, p. 38).

O crack apareceu como uma saída, ainda que desesperada, de uma experiência de vida circunscrita pelo descaso e exclusão. Marcados historicamente pela escassez de suporte social, Souza (2016) apontou que os sujeitos das classes mais pobres podem encontrar dificuldades em desenvolver mecanismos cognitivos e emocionais que auxiliem na superação de obstáculos e na busca por recursos saudáveis de resolução de problemas, encontrando na

autodestruição uma maneira de reagir ao sofrimento. A partir disso, propôs-se que a intervenção nesses casos tome como base a visão que o usuário possui de si, do mundo e se trabalhe com a reconstrução da capacidade desse sujeito almejar e planejar seu futuro. Eis, então, uma das possibilidades de atuação do psicólogo no CRAS: promover nas famílias do seu território de abrangência o conhecimento de seus direitos e o auxílio no desenvolvimento de relações alicerçadas em uma socialização que dê recursos para almejar, planejar e colocar em prática ações que modifiquem a sua realidade.

Ainda, destaca-se que as considerações de Souza (2016) sobre a exclusão social e o consumo do crack podem ser aplicadas para além da especificidade dessa droga. Entende-se que todo uso abusivo de substâncias pode estar relacionado a um desejo de fuga da realidade. Também relacionado à facilidade de acesso, o consumo de álcool e outras drogas que proporcionem momentos de alívio das preocupações cotidianas pareceu ser um recurso comum aos sujeitos, mesmo diante das consequências negativas que isso possa acarretar. Isso foi sinalizado na fala de P2: “O bairro tem muitas drogas, muitos pontos de venda, tem muita boca (de fumo)¹³”, mas pontuado com uma ressalva importante de não generalização da população: “Isso não é uma coisa que transita por todas as famílias, mas provavelmente quase todas as famílias têm contato. Pra algumas, isso faz parte do problema da questão do familiar que leva mesmo ao CRAS”.

Em pesquisa com 40 profissionais de nível superior que atuavam em Unidades de Saúde da Família de um município do Sudeste brasileiro, Souza, Menandro M. e Menandro P. (2015) encontraram o alcoolismo como fator considerado intrínseco pelos participantes à cultura dos pobres, tanto como uma forma para lidar com as situações de precariedade, como característica de um estilo de vida. Apesar da sua etiologia ter sido descrita como biopsicossocial, deu-se enfoque aos fatores psicológicos (fuga da realidade, “fraqueza” psicológica, hábito, falta de autoestima e de perspectiva de futuro) e sociais (características familiares e dificuldades financeiras). Com isso, o alcoolismo foi designado como mal da pobreza, revelando a estigmatização frente a essa população.

A dependência química, apontada pelos participantes do estudo de Silva, Maftum e Mazza (2014) como fator que influencia na vulnerabilidade infantil, foi assim considerada impactar os vínculos afetivos familiares e a proteção da criança, relacionando-se à violência dentro do lar. Chamou atenção a ênfase dada ao consumo de drogas pelas mães, colocando novamente a mulher como principal responsável pelo cuidado dos filhos. A dependência

¹³ Boca de fumo: local de comercialização de drogas ilícitas.

química materna, segundo os entrevistados, pode vir a favorecer casos de negligência e de ocorrência de acidentes domésticos e de trânsito. Ainda, os autores foram ao encontro das considerações de Berthoud e Bergami (1997) e abordaram o desempenho da parentalidade como intimamente ligado às experiências pregressas dos pais enquanto filhos, tornando esse dado imprescindível de ser analisado na avaliação da dinâmica e ambiente familiar. Sobre a ênfase na figura da mulher, Carlotto e Mariano (2008), Teixeira (2009) e Prisco (2015) apontaram uma certa responsabilização dessa pelo cuidado da família, naturalizando-se através da política a assimetria das relações tradicionais patriarcais e reproduzindo a divisão sexual das funções familiares.

Ainda sobre a relação entre drogadição, violência intrafamiliar e parentalidade, a pesquisa de Bittar e Nakano (2011) desenvolvida em São Paulo com 10 mulheres mães agressoras encontrou um perfil comum entre as participantes. Durante a infância e a adolescência, na família de origem, vivenciaram situações de perdas de entes queridos, pobreza, consumo de drogas e violência, evidenciando a influência das experiências pregressas e a existência de um ciclo de violência. Logo, encontrou-se conformidade com as falas dos psicólogos destacadas anteriormente (p. 68) sobre essa temática, as quais assinalaram como característica das famílias que buscam o serviço do CRAS um histórico de perdas e de violência doméstica.

É importante reconhecer e perceber que as concepções pessoais são a lente através da qual se enxerga e compreende o mundo.

São alguns preconceitos que a gente tem, mas tendo um olhar inicial, superficial, a família tem tudo pra ser organizada e ela não é organizada. Enquanto outras famílias tem tudo pra estar em uma situação realmente muito precária, e elas estão extremamente organizadas (P4).

Por mais distintas que sejam as culturas das quais os profissionais e usuários fazem parte, precisam ser capazes de conviver sem que uma busque se sobrepor à outra (CUNHA, 2004). Assim, apontou-se a necessidade do psicólogo ser capaz de respeitar a demanda e características da família e território atendido (MATOS, 2004).

Mas que nem um professor meu sempre diz: “A minha demanda não é a demanda do outro. O meu problema não é o problema do outro”. Se essa pessoa que eu atender tá em dúvida entre comprar uma Ferrari vermelha ou uma azul, é a demanda dela. Se a família que eu atender não sabe como é que vai comprar o arroz no final do mês, é o problema dela. Então tu não tem que valorizar um a mais e outro a menos. Então, é nisso que eu foco em cada família (P3).

Com isso, tornou-se evidente a importância de descolar as ações do CRAS não apenas dos valores, mas também das expectativas pessoais dos profissionais. Através de uma prática sensível, pareceu ser possível entrar em contato com essa realidade social e tornar-se personagem ativo no combate à desigualdade social brasileira.

Acho que esse contato com as pessoas, com essa diversidade, com esses problemas, que a gente sempre acaba amadurecendo. Hoje a gente trata de um jeito, amanhã a gente já tem experiência e tem uma intervenção mais assertiva, que às vezes em um momento inicial tu não tem (P4).

Reconhecer as especificidades da cultura do território de abrangência do CRAS e ser capaz de adaptar as intervenções para essa realidade, além de ser pressuposto pela própria política da Assistência Social, potencializa as ações destinadas à transformação da qualidade de vida da população local (SILVA et al., 2012). Ainda, ao valorizar suas características e adotar uma postura aberta para também se permitir transformar nessa relação, o profissional pode vir a modificar suas concepções de mundo e “amadurecer”, como mencionou P4 em sua fala. Amadurecer, talvez, no sentido de perceber que uma cultura diferente não necessariamente precisa ser posta a julgamento e desmoralizada, ela deve ser respeitada pelas demais visões de mundo.

Que no geral elas são unidas, numa certa forma elas lutam pra sobreviver. [...] Apesar da situação tá ruim, eles continuam. [...] Tu nota que eles vão atrás, que se tu pedir pra eles: ‘Ó, pais, preciso que vocês venham aqui pra gente conversar’, eles vem. [...] Eles são muito receptivos a esse tipo de ajuda (P3).

Elas sabem se virar, tipo, todas as famílias têm uma forma de organização que em princípio funciona. Assim, tipo, mesmo que talvez não da melhor forma, mas funciona. E acho que isso por si só é uma ótima qualidade vivendo em condições adversas. Tu conseguir ter um sistema de complexidade funcionando sem saber se tu vai ter o que comer, pagar conta e o guri se metendo com droga e não sei o que lá. Eu acho que isso tem um valor bem grande, assim. Isso é o que mais tem (P2).

Sobre isso, Condemarín (2002) fez questão de ressaltar a força que a solidariedade possui entre as famílias e comunidades pobres. Qualidade que, por vezes, pode perder força e se apagar frente à cultura do individualismo muitas vezes presente nas classes mais abastadas da sociedade. Assim, percebeu-se que a adoção de uma posição mais neutra e acolhedora para olhar e falar sobre as características das famílias atendidas pelo CRAS favorece o estabelecimento de uma relação usuário-profissional mais próxima, contribuindo para uma transformação efetiva da vida desses sujeitos. Por isso parece essencial ressaltar, como propõe Bronzo (2009), que as famílias em vulnerabilidade social não possuem suas características

restritas às séries de privações e carências que enfrentam no cotidiano, mas também contam com recursos e potencialidades a serem estimuladas. Eis um ponto importante de ser desenvolvido nas ações das políticas públicas: oferecer suporte adequado às demandas das famílias e do território, articulado com a rede de serviços e profissionais, favorecendo sua efetividade.

Em pesquisa realizada por Leão, Oliveira e Carvalho (2014), dos 8 psicólogos entrevistados que atuavam nos CRAS de Teresina-PI, nenhum realizava a ação de vigilância social, que consiste em sistematizar as informações do território. Segundo os autores, esse desconhecimento abre margem para distorções acerca das demandas das famílias. De forma semelhante, o estudo realizado por Oliveira I. et al. (2014) com 15 psicólogos dos CRAS de municípios do interior do Rio Grande do Norte, sinalizou que apenas 7 dos participantes mencionaram realizar o mapeamento das vulnerabilidades do território de atuação, recurso que auxilia no planejamento de ações adequadas às reais necessidades das famílias que buscam o serviço.

A insuficiência quanto à formação acadêmica e aos conhecimentos teórico-práticos relacionados à esse campo de atuação adquiridos durante a graduação, identificadas na pesquisa de Biasus e Francheschi (2015), pode estar relacionada com a deficiência da prática do psicólogo no CRAS. Todavia, concorda-se com Dimenstein e Macedo (2012) quando esses propuseram que já não basta assinalar a falha na formação e a tendência em exercer um trabalho pautado em saberes e técnicas descontextualizadas e reprodutoras da cultura social hegemônica e de leituras estereotipadas da população atendida. Para além disso, os resultados da pesquisa apontaram ser necessário investir no desenvolvimento de uma postura profissional capaz de analisar o cenário social e político no qual atua, escutando, acolhendo e intervindo adequadamente sobre os aspectos psicossociais atrelados as condições de vida dos sujeitos e a desigualdade social brasileira. Desigualdade social essa que, apesar da visibilidade de seus efeitos, se propaga de forma oculta através de sua dimensão subjetiva “em cada um de nós, assim como em nossa sociedade” (MELSERT; BOCK, 2015).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de cinco entrevistas realizadas com psicólogos que estavam atuando em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no momento da coleta de dados, foram constatados alguns elementos importantes de serem elucidados a respeito da concepção de família desses profissionais. De forma geral, a família foi descrita a partir do estabelecimento de laços afetivos que proporcionam sentimento de acolhimento e que ultrapassam os vínculos consanguíneos. Em outras palavras, para esses profissionais o que transforma um grupo de pessoas em uma família é o estabelecimento de uma dinâmica de relações recíprocas pautadas no afeto, no cuidado e na preocupação com o bem-estar dos membros desse sistema. Diferentemente do que se poderia esperar em décadas passadas, em que a formação em psicologia possuía um viés clínico e voltada para particular, os psicólogos dos CRAS indicaram uma visão arejada e não preconceituosa acerca das famílias. Percebe-se, com satisfação, que os profissionais apresentaram um discurso pautado no conhecimento teórico e técnico desenvolvido pela psicologia sobre a temática de famílias, sem que seus discursos fosse pautado no senso comum ou em julgamentos morais acerca da família atual.

Além dessas características que definem as famílias, os profissionais também citaram o conflito intrafamiliar como elemento intrínseco a essas relações. Com isso, a concepção de família pouco tendeu a uma visão romantizada, sendo reconhecido que nem todos os períodos de convívio são harmônicos. Segundo a literatura, isso pode ser explicado pelo fato da dinâmica familiar ser constantemente influenciada por fatores internos e externos ao sistema, sendo convocada a reorganizar suas regras, relações e papéis. Essa flexibilidade também foi considerada nas entrevistas como um importante fator que auxilia no bem-estar familiar.

Apesar de amenizada, algumas entrevistas apresentaram ainda resquícios de uma idealização das relações familiares. Mesmo que o conflito familiar tenha sido salientado pelos profissionais como característica comum às famílias, independente da classe social, as descrições das famílias atendidas no CRAS mostraram esse como um aspecto marcante das relações neste contexto. Analisando a proposta do SUAS, a busca do serviço como forma de auxílio na resolução dos conflitos e dificuldades enfrentadas pelas famílias do território de abrangência se mostra adequada. No entanto, os resultados da presente pesquisa indicaram a presença de crenças estigmatizantes a respeito da organização da família pobre. Além da presença do conflito intrafamiliar, a drogadição apareceu como característica marcante desses sistemas. Ainda, o acesso à benefícios como o Bolsa Família, programa destacado pelos psicólogos como uma das principais formas que as famílias atendidas encontravam para

complementar a renda familiar, também foi considerado de uma forma estigmatizante, percebendo tais famílias como “acomodadas” em termos de seu sustento.

Todavia, mesmo que se faça necessário enfatizar o cuidado que se deve ter para não tomar a família pobre como sinônimo de "família problema", compreende-se que muitas das caracterizações feitas pelos psicólogos acerca das famílias atendidas podem corresponder à uma tentativa de descrever e elencar as dificuldades e temáticas que circundam a atuação no contexto do CRAS, reconhecimento que se faz importante para a estruturação de ações da assistência social.

O envolvimento afetivo dos pais (homens) nas famílias usuárias dos CRAS, exposto pelos psicólogos como uma característica fundamental para a funcionalidade da famílias, foi descrita pelos entrevistados como refém do sustento financeiro e ocupando uma posição de distanciamento em relação aos filhos e à vida doméstica. Esse resultado pode ser entendido através da divisão sexual das tarefas familiares que ainda parece ser marcante, segundo os participantes, na dinâmica dessas famílias, colocando a mulher como principal responsável pelo o cuidado da casa e dos filhos.

Considerando que o vínculo estabelecido entre os psicólogos e o público alvo das ações do CRAS se alicerça não apenas na técnica profissional, mas também na sua cultura subjetiva, tornou-se essencial a análise da forma com que as concepções de família dos profissionais se articulavam com a maneira que as famílias atendidas no serviço foram caracterizadas pelos mesmos. Nas entrevistas, a existência de um distanciamento cultural entre os atores envolvidos nessa vinculação pôde ser constatada tanto explícita, quanto implicitamente. Alguns psicólogos reconheceram valores e comportamentos no contexto social no qual atuavam como contrastantes às suas crenças pessoais, expondo a importância da sensibilidade e da reflexão serem qualidades presentes na prática nesse campo, cuidando para que essas diferenças não se interponham às suas intervenções. O distanciamento cultural implícito nas falas foi constatado através da conotação negativa atribuída por alguns psicólogos a algumas características das famílias atendidas. Sobre isso, considera-se que a dificuldade de ponderar a desigualdade de oportunidades, de acesso a recursos, de garantia de direitos e dos lugares diferenciados que ocupam na sociedade contribui para uma leitura estigmatizada da pobreza. Essa leitura, por sua vez, torna fértil o solo para a adoção de uma postura profissional que culpabiliza as famílias e sujeitos atendidos no CRAS.

Assim, esses resultados evidenciam a importância da qualificação dos psicólogos que atuam no contexto da assistência social, do conhecimento acerca das políticas que regem o serviço e da aproximação do saber teórico da prática profissional. Considerando a recente

inclusão das políticas públicas nas disciplinas das graduações em psicologia, reflexo da inserção do psicólogo no SUAS, a formação continuada parece ser também uma alternativa para sanar as lacunas da formação. Ainda, destaca-se a importância do desenvolvimento de um olhar acolhedor e unificado entre os profissionais da equipe do CRAS acerca dos usuários, que pode ser alcançado através do compartilhamento de conhecimento em reuniões de equipe.

Espera-se que as informações compartilhadas e discussões apresentadas instiguem os psicólogos a refletir sobre sua prática e contribuam para a efetivação de uma atuação sensível, crítica e comprometida socialmente. Para além dos profissionais da área da Psicologia, entende-se que o presente estudo pode também vir a contribuir com a prática de todos aqueles que se encontram “na ponta” da execução das Políticas Públicas, que possuem como público-alvo famílias e/ou sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Tomando em perspectiva as produções científicas acerca da temática trabalhada, pouco se encontrou a respeito da interlocução entre a Psicologia, o Sistema Único de Assistência Social e atuação centrada na família. Compreendeu-se a escassez de material em virtude da ainda recente inserção da profissão nesse campo de atuação, mas que se encontra em processo de desenvolvimento. Assim, espera-se que o presente estudo contribua com a aproximação dos psicólogos às questões políticas e sociais, colaborando com o distanciamento de uma postura alienada da classe e fortalecendo a implicação na luta contra a desigualdade social brasileira.

Torna-se indispensável ressaltar que não foi objetivo das análises e discussões apresentadas julgar e/ou culpabilizar os participantes da pesquisa, mas utilizar as informações coletadas como disparadoras de problematizações que venham a possibilitar pensar alternativas e recursos para aproximar a formação e a prática da Psicologia às reais demandas do campo da Assistência Social. Reconhece-se a disponibilidade dos psicólogos em ceder um espaço de seu tempo e a contribuição com essa pesquisa, proporcionando o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos da profissão, entrelaçamento considerado essencial para o aprimoramento da atuação nesse campo.

Da mesma forma, entende-se que cada família encontra sua própria maneira de estabelecer suas relações e sobreviver, marcadas pelo contexto histórico-cultural familiar e social. Assim, essa pesquisa não busca, através da literatura apresentada, servir como difusora de olhares preconceituosos e culpabilizantes sobre as diferentes formas de vida possíveis de serem encontradas no território brasileiro, principalmente àquelas que se distanciam dos ideais sociais hegemônicos.

Das limitações desse estudo, o vínculo de trabalho dos psicólogos participantes com o CRAS (quatro contratados e um concursado em período probatório) e o pouco tempo de atuação no local (máximo um ano) devem ser considerados como elementos constituintes do complexo pano de fundo que influenciou nos resultados encontrados. Entende-se que a modalidade de vinculação profissional por contrato temporário de trabalho muitas vezes mobiliza no profissional o sentimento de insegurança frente à sua prática, além de dificultar a qualificação da prática e a autonomia técnica (LEÃO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2014). O tempo de atuação dos participantes também pode ser entendido como um atravessamento importante dos resultados obtidos, uma vez que os profissionais precisam de tempo para se qualificar para este trabalho específico e para conhecer a nova realidade a que estão expostos, acomodando internamente suas concepções pessoais de mundo. Com isso, demonstra-se a importância de investimento da gestão municipal nas políticas de Assistência Social, favorecendo o vínculo e a estabilidade profissional nestes serviços. Mais, somado a própria situação de pesquisa, pode favorecer a sensação de obrigatoriedade de participação, visto que a prefeitura da cidade permitiu a coleta de dados nos dispositivos da política em questão, “estar sendo avaliado” ou, até mesmo, fazer com que o profissional pouco fale sobre sua atuação.

Ainda, considera-se que os resultados e discussões apresentadas são limitados no espaço temporal da coleta de dados realizada e precisam ser compreendidos como uma construção sócio-histórica. Sendo assim, o instrumento utilizado na presente pesquisa, se replicado em outro momento da vida profissional dos psicólogos, ou com outros participantes e/ou em outro contexto, pode vir a fornecer resultados diferentes.

Por fim, a partir do exposto, levantam-se algumas possibilidades de investigações futuras que venham a complementar os resultados obtidos. Considera-se importante que estudos futuros considerem o tempo de atuação no serviço e o vínculo trabalhista dos psicólogos na constituição dos participantes, além de se propor a ampliação dos participantes para outros profissionais que componham a equipe. Para além, mostra-se essencial conhecer a concepção de família dos usuários do CRAS/SUAS.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. C. de. O modelo de intervenção centrado na família: da teoria à prática. **Diversidades**, v. 7, n. 27, p. 12-16, 2010.
- AMAR, J. A.; OROZCO, C. M.; OSPINO, A. M.; RONCANSIO, L.; VARGAS, I. Estrategias cotidianas de las familias em situacion vulnerable para la proteccion, defensa y garantia de los derechos humanos (DDHH) em le corregimiento de la playa de Barranquilla (Colombia). **Psicologia desde el Caribe**, n. 14, p. 70-90, 2004.
- AMAZONAS, M. C. L. A.; DAMASCENO, P. R.; TERTO, L. de M. de S.; SILVA, R. R. da. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. esp., p. 11-20, 2003.
- ARAÚJO, M. F. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. **Tempo e argumento**, v. 3, n. 1, p. 180-198, jan./jun. 2011.
- AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, 1979.
- BARRETO, A. F. Sobre a dor e a delícia da atuação psicológica no suas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 4006-419, 2011.
- BERTHOUD, C. M. E.; BERGAMI, N. B. B. Família em fase de aquisição. In: C. M de O. CERVENY; C. M. E. BERTHOUD. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- BIASUS, F.; FRANCESCHI, M. O psicólogo no CRAS: características e desafios da atuação profissional. **Revista de Psicologia IMED**, v. 7, n. 1, p. 23-34, 2015.
- BITTAR, D. B.; NAKANO, A. M. S. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, n. 1, p.17-24, jan./mar. 2011.
- BRASIL. Lei n. 13.014, de 21 de julho de 2014. Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm#art1>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/mds/resolucoes/2004/Resolucao%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf/view>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Norma operacional básica (NOB/SUAS)**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf/view>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Orientações técnicas: centro de referência de assistência social**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Projeto de Lei n. 470, de novembro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=140057>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. Projeto de Lei n. 6583, de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 28 out. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filena me=PL+6583/2013>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BREAKWELL, G. M.; HAMMOND, S.; FIFE-SCHAW, C.; SMITH, J. A. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BROWN, S. L. We are, therefore I am: a multisystems approach with families in poverty. **The Family Journal: Counseling and therapy for couples and families**, v. 10, n. 4, out. 2002.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 171-201.

CAMPOS, D. C. Saudade da família no futuro ou o futuro sem família? In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 74-86.

CARDOSO, A. R.; BRITO, L. M. T. de. Ser avó na família contemporânea: Que jeito é esse? **Psico-UFS**, v. 19, n. 3, p. 433-441, set./dez. 2014.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARLOTO, M. C.; MARIANO, S. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, v. 2, n. 14, p. 153-168, jul./dez. 2008.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. da. Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 99-128, já./abr. 2013.

CECHIN, L. A. W.; CARRARO, A.; RIBEIRO, F. G.; FERNANDEZ, R. N. O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 3, p. 303-329, jul./set. 2015.

CELA, M.; OLIVEIRA, I. F. de. O psicólogo no Núcleo de Apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 1, 31-39, jan./mar. 2015.

CELIA, S. Parentalidade e pobreza: uma experiência brasileira. In: GUTFREIND, C. et al. (Org.). **A obra de Salvador Celia: empatia, utopia e saúde mental das crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2013. cap. 4, p. 57-71.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BR). **Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais: Resolução 510/2016**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP); CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, 2014.

COUTINHO, V. R.; MERIGO, J. **A atuação do psicólogo na Política Nacional de Assistência Social e especialmente nos Centros de Referência da Assistência Social**. 2010. 15 p. Artigo (Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CONDEMARÍN, M. Falsas concepciones sobre la competencia lingüística, los valores y la cultura de los niños y niñas provenientes de familias pobres. **Lectura y Vida**, n. 23, p. 16-22, 2002.

CORDIOLI, A. V. **Psicoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.

CORSO, D. L.; CORSO, M. A família em mutação. In: CORSO, D. L.; CORSO, M. **A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

COSTA, E. M.; CAVALCANTI, D. M.; SILVA, J. L. M. de; SAMPAIO, R. M. B. **Impactos regionais do programa bolsa família: uma análise sobre o mercado de trabalho das famílias pobres**. Trabalho apresentado no XLII Encontro Nacional de Economia, 2014. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/fi...f400e1ea2c1acc7.pdf>> Acesso em: 14/11/2016.

- CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na Atenção Básica**. 2004. 182 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- CÚNICO, S. D. **Significados atribuídos à paternidade por mulheres chefes de família de periferia urbana**. 2014. 186 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
- DANTAS, C. M. B.; OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 104-111, 2010.
- DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. esp., p. 202-219, 2010.
- DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001.
- DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. esp. 2, p. 232-245, 2012.
- DUNST, C. J. Family-centered practices: birth through high school. **The Journal of Special Education**, v. 36, n. 3, 2002.
- FERREIRA, F. P. M. A família brasileira hoje: estrutura, dinâmica, distribuição de papéis, demanda por serviços. In: STENGEL, M. et al. **Políticas públicas de apoio sociofamiliar**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.
- FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A. S.; PONCIANO, E. L. T. Ser pai(mãe), ser filho(a): a resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos pagu**, n. 26, p.11-43, jan./jun. 2006.
- FONSECA, F. F.; SENA, R. K. R.; SANTOS, R. L. A. dos; DIAS, O. V.; COSTA, S. de C. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.
- GOMES, D. M. Entrevista concedida à Revista Entre linhas, ano 15, n. 69, p. 12-15, jan./abr. 2015.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

HUISMAN, D. Telling a Family Culture: Storytelling, Family Identity, and Cultural Membership. **Interpersona**, v. 8, n. 2, p. 144-158, 2014.

IAMAMOTO, M. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do Assistente social. In: _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007. cap. 3, p. 209-333.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características das famílias (1992-1999/2001-2009)**. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=6&de=13>. Acesso em: 12 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010: famílias e domicílios**. Rio de Janeiro. p. 1-203, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2000: famílias e domicílios**. Rio de Janeiro. p. 1-200, 2010.

JIMÉNEZ-BAUTISTA, F. Conocer para comprender la violencia: origen, causas y realidad. **Convergencia: revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 13-52, jan.abr. 2012.

KEHL, M.R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G.C.; PEREIRA, R.C. (coord.). **Direito de família e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 13-176.

KOLLER, MS. H.; ANTONI, C.; CARPENA, M. E. F. Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. cap. 13, p. 156-165.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.. Das informações à conclusão. In: _____. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999b. cap. 8, p. 197-236.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.. Em busca de informações. In: _____. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a. cap. 7, p. 165-196.

LEÃO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F. de; CARVALHO, D. B. de. O psicólogo no campo do bem-estar social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no CRAS. **Estudos e pesquisa em psicologia**, v. 14, n. 1, p. 264-289, 2014.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 182-192, 2012.

MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI. Valores positivos e desenvolvimento adolescente: perfil de jovens paulistanos. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 4, p. 689-698, out./dez. 2009.

- MARTIN, V. B.; ANGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 7, n. 4, p. 89-95, out. 1999.
- MATOS, M. G. de. Psicologia da saúde, saúde pública e saúde internacional. **Análise Psicológica**, 2004. p. 449-462.
- MELO, J. D. N. de. A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. **Memórias**, ano 9, n. 17, p. 102-134, jul./dez. 2012.
- MELSERT, A. L. de M.; BOCK, A. M. B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.
- MILCENT, M-P.; OUELLET, F.; LAURIN, I.; JAURON, M.; LACHARITÉ, C. Life stories of young fathers in contexts of vulnerability. **Fathering**, v. 6, n. 3, p. 226-248, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Instrutivo_notificacaodeviolencia_versao5_1_final_21_12_15.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (BR). **Carteira do Idoso**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/carteira-do-idoso>>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. Planejamento. In: MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. cap. 4, p. 58-71.
- MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, A. B. T. (Org.). **Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. cap. 2, p. 51-66.
- MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. N. Olhares de crianças baianas sobre família. **Paideia**, v. 19, n. 42, p. 77-85, jan./abr. 2009.

- MOREIRA, M. I. C. **Novos rumos para o trabalho com famílias**. São Paulo: Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2013.
- NAM, C. B.; TILLMAN, K. H. Family Structure Outcomes of Alternative Family Definitions. **Population Research and Policy Review**, v. 27, n. 3, p. 367-384, jun. 2008.
- NASCIMENTO, M. L. do; CUNHA, F. L. da; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Psicologia Política**, v. 14, n. 7, 2008.
- NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Artmed, 2007.
- OSORIO, L. C. **Casais e famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- OLIVEIRA, I. F. de; OLIVEIRA, N. L. de A.; NASCIMENTO, M. N. C. do; ARAÚJO, R. L.; COELHO-LIMA, F.; AMORIM, K. M. de O. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. esp. 2, p. 103-112, 2014.
- PASSOS, M. C. A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003. cap. 1, p. 13-25.
- PERES, V. L. A. Concepções de família em população de periferia urbana. In: SOUSA, S. M. G. (Org.) **Infância, adolescência e família**. Goiânia: Cânone Editorial, 2001. p. 217-230.
- POLLI, R. G.; ARPINI, D. M. O olhar de meninos de grupos populares sobre a família. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 531-540, out./dez. 2012.
- PRISCO, T. Matricialidade Sociofamiliar: Centralidade na família ou na mulher? **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 16, n. 8, p. 155-171, jul./dez. 2015.
- REPPOLD, C. T. PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 7-51.
- ROMAGNOLI, R. C. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 449-459, jul./set. 2015.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SANTANA, V. S.; ITAPARICA, M. S. Social contextual factors contributing to child and adolescent labor: na ecological analysis. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 4, p. 676-684, 2011.
- SARASON, I.G.; LEVINE, H. M.; BASHAM, R. B.; SARASON, B. R. Assessing social support: the social support questionnaire. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 44, p. 127-139, 1983.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

SENRA, C. M. G. A psicologia e o suas: desvelando a atuação do psicólogo no CRAS. In: RAMAGNOLI, R. C.; MOREIRA, M. I. C. **O sistema único de assistência social – SUAS**: a articulação entre a psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Curitiba, CRV, 2014. p. 13-27.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SETTLES, B. H. Definitions of the Family. **Marriage & Family review**, v. 28, n. 3, p. 209-224, 1999.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. esp., p. 12-21, 2011.

SILVA, D. I.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. de A. Vulnerabilidade no desenvolvimento da criança: influência dos elos familiares fracos, dependência química e violência doméstica. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 23, n. 4, p. 1087-1094, 2014.

SILVA, M. L.; POLLI, R. G.; SOBROSA, G. M. R.; ARPINI, D. M.; DIAS, A. C. G. Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 20, n. 1-2, p. 13-21, jan./dez. 2012.

SILVEIRA, S. C. Família é para todos? In: WAGNER, A. (Coord.) **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3, p. 54-74.

SOUZA, J. **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

SOUZA, L. G. S.; MENANDRO, M. C. S.; MENANDRO, P. R. M. O alcoolismo, suas causas e tratamento nas representações sociais de profissionais de Saúde da família. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1335-1360, 2015.

SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006.

SPINK, M. J. P.; MATTA, G. C. A prática profissional Psi na Saúde Pública: configurações históricas e desafios contemporâneos. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **A psicologia em diálogo com o SUS**: prática profissional e produção acadêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. cap. 1, p. 25-51.

SPJELDNAES, I. O.; MOLAND, K. M.; HARRIS, J.; SAM, D. L. "Being man enough": fatherhood experiences and expectations among teenage boys in South Africa. **Fathering**, v. 9, n. 1, p. 3-21, 2011.

STEWART, P. Who is kin? Family definition and African American families. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, v. 15, n. 2-3, p. 163-181, 2007.

TEIXEIRA, S. M. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas São Luis**, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez. 2009.

TRAD, L. A. D. A família e suas mutações: subsídios ao campo da saúde. In: L. A. D. TRAD (Org.), **Família contemporânea e saúde**: significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. cap. 1, p. 27-50.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2012.

WAGNER, A. LEVANDOWSKI, D. C. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos & Contextos**, v. 7, n. 1, p. 88-97, jan./jun. 2008.

WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. Os desafios da família contemporânea: revisando conceitos. In: WAGNER, A (Org). **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 19-35.

WOTTRICH, S. H.; ARPINI, D. M. Cuidados Necessários à Infância: um estudo com mães coletadoras de material reciclável. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 471-482, 2014.

ZAMBERLAN, M. A. T. **Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. Londrina: EDUEL, 2008.

ZIMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 147-164, jan./abr. 2015.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista sociodemográfica para psicólogos CRAS

ENTREVISTA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Eu gostaria de algumas informações sobre você e sua família:

-Nome:.....

- Data de nascimento:..... Idade:.....

- Formação acadêmica: () Graduação () Mestrado () Doutorado () Especialização

- Religião:..... Praticante: () sim () às vezes () não

- Estado Civil: () solteiro(a) () casado(a) () separado(a) () viúvo(a) () com
companheiro(a)

- Grupo étnico: () branco () preto () pardo () outro

- Com quem você mora?

Nome	Parentesco	Idade	Ocupação

Familiares que não moram com você (pai, mãe, irmãos):

Nome	Parentesco	Idade	Ocupação

Endereço para contato:.....

Cidade:..... CEP

Telefone:.....

Telefone de um parente/amigo para

contato:.....

Pesquisador:.....

Local:..... Data:..... /...../.....

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista sobre família para psicólogos CRAS

ENTREVISTA COM PSICÓLOGOS DOS CRAS

1. Eu gostaria que você contasse um pouco da sua formação profissional e sua caminhada até entrar aqui no CRAS.

- Durante sua formação, teve algo que você considera que o preparou para o trabalho com população de baixa renda?
- Durante sua formação, teve algo que você considera que o preparou para o trabalho com famílias? Como foi? Você considera que lhe proporcionou suporte suficiente para a atuação profissional de hoje? Onde buscou esse suporte?

2. Eu gostaria que você me contasse um pouco de como é o seu trabalho como psicólogo aqui no CRAS.

- Quais atividades você desenvolve?
- Quais as atividades direcionadas às famílias que você desenvolve?
- Na sua experiência, quais as maiores dificuldades/desafios ao lidar com essas famílias?
- E quais as vantagens/facilidades?

3. Eu gostaria que você me falasse o que, pra você, é uma família

- O que significa ser uma família?
- Se você tivesse que escolher uma palavra para dizer o que é família, qual seria?
- Para você, o que são características fundamentais de um pai?
- E de uma mãe?
- Qual o papel/função dos filhos na família?
- E qual a função da família extensa (avós, tios...)?
- Qual o papel/função dos amigos na família?
- Como você definiria uma família em que as pessoas estão bem?
- E como é uma família em que as pessoas estão mal?

4. Eu gostaria que você me descrevesse como é a realidade de vida das famílias atendidas por você e pelo demais profissionais do CRAS.

- Quais são as principais necessidades que você identifica nessas famílias?
- Como é, em geral, a configuração dessas famílias (pai, mãe, tia, avó, etc.)?
- Como as famílias se organizam em termos do sustento financeiro?
- E como se organizam para o cuidado dos filhos?
- Do que você percebe, como é desempenhado o papel de mãe nessas famílias?
- E o papel de pai?
- E da família extensa (avós, tios)?
- Quais os aspectos positivos que você identifica no funcionamento dessas famílias?

5. Eu gostaria que você me contasse um pouco sobre a sua família.

- Como é a sua família de origem? (papéis familiares; responsabilidades)
- Quem cuidou de você quando criança?
- A sua família se parece em algo com as famílias com quem você trabalha aqui?
- A sua família difere em algo das famílias com quem você trabalha aqui?

6. Pensando nas famílias com quem você trabalha, o que você deseja para elas?

7. Teria algo mais que você gostaria de comentar?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA TERMO DE CONSENTIMENTO

Estamos realizando uma pesquisa denominada “**Concepções de família de psicólogos e usuário no contexto da assistência social**”, através da qual buscaremos conhecer o que os psicólogos e os usuários desses serviços compreendem por “família”. Para isso, solicitamos sua colaboração voluntária nesta pesquisa.

Serão realizadas entrevistas individuais com os psicólogos participantes e usuários. Com esses últimos, também serão solicitados a elaboração de desenhos estória. Para melhor registro dos dados, as entrevistas e estórias serão gravadas, se isso for de sua concordância. Salientamos que será mantido o anonimato dos participantes, ou seja, os dados que pudessem vir a identificá-lo serão mudados por códigos e todas as gravações serão apagadas após a transcrição, ficando aos cuidados da equipe da pesquisa. As entrevistas serão realizadas em uma sala do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)/Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em horário a ser combinado com o participante.

Em relação aos riscos provenientes da situação de pesquisa, estes não são maiores ou distintos dos que os advindos de uma conversa informal. Contudo, caso durante a realização da entrevista sejam identificadas situações de desconforto acerca de algum aspecto abordado, os pesquisadores se responsabilizarão por avaliar a situação e poderão suspendê-la. Além disso, nesses casos, os pesquisadores realizarão entrevistas subsequentes a fim de que se possa minimizar o foco de sofrimento. Caso o desconforto permaneça, poderá ser realizado encaminhado para acompanhamento psicológico na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia, vinculada ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Embora não existam benefícios diretos de sua participação nesta pesquisa, considera-se que, para os psicólogos, essa pesquisa proporciona a possibilidade de refletir e rever sua formação e prática profissional, além de se tornar consciente de suas concepções a respeito da “família”. Já para os usuários, oferece-se a oportunidade de contribuir para a atuação desses profissionais e atendimentos dos CRAS e CREAS. Sempre que achar necessário, você poderá solicitar esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, sendo também possível desistir de sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Este documento será assinado em duas vias, uma permanecerá com você e a outra ficará com os pesquisadores.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Santa Maria, ____/____/____

Pesquisador:

Prof. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira
Pesquisadora responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM. Av. Roraima, nº1000. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Tel.: (55) 3220-9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

Pesquisadora responsável: Profa. Caroline Rubin Rossato Pereira. Universidade Federal de Santa Maria, Depto. Psicologia. Av. Roraima, nº1000. Departamento de Psicologia, prédio 74B, sala 3206A. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Tel.: (55) 3220-9231. E-mail: carolinerrp@ufsm.br